

ROMELL FERNANDO VAROTO BARBOSA

**UMA CIDADE PARA AS PESSOAS: UMA ALTERNATIVA DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL SOB A ÓTICA DA PAISAGEM CULTURAL
ATRAVÉS DO SABER-FAZER TRADICIONAL PARA RAUL SOARES, MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Luana Melo e Silva

VIÇOSA – MINAS GERAIS

2020

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

B238u
2020
Barbosa, Romell Fernando Varoto, 1987-
Uma cidade para pessoas : uma alternativa de
desenvolvimento social sob a ótica da paisagem cultural através
do saber-fazer tradicional para Raul Soares, MG / Romell
Fernando Varoto Barbosa. – Viçosa, MG, 2020.
146 f. : il. ; 29 cm.

Orientador: Luana Melo e Silva.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.
Referências bibliográficas: f. 143-146.

1. Paisagens culturais. 2. Raul Soares - Usos e costumes.
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História.
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens
e Cidadania. II. Título.

CDD 22. ed. 712.098151

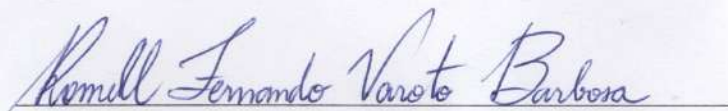
ROMELL FERNANDO VAROTO BARBOSA

**UMA CIDADE PARA AS PESSOAS: UMA ALTERNATIVA DE
DESENVOLVIMENTO SOCIAL SOB A ÓTICA DA PAISAGEM CULTURAL
ATRAVÉS DO SABER-FAZER TRADICIONAL PARA RAUL SOARES, MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

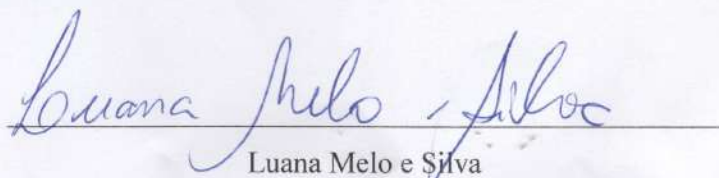
APROVADA: 06 de agosto de 2020.

Assentimento:



Romell Fernando Varoto Barbosa

Autor



Luana Melo e Silva

Orientadora

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus pela inspiração e pela força necessária para superar os desafios na conquista desse sonho, que era o de dar continuidade aos estudos e abrir caminho para conquistas futuras. Agradeço também aos amigos que participaram junto comigo dessa empreitada, principalmente na motivação no decorrer dessa caminhada.

Agradeço a todos de minha família, especialmente aos meus pais Romeu e Teresinha, que me deram apoio necessário em vários sentidos na conquista desse sonho, desde a graduação e agora, no mestrado. Um agradecimento especial é para a minha namorada, Viviane, que, com paciência e dedicação serviu como um porto seguro em vários momentos desafiadores, além de ser a principal motivadora para essa empreitada.

Aos amigos que fiz durante esse período, foram muito importantes nesse processo de aprendizagem, principalmente no apoio desenvolvido nas atividades e ao convívio direto nas aulas, intervalos e almoços na universidade. Agradeço, também à minha orientadora Luana Melo e Silva, ao meu coorientador Leonardo Civale, e à prof.^a Maria Marta dos Santos Camisassa, que, mais que docentes, demonstraram ser amigos que, com carinho e dedicação, foram fundamentais para que eu pudesse chegar até aqui.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Gostaria de agradecer à coordenação e a toda a equipe do programa do Mestrado Profissional em Patrimônio, Paisagens e Cidadania da UFV, que, com competência e dedicação abraçam diariamente a missão de fornecer um ensino público e de qualidade para a sociedade brasileira. Agradeço também ao professor participante da minha banca de qualificação, colega de trabalho no Dep. de Arquitetura e Urbanismo e amigo, Ítalo Stephan, assim como demais amigos que fiz nesse período de trabalho, no ano de 2019.

As nossas conquistas, mesmo que pessoais, sempre são feitas a várias mãos e aprimoram a nossa visão de mundo, tanto como acadêmicos quanto como pessoas. A todos que participaram direta ou indiretamente dessa conquista, a minha sincera gratidão!

RESUMO

BARBOSA, Romell Fernando Varoto, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, agosto de 2020. **Uma cidade para as pessoas: uma alternativa de desenvolvimento social sob a ótica da paisagem cultural através do saber-fazer tradicional para Raul Soares, MG.** Orientadora: Luana Melo e Silva.

A temática que envolve o Patrimônio Cultural no Brasil e no mundo tem ampliado seu leque de ações, sobretudo após a segunda metade do século passado a fim de responder de forma mais incisiva aos desafios cada vez mais complexos da humanidade. Tais desafios, imersos em um mundo globalizado podem, por outro lado, representar uma grande oportunidade de aproximação dessa temática à vida cotidiana de uma coletividade além de ser um instrumento de desenvolvimento social. Esse trabalho busca inserir a discussão no entorno dessa análise, ao entendermos como a trajetória de algumas políticas patrimoniais no Brasil podem projetar para o futuro abordagens cada vez mais voltadas à vida das pessoas. Abordaremos como delimitação geográfica a cidade de Raul Soares, situada no estado brasileiro de Minas Gerais e, através de um estudo da formação de sua territorialidade como município e de sua paisagem cultural, buscaremos respostas aos desafios de desenvolvimento tendo como pano de fundo a temática patrimonial e a afirmação de iniciativas de promoção da cidadania na tomada de decisões coletivas. Dessa forma, pretende-se chegar nesse trabalho a um produto final que, com um caráter propositivo, consiga aproximar esses dois polos de discussão (patrimônio e cidadania) e que possa servir como uma contribuição importante nesse tema para o contexto de Raul Soares e na inspiração para iniciativas vindouras.

Palavras-chave: Paisagens culturais. Raul Soares - Usos e costumes.

ABSTRACT

BARBOSA, Romell Fernando Varoto, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, August, 2020.
A city for people: an alternative of social development from the perspective of cultural landscape through traditional knowledge for Raul Soares, MG. Advisor: Luana Melo e Silva.

The theme that involves Cultural Heritage in Brazil and in the world has broadened its range of actions, especially after the second half of the last century in order to respond more sharply to the increasingly complex challenges of humanity. On the other hand, such challenges, immersed in a globalized world can represent a great opportunity to bring this theme closer to the daily life of a community. In addition, it is an instrument of social development. This work seeks to insert the discussion around this analysis, as we understand how the trajectory of some patrimonial policies in Brazil can project towards the future approaches increasingly focused on people's lives. We will approach as a geographical delimitation the city of Raul Soares, located in the Brazilian state of Minas Gerais. We will seek answers to the development challenges with the heritage theme, through a study of the formation of its territoriality as a municipality and its cultural landscape as a backdrop and the affirmation of citizenship promotion initiatives in collective decision-making. In this way, we intend to reach in this work a final product that, with a propositional character, is able to bring these two poles of discussion (heritage and citizenship) together and that can serve as an important contribution in this theme to the context of Raul Soares as inspiration for other upcoming initiatives.

Keywords: Cultural Landscapes. Raul Soares - Customs and usages.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1.** Fonte: (disponível em): <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/localizacao-geografica>, acesso em 08 abr. 2020..... 20
- Figura 2.** Fonte: GOOGLE MAPS. Região Leste de Minas Gerais e os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-20.8894004,-42.7117031,544170m/data=!3m1!1e3>. Acesso em 25 mai. 2020..... 22
- Figura 3.** Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/nehcit/itabirito/mapas/mapas.php?mapa=4&titulo=Carta%20geogr%C3%A1fica%20da%20capitania%20de%20Minas%20Gerais>, acesso em 25 mai. 2020..... 23
- Figura 4.** Fonte: Estrada de Ferro Leopoldina. 1960. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_mapas/efl_mapa_61_caratinga.jpg, acesso em 25 mai. 2020..... 27
- Figura 5.** Fonte: GOOGLE MAPS. Zona da Mata Norte de Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-20.104034,-42.5119159,82374m/data=!3m1!1e3>, acesso em 25 mai. 2020. 29
- Figura 6.** Fonte: GOOGLE MAPS. Raul Soares, Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-20.104034,-42.5119159,82374m/data=!3m1!1e3>. Acesso em 25 mai. 2020..... 31
- Figura 7.** Fonte (disponível em): <https://pt-br.topographic-map.com/maps/gw8o/Raul-Soares/>. Acesso em 15 abr. 2020..... 31
- Figura 8.** Fonte: Acervo do autor. 33
- Figura 9.** Fonte: Acervo do autor. 35
- Figura 10.** Fonte: Acervo do autor. 36
- Figura 11.** Fonte: Acervo do autor. 36
- Figura 12.** Fonte: Acervo do autor. 37

Figura 13. Fonte: Acervo do autor.	38
Figura 14. Fonte: Acervo do autor.	39
Figura 15. Fonte: Acervo do autor.	39
Figura 16. Fonte: Acervo do autor.	40
Figura 17. Fonte: Acervo do autor.	41
Figura 18. Fonte: GOOGLE MAPS. Santana do Tabuleiro. Raul Soares, Minas Gerais, 2019. Disponível em: https://www.google.com.br/maps/@-19.9307872,-42.2032509,1486m/data=!3m1!1e3 . Acesso em 25 mai. 2019.	42
Figura 19. Fonte: Acervo do autor.	43
Figura 20. Fonte: Acervo do autor.	44
Figura 21. Fonte: acervo do autor.....	45
Figura 22. Fonte: Acervo do autor.	46
Figura 23. Fonte: Acervo do autor.	47
Figura 24. Fonte (disponível em): https://raulsoares-fotosantigas.blogspot.com/2007/09/ , acessado em 21 abr. 2020.....	51
Figura 25. Fonte: Acervo do autor.	52
Figura 26. Fonte (disponível em): https://raulsoares-fotos.blogspot.com/2012/02/raul-soares-vista-aerea.html , acesso em 21 abr. 2019.....	53
Figura 27. Fonte (disponível em): OpenStreetMap. Raul Soares, Minas Gerais, 2019. Disponível em: https://pt-br.topographic-map.com/maps/gw8o/Raul-Soares/ . Acesso em 15 abr. 2020.	54
Figura 28. Fonte (disponível em): https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=6750&view=detalhes , acesso em 21 abr. 2019.	55

Figura 29. Fonte: OpenStreetMap. Raul Soares, Minas Gerais, 2019. Disponível em https://pt-br.topographic-map.com/maps/gw8o/Raul-Soares/ . Acesso em 15 abr. 2020.	56
Figura 30. Fonte: Acervo do autor.	57
Figura 31. Fonte: Acervo do autor.	57
Figura 32. Fonte: Acervo do autor.	58
Figura 33. Fonte: Acervo do autor.	59
Figura 34. Fonte: Acervo do autor.	61
Figura 35. Fonte: acervo do autor.....	61
Figura 36. Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_mg_tresrios_caratinga/raul , acessado em 21 jan. 2020.	62
Figura 37. Fonte: Acervo do autor.	62
Figura 38. Fonte: Acervo do autor.	63
Figura 39. Fonte: https://milestoneimports.com/2013/05/12/porphyry-paving-and-toronto-design-innovations/ , acessado em 21 abr. 2019.	77
Figura 40. Fonte: https://www.wine.com.br/winepedia/sommelier-wine/vinho-chianti/ , acessado em: 25 set. 2019.....	78
Figura 41. Fonte: http://correiodosul.com/regiao/tombo-da-polenta-dancas-tipicas-cervejas-artesanais-e-gastronomia-gaucha-sao-atracoes-da-minastche/ , acessado em 21 set. 2019.	83
Figura 42. Fonte: https://casadecaco.com.br/33a-festa-do-queijo-de-serro-mg/ , acessado em 21 set. 2019.....	87
Figura 43. Fonte: https://issuu.com/alexisazevedo , acessado em 21 out. 2019.	89
Figura 44. Fonte: Acervo do autor.	96
Figura 45. Fonte: Acervo do autor.	97

Figura 46. Fonte: Acervo do autor.	98
Figura 47. Fonte: Acervo do autor.	99
Figura 48. Fonte: Acervo do autor.	101
Figura 49. Fonte: Acervo do autor.	102
Figura 50. Fonte: Acervo do autor.	102
Figura 51. Fonte: Acervo do autor.	103
Figura 52. Fonte: Acervo do autor..	104
Figura 53. Fonte: Acervo do autor.	106
Figura 54. Fonte: Acervo do autor.	106
Figura 55. Fonte: Acervo do autor.	107
Figura 56. Fonte: Acervo do autor.	108
Figura 57. Fonte: Acervo do autor.	109
Figura 58. Fonte: Acervo do autor.	118
Figura 59. Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_mg_tresrios_caratinga/raulsoares.htm , acessado em 21 jan. 2020.	119
Figura 60. Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_mg_tresrios_caratinga/raulsoares.htm , acessado em 21 jan. 2020.	120
Figura 61. Fonte: Acervo do autor.	121
Figura 62. Fonte: Acervo do autor.	122
Figura 63. Fonte: Acervo do autor.	126
Figura 64. Fonte: Acervo do autor.	127

Figura 65. Fonte: Acervo do autor.	128
Figura 66. Fonte: Acervo do autor.	129
Figura 67. Fonte: Acervo do autor..	129
Figura 68. Fonte: Acervo do autor.	130
Figura 69. Fonte: Acervo do autor.	131
Figura 70. Fonte: Acervo do autor.	132
Figura 71. Fonte: Acervo do autor.	132
Figura 72. Fonte: Acervo do autor.	133
Figura 73. Fonte: Acervo do autor.	133

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Grupos de área total - Raul Soares – 2017. Fonte: IBGE Senso Agro	
2017.....	92
Tabela 2. Agroindústria - Raul Soares - 2017. Fonte: IBGE Senso Agro	
2017.....	93

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAVAMA	Associação de Pescadores e Amigos do Vale do Matipó
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
EFL	Estrada de Ferro Leopoldina
EMATER MG	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEDS	Instituto de Estudos de Desenvolvimento Sustentável
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PCH	Pequena Central Hidrelétrica
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFV	Universidade Federal de Viçosa
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
PARTE I	17
CAPÍTULO 01 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO LÓCUS EMPÍRICO: FORMAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL NOS SÉCULOS XIX, XX e XXI.....	17
1.1 - O LÓCUS EMPÍRICO: A CIDADE DE RAUL SOARES E SEU CONTEXTO REGIONAL	19
1.2 - A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE RAUL SOARES: A CIDADE DO SÉCULO XIX, CONSOLIDAÇÃO NO SÉCULO XX E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI ...	30
CAPÍTULO 02 – PAISAGEM CULTURAL E DESENVOLVIMENTO: VIABILIDADE PATRIMONIAL E AS PROPOSTAS PARA A CONTEMPORANEIDADE.....	67
2.1 - A INTERFACE ENTRE AS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E O PATRIMÔNIO CULTURAL: DESAFIO COMO POLÍTICA DE CIDADANIA	68
2.2 - DESENVOLVIMENTO E PATRIMÔNIO: O ELO FORMADO PELO CONCEITO DE PAISAGEM CULTURAL	80
2.3 - APLICAÇÕES DO CONCEITO E PROPOSTAS PARA RAUL SOARES ATRAVÉS DE SUAS POTENCIALIDADES	92
PARTE II.....	116
CAPÍTULO 03 – PROPOSIÇÃO DO PRODUTO: A “ESTAÇÃO CULTURA” DE RAUL SOARES	116
3.1 - O DIAGNÓSTICO DAS PRÉ-EXISTÊNCIAS.....	119
3.2 - O PROJETO.....	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143

INTRODUÇÃO

O alvorecer do século XXI nos expõe um inexorável processo de implantação da “modernidade” nas mais diversas áreas, sobretudo nos tecidos urbanos e inclusive em pequenas cidades. Portanto, é possível projetarmos a magnitude dos efeitos dessas transformações referentes ao próprio tecido urbano ou a paisagem que o mesmo integra. Para essa análise¹, tomaremos por base a cidade de Raul Soares/MG, que denominaremos por lócus empírico, sob a ótica do patrimônio cultural.

Na PARTE I, as transformações no tecido urbano dessa localidade foram agrupadas no Capítulo 01, em três momentos históricos bem delineados: o período da implantação da primeira “ocupação” oficial, ocorrido no século XIX; a sedimentação e consolidação, no século XX, e o terceiro momento, marcado pelas transformações do século XXI.

Para o primeiro período, levando em conta o primeiro contato entre os habitantes originais e os posseiros oficiais, ocorrido no século XIX, tem como pano de fundo a criação das bases para a implantação da atividade cafeeira na região. Dessa forma, podemos estabelecer como clímax desse período a consolidação da ferrovia, como principal meio de transporte e grande aglutinador dos esforços de consolidação dessa ocupação.

No segundo período, temos a sedimentação dessa primeira “camada” de ocupação, bem como da territorialidade do próprio município, cujas bases haviam sido lançadas no momento anterior. O grande ícone desse período é a rodovia, cujo contexto típico do século XX coincide com o momento histórico do próprio país, ao abrir espaço para a lógica do transporte rodoviário.

Já no terceiro período, abordaremos o processo de renovação dos períodos anteriores sob a ótica do século XXI, sobretudo em relação aos efeitos ambíguos que esse período tem gerado na paisagem das nossas cidades. Como os exemplos de transformação desse período, podemos destacar alguns empreendimentos no setor imobiliário e turístico, com ênfase ao parque aquático, presente nos arredores da cidade e construído na década de 2010.

Após a caracterização do processo de formação e consolidação da territorialidade do município, iniciaremos as discussões acerca do conceito de paisagem cultural no Capítulo 02, que faz a ligação entre os aspectos culturais, os desafios da contemporaneidade e as oportunidades que esses desafios geram para a comunidade. Ao analisar os principais componentes da paisagem cultural de Raul Soares foi possível constatar uma forte vocação

¹ Sobre o título desse trabalho, embora a sua primeira parte e a obra “Cidade para Pessoas” do autor Jan Gehl, tenham grafias similares, a referida obra não foi utilizada como referência bibliográfica.

agrícola voltada ao saber-fazer tradicional, da qual podemos destacar a produção de queijo minas, a aguardente de cana e o fubá de milho.

Com base em exemplos espalhados pelo globo, buscou-se aprimorar a discussão como forma de conduzir o raciocínio em função das inúmeras possibilidades que a temática patrimonial cria como forma de desenvolvimento². Cabe ressaltar que esses exemplos servem como estudos de caso, nos quais podemos estabelecer um paralelo mais direto entre as discussões teóricas, as práticas reais e seus efeitos.

Com base nessa análise, é possível entendermos com maior clareza essas transformações e propor, como um resumo dos objetivos da pesquisa, alternativas vinculadas ao desenvolvimento que tenham relação com o uso do saber-fazer tradicional no âmbito coletivo. É salutar entendermos o posicionamento que a localidade está inserida dentro do panorama das políticas patrimoniais no Brasil de um modo geral, bem como as narrativas predominantes no direcionamento de tais políticas, pelo menos no sentido oficial.

Nesse sentido, pode ser destacado que as estratégias a serem desenvolvidas para essa localidade, por se situar fora dos circuitos consolidados de promoção do patrimônio cultural no Brasil, precisam ir além de instrumentos tradicionais tomados até então pelos órgãos oficiais no país (CASTRIOTA, 2009, p.156). Esses instrumentos, compostos majoritariamente por inventários e, sobretudo, tombamentos, geralmente são propostos para os conjuntos edificados de excepcional valor histórico e artístico, como verificado nos primórdios das políticas públicas tomadas pelo governo, através do então SPHAN, na década de 1930. (FONSECA, 1997, p.133).

Embora historicamente esses instrumentos fossem e continuam sendo fundamentais nos processos de salvaguarda do patrimônio cultural do Brasil, as características e a inserção desse recorte geográfico requerem uma abordagem mais ampla, principalmente ao considerarmos os aspectos imateriais da paisagem. Ao aproximar essas iniciativas com as demandas coletivas das pessoas é possível garantir melhores condições de sua permanência e sustentabilidade.

Em outras palavras, diante dos atuais desafios impostos nessa localidade, para se propor políticas realmente importantes no âmbito patrimonial, as ferramentas precisam estar em consonância com conceitos mais próximos das pessoas. Esses conceitos, que vêm na

² Celso Furtado insere uma discussão que reúne as condições de desenvolvimento às representações democráticas dos indivíduos (FURTADO, 2008, p. 65-66). Essa lógica de desenvolvimento permeia esse trabalho na forma do que podemos entender como a inserção do saber-fazer como participação popular e sua valorização como uma iniciativa de afirmação da cidadania, a fim de possibilitar o desenvolvimento social.

esteira da ampliação do próprio conceito de patrimônio cultural, passam a se situar, portanto, cada vez mais próximos de suas dimensões intangíveis.

Dessa forma, inevitavelmente alguns questionamentos surgem a partir da dialética entre as transformações e os efeitos que elas podem apresentar, bem como os seus agentes. A partir daí, é possível propormos contribuições através da criação ou da valorização de demandas que tenham como objetivo investigar a relação entre o desenvolvimento da sociedade e políticas patrimoniais, em suas mais diversas abordagens.

Esses questionamentos podem ser exemplificados, entre outros: Estamos preparados como sociedade para os desafios de um mundo cada vez mais globalizado? Como nos enxergamos como sociedade e criamos um panorama de pertencimento local? Como as resistências às transformações de um mundo globalizado se apresentam como uma salvaguarda das dimensões humanas das relações sociais?

Após essa discussão, que finaliza a PARTE I, chega-se na PARTE II ao “clímax” desse trabalho, traduzido pelo produto, presente no Capítulo 03, que consiste em uma adequação do prédio da estação ferroviária e seu entorno para uma área de apoio para que sejam desenvolvidas atividades de promoção e valorização das dimensões intangíveis da paisagem, através do saber-fazer popular. Esse apoio se dá na criação de espaços voltados à comercialização e divulgação dos produtos elaborados pelas famílias da região, em uma localidade que representa uma importante centralidade no tecido urbano da cidade.

Esse projeto, concebido para ser uma espécie de embrião, une as iniciativas de preservação e uso pela população de um patrimônio edificado e a adequação de um espaço de fomento das atividades relacionadas com as técnicas agrícolas tradicionais. Essa abordagem se situa, portanto, na ideia de aproximação dessas iniciativas ao nível das pessoas e a consequente democratização do espaço e das decisões como forma de fortalecimento de uma coletividade no âmbito do patrimônio cultural.

Em suma, ao entendermos os fenômenos no contexto apresentado em um substrato mais palpável, representado pelo patrimônio cultural, é possível entendermos melhor o papel de cada agente na construção de nossas paisagens. Com base no recorte geográfico, representado pela cidade de Raul Soares, podemos propor uma crítica sobre qual cidade queremos projetar para o futuro e como podemos estabelecer um processo contínuo e virtuoso de aprimoramento da participação das pessoas na comunidade.

Essa análise visa contribuir com uma discussão, através de uma abordagem para a cidade de Raul Soares, que pode se estender para outros contextos geográficos e sociais similares e que podem encontrar nesse tema uma alternativa importante no campo

patrimonial. Através dos mais diversos agentes, é possível, portanto, vislumbrar um fortalecimento do senso de cidadania e pertencimento a partir dos desafios que a contemporaneidade impõe às nossas cidades.

PARTE I

CAPÍTULO 01 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO LÓCUS EMPÍRICO: FORMAÇÃO DA PAISAGEM CULTURAL NOS SÉCULOS XIX, XX e XXI

Falar de uma pretensa mineiridade, ou uma paisagem tipicamente mineira, não é uma tarefa fácil. Na literatura brasileira temos vários exemplos de caracterização da cultura mineira, que demonstram uma espécie de mosaico cultural que essa unidade da federação apresenta dentro dos limites de seu território. A seguir, é apresentado um texto de autoria de João Guimarães Rosa (1957, n.p.), onde podemos perceber a infinidade de influências que formaram e ainda formam esse panorama:

Minas, Minas Gerais, inconfidente, brasileira, paulista, emboaba, lírica e sábia, lendária, épica, mágica, diamantina, aurífera, errífera, ferrosa, férrica, balneária, hidromineral, jê, puri, acroá, goitacá, goianá, cafeeira, agrária, barroca, luzia, árca, alpestre, rupestre, campestre, de el-rei, das minas, do ouro das minas, das pretas minas, negreira, mandigueira, moçambiqueira, conga, dos templos, santeira, quaresmeira, processional, granítica, de ouro em ferro, siderúrgica, calcárea, das perambeiras, serrana bela, idílica, ilógica, translógica, supralógica, intemporal, interna, leiteira, do leite e da vaca, das artes de Deus, do caos calmo, malasarte, conjuradora, adversa ao fácil, tijuana, januária, peluda, baeteira, tapiocana, catrumana, fabril, industriosa, industrial, fria, arcaica, mítica, enigmática, asiática, assombrada, salubre e salutar, assobradada, municipal, municipalíssima, paroquial, marília e heliodora, de pedra-sabão, de hematita compacta, da sabedoria, de Borba Gato, Minas joãozinho, Minas plural, dos horizontes, de terra antiga, das lapas e cavernas, da Gruta de Maquiné, do Homem de Lagoa Santa, de Vila Rica, franciscana, barranqueira, bandoleira, pecuária, retraída, canônica, sertaneja, jagunça, clássica, mariana, claustral, humanista, política, sigilosa, estudiosa, comum, formiga e cigarra, labiríntica, pública e fechada, no alto afundada, toucinheira,

metalúrgica, de liteira, mateira, missionária, benta e circuncisa, tropeira, borracheira, mangabeira, comboeira, rural, ladina, cidadina, devota, cigana, amealhadora, mineral e intelectual, espiritual, arrieira, boiadeira, urucuiana, cordisburguesa, paraopebana, fluminense-das-velhas, barbacenense, leopoldinense, itaguarense, curvelana, belo-horizontina, do ar, do lar, da saudade, do queijo, do tutu, do milho e do porco, do angu, do frango com quiabo, Minas magra, capioa, enxuta, groteira, garimpeira, sussurrada, sibilada, Minas plenária, imo e âmago, chapadeira, veredeira, zebuzeira, bureira, bovina, vacum, forjadora, nativa, simplória, sabida sem desordem, sem inveja, sem realce, tempestiva, legalista, legal, governista, revoltosa, vaqueira, geralista, generalista, de não navios, de não ver navios, longe do mar, Minas sem mar, Minas em mim: Minas comigo. Minas. [...]. (ROSA, 1957, n.p.).³

O fato de Minas Gerais ser o quinto maior estado da federação e com uma área comparável à de países inteiros torna o simples fato de estabelecer uma semiologia minimamente representativa em um esforço de grandes proporções. Contudo, um elemento em comum pode ser destacado em vários cenários representativos do estado: a intrínseca relação entre os elementos físicos e humanos, e suas interações ao se criar elementos culturais completamente originais e, por conseguinte, irreproduzíveis em outros contextos.

Dessa forma, as interpretações acerca da maneira como uma sociedade se vê espelhada (JEUDY, 2005, p35), que culminam, em parte, nas políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural, podem nos apresentar um panorama geral de representatividade de tais elementos culturais. Ao analisar os elementos escolhidos como os representantes acerca do patrimônio cultural de um contexto social, é possível perceber eventuais lacunas de representatividade e sugerir novas abordagens para tais políticas.

De fato, embora seja impossível que a totalidade das manifestações culturais possa ser inventariada ou preservada no Brasil e também em Minas Gerais, ainda é possível perceber uma lacuna no campo da representatividade acerca do patrimônio cultural. Embora as temáticas dos bens com algum instrumento de preservação tenham se expandido em várias direções, ainda predominam no cenário de preservação de bens, sobretudo materiais, representantes do período colonial brasileiro. Isso pode ser explicado pelo contexto de criação e consolidação dos próprios instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural no Brasil, ocorrido no período do Estado Novo com a narrativa de se criar uma unidade nacional no imaginário coletivo.

³ Trecho do texto publicado na revista “O Cruzeiro”, de 24 de agosto de 1957, por Guimarães Rosa.

Seguindo essa lógica, é importante estabelecermos um pequeno contraponto, ou melhor, um vetor de possibilidades, ao propormos alternativas para iniciativas no campo patrimonial que contemplem temáticas distintas, cujo recorte é a cidade de Raul Soares, no estado brasileiro de Minas Gerais. O recorte geográfico a qual está inserida possui um processo de ocupação bastante característico, quer pela maciça presença dos interesses do estado, quer pela implantação de sua matriz econômica baseada no café a fim de substituir a exploração aurífera. Cabe ressaltar que a atividade mineradora já se encontrava decadente nesse período, e, com intuito de consolidar a ocupação efetiva da região, essa nova atividade econômica viria a cristalizar o Sudeste brasileiro como o motor econômico do país ainda no século XIX.

1.1 - O LÓCUS EMPÍRICO: A CIDADE DE RAUL SOARES E SEU CONTEXTO REGIONAL

Para entendermos a proposta desse trabalho, é importante delinear os aspectos que faremos da ideia de região para esse contexto geográfico. Nesse recorte do espaço-tempo é necessário que se leve em consideração fatores econômicos, culturais, políticos e sociais da delimitação do mesmo e, para que possamos caracterizar o período de consolidação da ocupação “oficial” do território.

Dessa forma, o recorte regional que levaremos em conta será a antiga mesorregião da Zona da Mata de Minas Gerais, que foi o termo utilizado pela classificação oficial do IBGE desde 1989 até o ano de 2017, e que posteriormente foi substituída pela divisão em regiões geográficas imediatas e intermediárias⁴. Ao fazermos essa diferenciação, é possível delimitar com relativa precisão um processo histórico de consolidação dessa porção do território mineiro na esteira do que conhecemos como o ciclo do café no século XIX e que coincide com os processos de ocupação que pretendemos analisar.

Para tal, algumas ferramentas nos permitem mesclar os diversos fenômenos, como falado, de natureza distinta entre si, e que pode nos indicar pontos em comum (homogeneidade) dentro de pontos de diferenciação em relação a outras regiões do território

⁴ A antiga divisão administrativa, em vigor entre 1989 e 2017 era baseada na diferenciação de porções do território do estado entre mesorregiões que, por sua vez, eram divididas entre as microrregiões. Após o ano de 2017, passaria a ser adotada pelo IBGE a divisão em regiões geográficas imediatas e intermediárias, que têm como principal elemento de referência as redes urbanas. Dessa forma, essa classificação poderia levar em conta aspectos relevantes da vida cotidiana das pessoas e a relação dos fluxos sociais e o território que os mesmos ocupam. Tais aspectos podem ser enumerados pelo comércio, trabalho e serviços em geral, como saúde e educação.

mineiro (heterogeneidade). Dessa forma, conseguimos extrair um recorte que situe essa porção peculiar (geograficamente e historicamente) dentro de uma unidade mais abrangente, que corresponde ao território do atual estado de Minas Gerais.

A importância de estabelecermos uma delimitação dentro de uma totalidade mais abrangente é crucial para propormos alternativas acerca da ideia de preservação do Patrimônio Cultural. Com isso, é possível indicar a diversidade cultural presente no estado, que é conhecido justamente pelo grande acervo patrimonial que possui. A escolha em si da porção do território a ser estudada também é de suma importância, uma vez que a caracterização da região já indica as estratégias de valorização do patrimônio cultural.

Nos anos iniciais da república, de acordo com J. Wirth (1982, p. 41), a regionalização do estado de Minas Gerais baseava-se na divisão do território entre sete regiões: Norte, Sul, Leste, Oeste, Central, Mata e Triângulo. Essa divisão reforçava a ideia de um mosaico, em que existiam várias regiões distintas sem, contudo, apresentar uma articulação econômica integrada, cuja unidade se dava apenas no campo político-administrativo (Ver fig. 1).

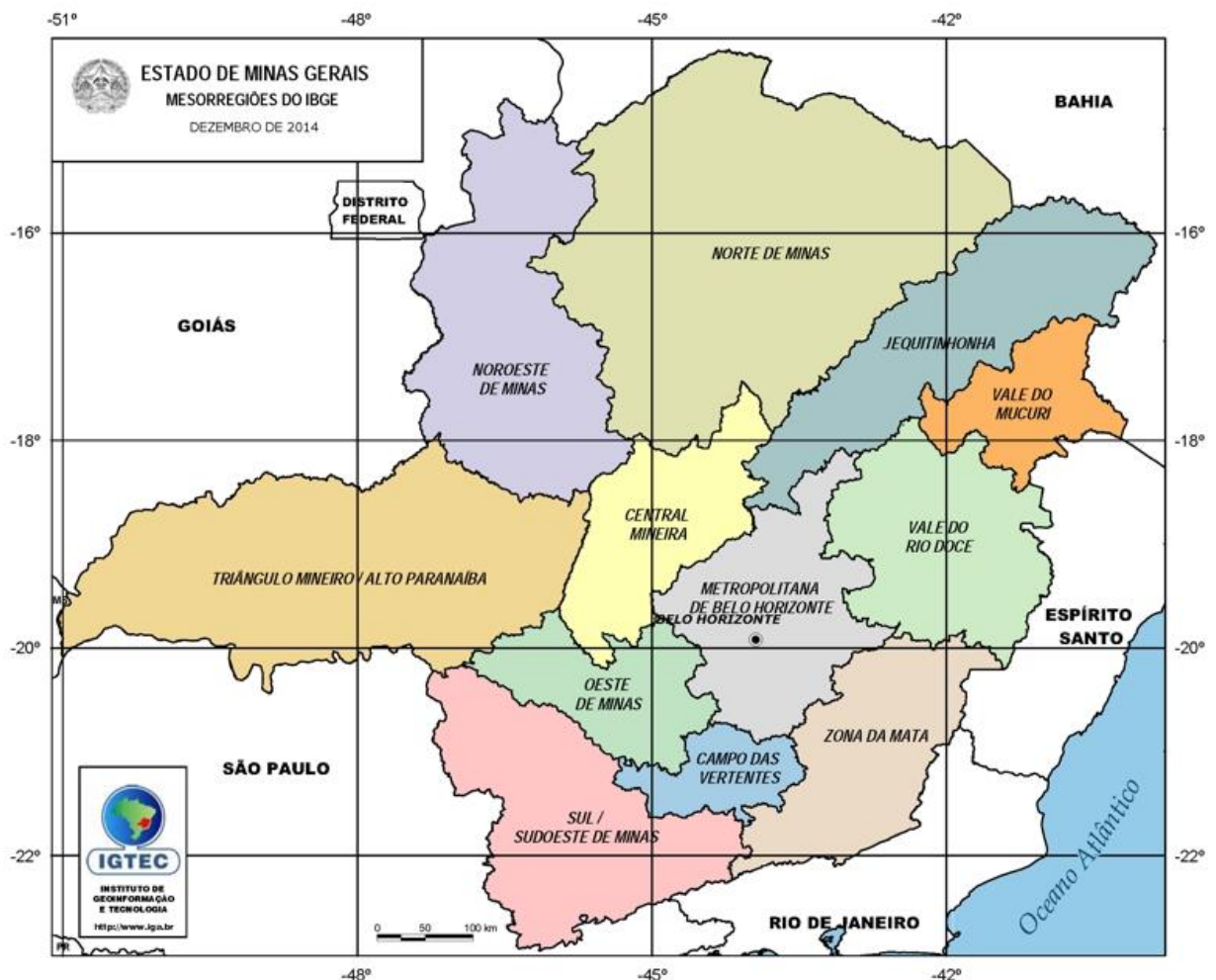


Figura 1. Fonte (disponível em): <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/localizacao-geografica>, acesso em 08 abr. 2020.

Essa ideia coincide com a divisão administrativa das mesorregiões, que, embora não esteja em vigor atualmente, consegue nos proporcionar uma noção mais aproximada dos processos históricos de consolidação dessa região no cenário econômico tanto do estado como do país. Dessa forma, conseguimos propor uma delimitação dentro da ideia de região histórica, que corresponde, por conseguinte, à porção da Zona da Mata, como podemos ver no diagrama acima.

A divisão apresentada pela Zona da Mata em Minas Gerais coincide, em parte, com o sítio formado entre a região histórica central mineradora ou o atual “quadrilátero ferrífero”⁵ e o litoral a leste, que corresponde ao atual estado do Espírito Santo. As “bordas” do vale do Rio Doce formam o nosso “locus empírico”, que corresponde à cidade de Raul Soares, que se situa ao Norte dessa referida região, na antiga microrregião de Ponte Nova, distante 219 km da capital Belo Horizonte.

Com uma população de 24.830 hab.⁶, Raul Soares é uma cidade que nasceu com a abertura de áreas destinadas a atividade agropecuária, que por sua vez, representa atualmente a sua principal matriz econômica, seguida pelo comércio e demais atividades de apoio. Dessa forma, os hábitos locais apresentam-se imersos na lógica social das sociedades rurais, onde os ciclos da natureza se fazem mais presentes e determinantes na vida das pessoas.

A seguir, é apresentada uma imagem de satélite, com destaque em vermelho à região do Vale do Rio Doce, e as adjacências formadas entre o Rio de Janeiro, a região mineradora e o Espírito Santo. O município de Raul Soares está inserido nesse contexto, com territórios às margens do Rio Doce e seus afluentes, os Rios Matipó e Santana.

⁵ O assim chamado quadrilátero ferrífero é a região compreendida entre os vértices formados pelas cidades de Belo Horizonte, Santa Bárbara, Mariana e Congonhas, que corresponde, atualmente com a maior parte da extração de minério de ferro do estado de Minas Gerais, bem como outros recursos minerais. Outrora, tal região concentrara a exploração aurífera inicial, que, por conseguinte, estimulou a ocupação inicial em fins do século XVII e início do século XVIII. Cf. (ROESER, P. H.; ROESER, P. A., 2010, p.33-37).

⁶ Est. IBGE 2010.



Figura 2. Fonte: GOOGLE MAPS. Região Leste de Minas Gerais e os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro. 2019. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-20.8894004,-42.7117031,544170m/data=!3m1!1e3>. Acesso em 25 mai. 2020.

É possível delinear a influência do governo central no processo de ocupação dessa região, tanto nos tempos da colônia como no período imperial. As iniciativas de viabilizar o aproveitamento econômico da região iniciam-se com a abertura dos assim chamados postos avançados ou presídios⁷, em locais considerados estratégicos pelos governantes. Essas ações se desenrolaram no âmbito do governo provincial de Minas no período imperial, porém, elas fazem parte de um fenômeno de maior abrangência temporal, inserido no ambiente colonial do Brasil e que marcou profundamente o destino dessa região bem como as suas adjacências.

É sabido, pois, que no século XVIII, com a descoberta das minas auríferas na região central do atual estado de Minas Gerais, cujo epicentro era a localidade de Vila Rica, o governo metropolitano português da época decidiu desencorajar a ocupação de tais terras (a Leste das mesmas), com o objetivo de evitar o contrabando do precioso metal pelo litoral da então província do Espírito Santo. Dessa forma, apenas o caminho que muitos denominam

⁷ Presídio era a designação de uma unidade vinculada à estrutura militar formada por uma guarnição de “soldados pedestres” degredados, ou seja, sem uma relação direta com o regimento militar. Tinha a função de ser um ponto de apoio na luta contra os grupos indígenas, e seu isolamento viabilizava, concomitantemente, ter a função de um lugar de degredo. Cf. (ESPÍNDOLA, H., 2019, p.72).

por “Estrada Real”, que liga a região das minas ao Rio de Janeiro, poderia ser utilizado para escoar o produto da mineração, e onde o aparelho burocrático do estado português, como casas de fundição, postos de fiscalização e demais infraestruturas de controle foram erguidos.

Com isso, por um longo período de tempo, toda a região conhecida como Vale do Rio Doce e interior do Espírito Santo apresentou uma ocupação praticamente nula de luso-brasileiros. Com isso, predominava a presença dos habitantes originais ameríndios, nomeadamente os botocudos, reconhecidamente hostis aos conquistadores de origem europeia. (ESPÍNDOLA, 2008, p.81).

Na parte da *Carta Geographica da Capitania de Minas Geraes*, de Caetano Luis de Miranda, 1804 (a seguir), com realce em vermelho, é apresentada essa região, em fins do século XVIII e início do século XIX, com ocupação esparsa. Nota-se a presença dos “presídios”, próximos ao Rio Cuieté (atual Rio Caratinga) e na região da atualmente denominada Serra do Brigadeiro (mais ao Sul):

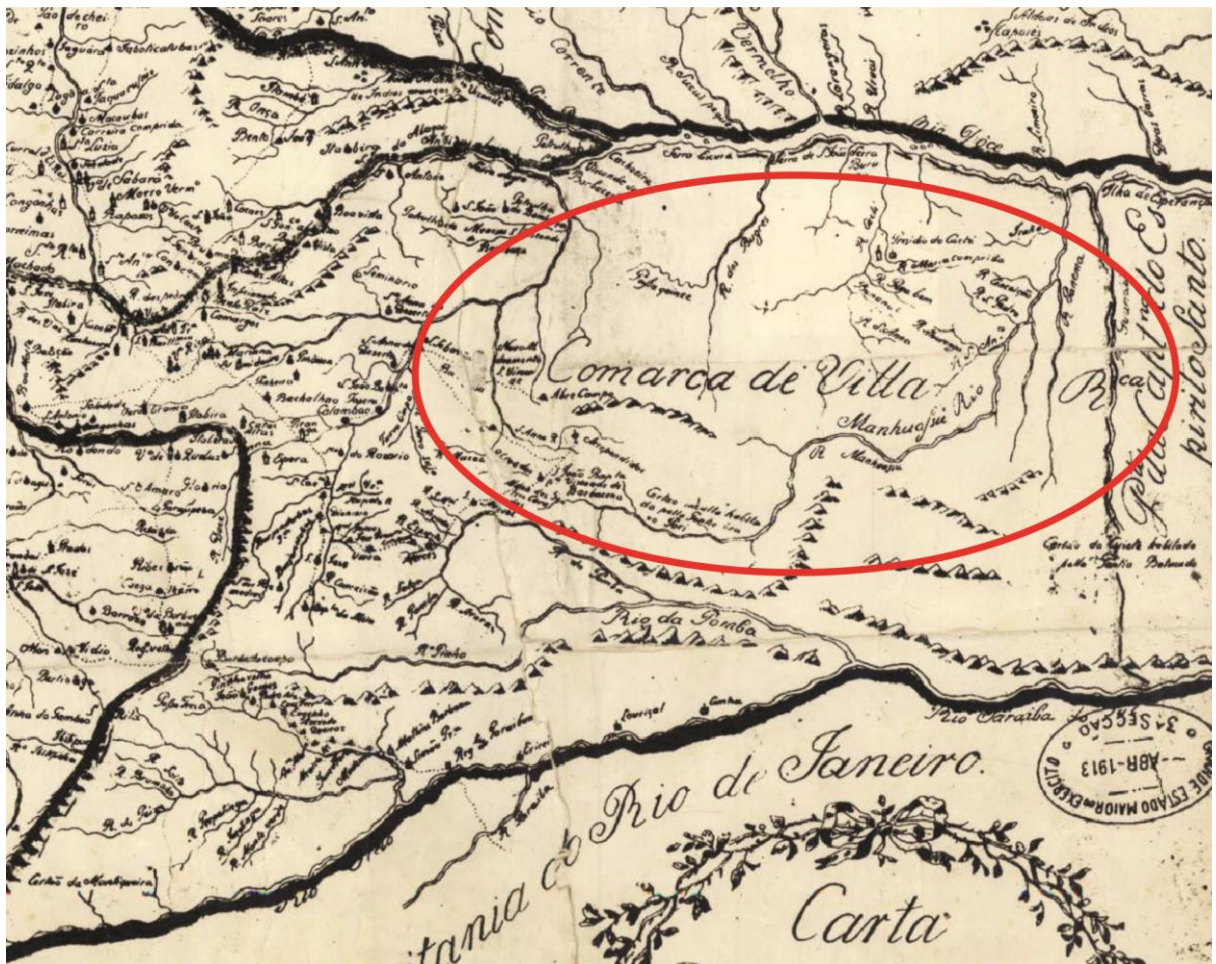


Figura 3. Fonte: Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.arq.ufmg.br/nehcit/itabirito/mapas/mapas.php?mapa=4&titulo=Carta%20geogr%C3%A1fica%20da%20capitania%20de%20Minas%20Gerais>, acesso em 25 mai. 2020.

Dessa forma, os presídios que foram erguidos na região tinham o objetivo de estabelecer um controle pela coroa portuguesa na região. Esse controle baseava-se na proibição do trânsito de pessoas no sentido Leste-Oeste em ambas as direções, bem como o controle sobre os habitantes indígenas, conhecidos como Botocudos, a fim de que o controle dos mesmos viesse a assegurar a exploração das minas através da defesa das suas extremidades. Podemos destacar os presídios de Cuieté na parte setentrional do vale, hoje distrito de Cuieté Velho pertencente ao município de Conselheiro Pena, MG; Abre Campo, hoje município homônimo; o presídio de Arrepiados, atual município de Araponga, MG, e Pomba, atual município de Rio Pomba, MG. Essa área (em vermelho) seria conhecida posteriormente como "zona proibida".

Com isso, as proibições, inclusive de trânsito na área, se mantiveram até o esgotamento das minas (início do século XIX) e, paulatinamente, foram perdendo sua utilidade até serem finalmente revogadas. (ESPÍNDOLA, 2008, p.77). Com uma postura contrária em relação ao período anterior, os governos central e provincial passaram a estimular a ocupação de tais terras através da implantação de culturas agrícolas, nomeadamente o café, cana-de-açúcar e o milho, bem como a pecuária, através de aberturas de pequenas povoações, bem como fazendas e patrimônios religiosos.

Um ponto a se notar é que a ocupação do vale do Rio Doce, ao contrário do que se imagina em um primeiro momento, não se deu a partir do litoral (através da foz do rio), mas a partir das ligações terrestres entre a antiga região das minas bem como o Rio de Janeiro, então capital do Império. Isso se deve, em princípio, pela falta de demanda existente por produtos agrícolas na então província do Espírito Santo naquela altura, ao contrário do Vale do Paraíba, com suas emergentes plantações de café. (ESPÍNDOLA, 2008, p.72).

Dessa forma, podemos destacar a influência massiva da província do Rio de Janeiro na região através dos fluxos migratórios advindos da mesma e, posteriormente, das ligações ferroviárias, que avançavam com enorme velocidade por toda a segunda metade do século XIX e início do XX. Ao se criar uma ligação direta entre a região e a então capital do Brasil, a região se consolidava como uma importante fronteira agrícola no país naquele tempo. A ferrovia, em um determinado momento, também serviu como um pulverizador da influência estrangeira, nomeadamente inglesa, através de sua infraestrutura física e dos sistemas construtivos próprios.

A partir da sedimentação da ocupação de origem europeia, ou oficial, os habitantes indígenas aos poucos passaram a integrar, mesmo que de forma marginal, a então nascente sociedade que se formou naquele momento, fazendo-se presentes nos costumes, hábitos e

modos de vida. Somado a esse ambiente, verificou-se mais ao fim do século XIX o surgimento de ondas migratórias advindas das políticas imperiais de substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre assalariado, principalmente pelos imigrantes europeus, com destaque aos indivíduos e famílias advindas da península itálica (KLEIN, 1999, p.26).

Como resultado desse peculiar processo de ocupação, as atividades econômicas estimuladas pelas políticas estatais sedimentaram na população práticas e costumes tipicamente rurais. Esse caráter pode ser percebido através de suas organizações coletivas, festividades religiosas, ambiência urbana e adjacências, o saber-fazer tipicamente rural entre outros pontos importantes na formação da coletividade social existente no lócus empírico, Raul Soares, na atualidade.

É importante salientar, também, que esse caráter tipicamente rural, baseado na cultura cafeeira, está inserido em um contexto de continuidade com a atmosfera do ciclo do ouro do Brasil, seja pela proximidade dos centros irradiadores, sejam pelas atividades econômicas que se sucederam como matriz econômica do país. Com isso, é possível identificar, especialmente na dimensão iconográfica, as influências dessas atividades em suas manifestações culturais e na conformação dos espaços físicos que deram origem aos primeiros assentamentos.

Podemos entender, também, que esse processo dinâmico fez emergir uma sociedade relativamente plural, multifacetada, baseada nas interações de diversos povos que a formaram e que, por sua vez, imprimiram nesse estrato social características próprias. Afro-americanos, luso-brasileiros, indígenas e demais europeus contribuíram em maior ou menor grau com suas idiossincrasias para formar uma identidade coletiva, por vezes subestimada em seus valores e potencialidades. Portanto, é possível dizer que a sociedade que forma essa região pode representar um resumo da riqueza social tão peculiar ao Brasil, e que é o que o destaca como um país multicultural e com influências diversas, de povos de diferentes origens pelo globo.

1.1.1 - O Papel da Economia Cafeeira na Zona da Mata e a Ferrovia

Com a emergência da cultura cafeeira no segundo quartel do século XIX no Brasil, que ainda possuía uma economia basicamente agroexportadora, as atenções do governo imperial se voltaram para o cultivo e a consequente exportação do produto no mercado mundial. Para tanto, uma rede de escoamento para essa produção emergente se fazia necessária e urgente, ao passo que a expansão das lavouras adentrava para as regiões despovoadas de Minas Gerais, expandindo-se a partir do Vale do Paraíba.

Essa região, que mais tarde seria conhecida como Zona da Mata em virtude de sua cobertura vegetal, marcada pela exuberante floresta que corresponde ao Bioma de Mata Atlântica, sofreria um importante processo de povoamento dos povos de origem luso-brasileira e expansão das lavouras cafeeiras. Tal expansão se deu, sobretudo, por razão das tecnologias disponíveis à época, em especial através da expansão da malha ferroviária, que cumpria a dupla função de permitir o escoamento da produção agrícola ao mesmo tempo em que fundava e/ou expandia as povoações ao decorrer das linhas ferroviárias.

Entender o processo de expansão dessa rede de estradas de ferro se confunde com o próprio processo de povoamento “oficial” da região, e, nesse aspecto, seguia-se a lógica do traçado das próprias ferrovias. A característica mais marcante dessa implantação se dava pelo predomínio de uma linearidade *sui generis* da própria engenharia ferroviária, que, por conseguinte, gerava um vetor que determinava o destino de muitas povoações que porventura estivessem na rota desses eixos de progresso.

Cabe ressaltar que essa primeira leva de ocupação se deu de forma a ressaltar a sua importância no ambiente físico tanto dos núcleos urbanos formados, quanto à conformação regional que se seguiria. Considerando a ideia de palimpsesto, a ferrovia sedimentava, naquela altura, a primeira camada de ocupação da região no sentido edilício. Por essa razão, podemos caracterizar essa camada como a base da estrutura física e social da paisagem que se formaria depois.

Em resumo, é de grande importância o papel da implantação da ferrovia na conformação da paisagem da Zona da Mata de maneira geral, bem como os eixos que a mesma forma. Nesse ínterim, a importância do eixo formado pelo ramal de Caratinga (MG) (partindo de Ponte Nova, MG) na formação da estrutura da paisagem se refletiu nas redes de influência criadas bem como as dinâmicas sociais que se formariam a partir de então.

As ferrovias surgiram na região histórica da Zona da Mata de Minas Gerais em virtude da expansão da lavoura cafeeira em fins do século XIX com forte influência do Rio de Janeiro, então capital do Império Brasileiro (BLASENHEIM, 1996, p.88). Dessa forma, a rede ferroviária que se formou nesta localidade, que foram os primeiros trilhos ferroviários de Minas Gerais, era baseada por iniciativas dos próprios fazendeiros a fim de criar melhores condições de escoamento de sua produção agrícola, com destaque para o café, como pode ser verificado no mapa a seguir, da Estrada de Ferro Leopoldina na década de 1960:

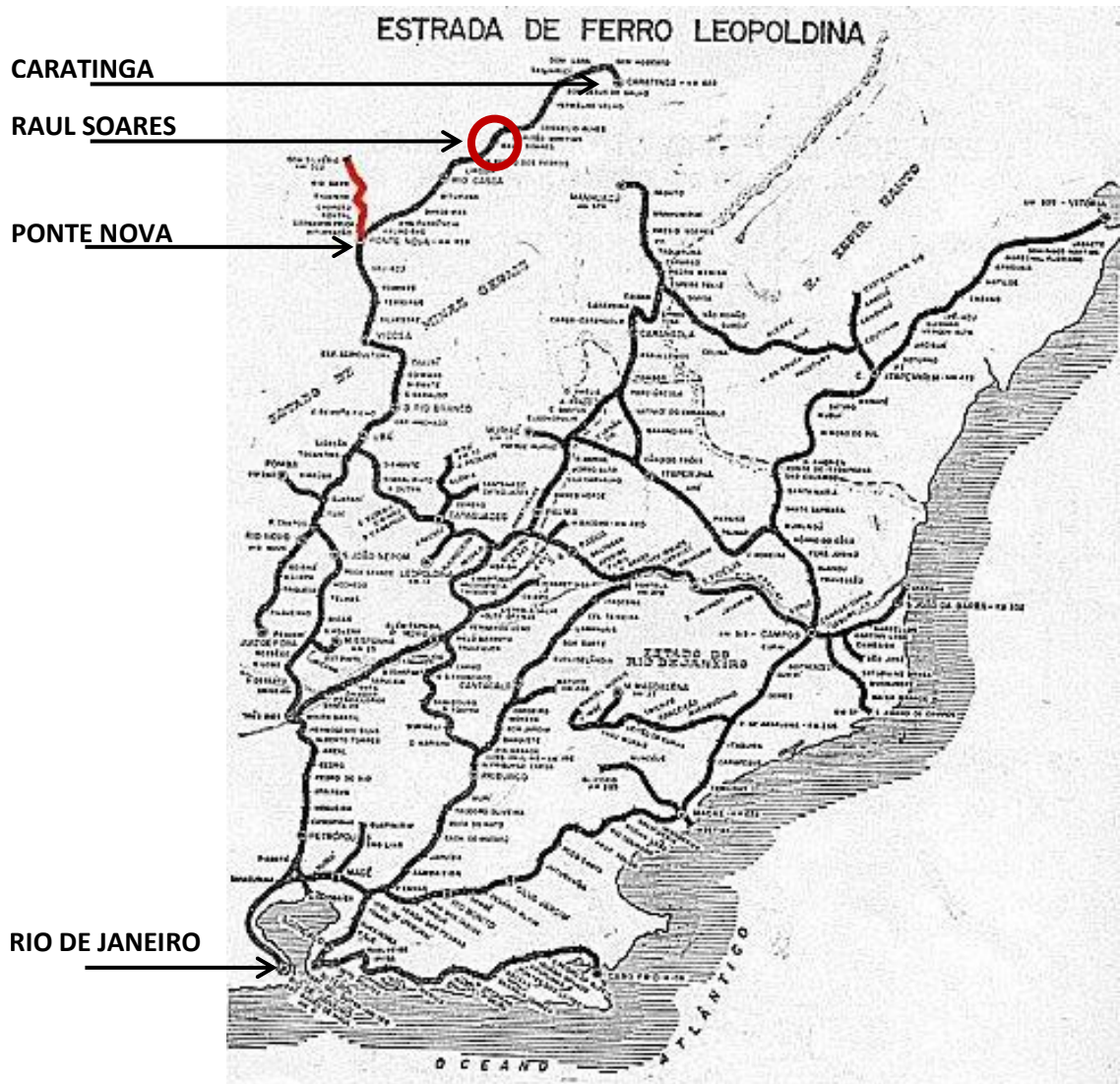


Figura 4. Fonte: Estrada de Ferro Leopoldina. 1960. Disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_mapas/efl_mapa_61_caratinga.jpg, acesso em 25 mai. 2020.

As diversas ferrovias que se formaram na região mais tarde foram incorporadas em sua maioria à antiga Ferrovia Leopoldina⁸. Cabe ressaltar o enorme papel desempenhado pelo Estado em diversos momentos de sua história, seja como um financiador da sua construção propriamente dita, seja como o mediador entre os interesses dos diversos grupos econômicos ao direcionar os rumos e recursos a serem empregados.

A primeira região a cultivar o café em Minas Gerais foi também a primeira região servida por trilhos, ainda antes de ter a sua capital sediada na atual cidade de Belo Horizonte.

⁸ Entre os anos de 1872 a 1898, chamava-se Companhia Estrada de Ferro Leopoldina, quando passou a se chamar *The Leopoldina Railway*, mantendo esse nome até o ano de 1950, quando passou a se chamar Estrada de Ferro Leopoldina (EFL). Foi extinta oficialmente, já como parte da RFFSA, no ano de 2007. Atualmente apenas uma pequena fração das linhas originais é operada pela Ferrovia Centro Atlântica, após a privatização ocorrida nos anos 1990. Para efeito de resumo, utilizaremos seu nome mais atualizado: Estrada de Ferro Leopoldina.

Por essa razão, o Rio de Janeiro viria a tornar o grande referencial político, econômico e cultural para a região.

Tal fato é por vezes observado na presença massiva de elementos presentes na organização espacial e na construção das cidades e pelo grande intercâmbio de pessoas e serviços nesse vetor. Cabe destaque a vinda de mão de obra imigrante, especialmente de italianos, que, no caso dessa região, vinham pelo porto do Rio de Janeiro para trabalhar nas fazendas de café a substituir a mão de obra escrava, principalmente nas regiões ocupadas mais no final do século XIX. A presença dos imigrantes se fundiu com as demais etnias existentes, de origem luso-brasileira, africana e indígena, dando origem a uma organização econômico-social caracterizada por uma sociedade intrinsecamente ligada à terra.

De acordo com Manuel Pedrosa (1962, p.189), podemos caracterizar o processo histórico dessa região em relação ao seu contexto imediato, a partir das referências do século XIX:

Esta zona é por motivos a que, no processo geral de desenvolvimento social e econômico de Minas Gerais, se processou em último lugar. Ela surge com o século XIX, do qual reflete todas as suas características. O liberalismo, a iniciativa privada, a crença no progresso material trazida pela máquina a vapor e pela eletricidade, o ecletismo do estilo arquitetônico e outras manifestações de uma mentalidade com tendência a romper com o estabelecido até o fim da centúria anterior. [...] A Zona da Mata é uma ruptura com o passado histórico de Minas Gerais. [...] (PEDROSA, 1962, p.189).

Como podemos notar, o rol de influências na formação social da Zona da Mata mineira é vasto e complexo, onde é possível destacar a forte tradição rural e agrícola e a sua inserção no panorama da era da indústria, característica marcante das ocupações do século XIX no Brasil. Cabe ressaltar que esse processo representa, portanto um importante capítulo na história do país já como nação independente e com uma configuração no cenário político mundial distinta da observada nos tempos coloniais.

Portanto, esse processo marca um período de formação da paisagem, através dos assentamentos humanos, a estrutura social (ocupação, pulverização da ocupação pelo território, relações de trabalho) que conferiu características bastante peculiares ao território. Dessa forma, podemos destacar a ferrovia, especialmente o ramal no sentido Norte (entre Ponte Nova a Caratinga) como o eixo principal que estrutura e orienta a localização e desenvolvimento das localidades, e que confere características de ocupação por vezes similares entre as cidades localizadas ao longo desse ramal. No diagrama a seguir, podemos

ver as cidades do percurso, que são as atuais cidades de Ponte Nova, passa por Rio Casca, São Pedro dos Ferros, Raul Soares, Bom Jesus do Galho e finalmente Caratinga.

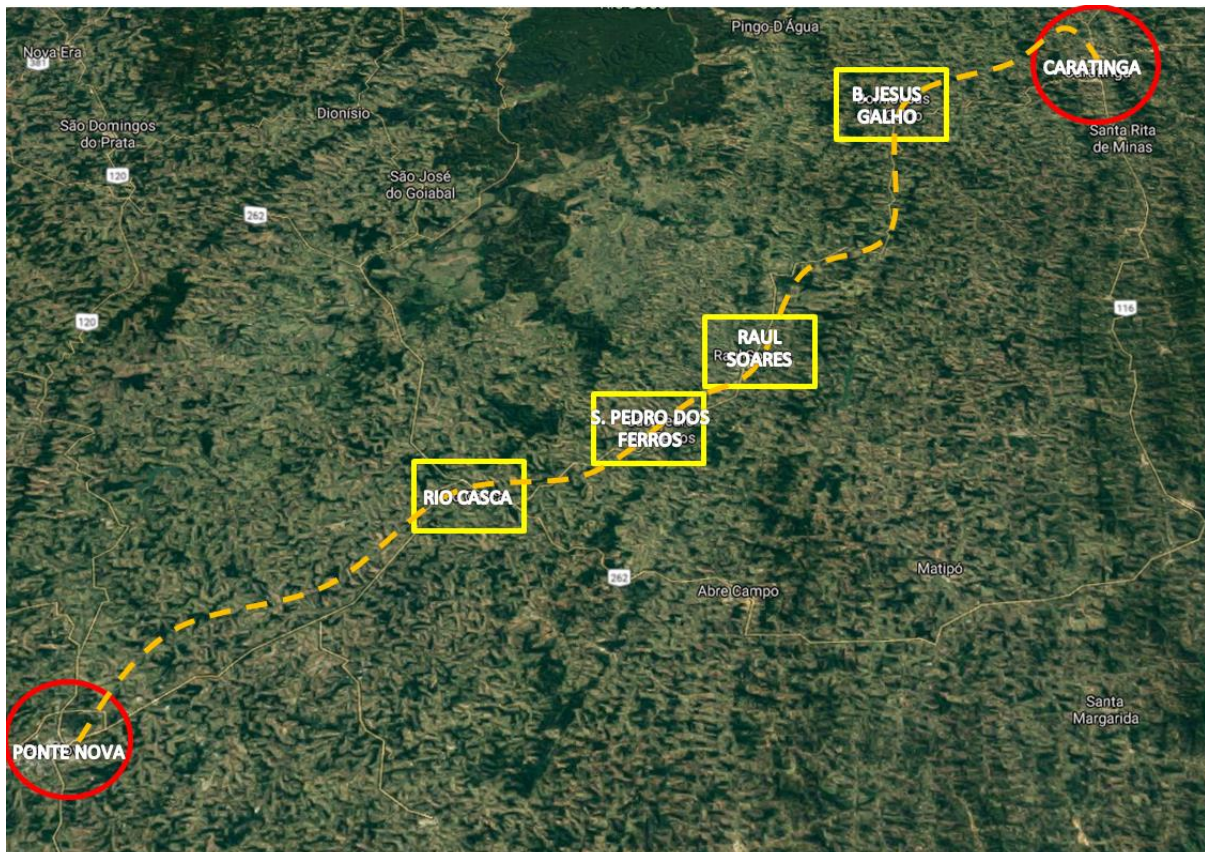


Figura 5. Fonte: GOOGLE MAPS. Zona da Mata Norte de Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-20.104034,-42.5119159,82374m/data=!3m1!1e3>, acesso em 25 mai. 2020.

O Ramal de Caratinga iniciou-se em Ponte Nova e, no ano de 1916 os trilhos alcançaram Raul Soares, que naquela altura se chamava Matipoó (sic). A cidade se manteve como ponta de linha até meados da década de 1920 até que os trabalhos de construção conseguem transpor a região montanhosa e o ramal alcança o destino final, que é a cidade de Caratinga, em 1931, de onde não passou.⁹

Podemos destacar as cidades ao longo desse eixo que se localizam linearmente às bordas da região mais elevada à Leste, cuja transposição é feita entre as cidades de Raul Soares e Bom Jesus do Galho, mais precisamente no distrito de Vermelho Velho, pertencente a Raul Soares. Anos mais tarde, entre as décadas de 1970 e 1990, a rodovia asfaltada MG-329 faria o mesmo percurso, entre Ponte Nova e Caratinga, conectando-se à BR 262 em Rio Casca e à BR116 em Caratinga ao passo que o ramal encerraria o seu funcionamento na década de 1980.

⁹ Percurso do Ramal de Caratinga (imagem acima), Cf. http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_mg_tresrios_caratinga/efl_linha_caratinga.htm, acesso em 07 abr. 2020.

1.2 - A FORMAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE RAUL SOARES: A CIDADE DO SÉCULO XIX, CONSOLIDAÇÃO NO SÉCULO XX E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI

Tomando por base o nosso recorte geográfico, uma vez entendido a sua inserção no cenário nacional, é importante caracterizar a paisagem que se formou desde as primeiras ocupações até a atualidade. A partir desse ponto, é possível gerar um campo propositivo em relação às políticas patrimoniais, que devem ser pensadas, *a priori*, de maneira endógena, ou seja, fomentadas a partir das peculiaridades de cada contexto e suas representações em um cenário mais amplo.

Dessa forma, é importante um diagnóstico das potenciais atividades que se aglutinam em torno da temática cultural, expressas através dos meios de vida, paisagens urbanas e seu entorno rural, bem como a diversidade das atividades coletivas. Porém, precisamos estabelecer uma ideia de paisagem que transcende uma definição meramente física do território, mas que contemple os seus aspectos culturais. Dessa forma, é compreendida (a paisagem) como uma parte representativa de um processo social atrelado à inter-relação simbiótica entre os elementos de natureza material e imaterial em um determinado recorte espacial (CASTRIOTA, 2009, p.259). Para a cidade de Raul Soares e seu entorno, os elementos presentes nessa paisagem serão caracterizados a partir das observações primárias de caráter qualitativo, feitas pelo autor, bem como demais recursos de diagramas, sejam interativos ou não, que nos ajudarão a entender melhor a interação dos diversos agentes formadores dessa porção do território.

Do ponto de vista administrativo-territorial, Raul Soares se divide em cinco distritos, que são: Sede, Bicuíba, Vermelho Velho, Santana do Tabuleiro, São Vicente da Estrela e São Sebastião do Óculo (BRASIL, 1959, p.13). Para facilitar a compreensão dos diferentes elementos formadores desse mosaico, podemos dividi-lo em dois principais eixos temáticos, em virtude, principalmente de seu relevo e clima e seu entrosamento com os meios de vida.

As “terras altas”, compreendidas majoritariamente pelos distritos de Bicuíba, Vermelho Velho, Santana do Tabuleiro e São Sebastião do óculo, com uma altitude média de 700m e as “terras baixas”, situadas majoritariamente no distrito-sede e no distrito de São Vicente da Estrela, com uma altitude média de 290 m, conforme diagramas a seguir¹⁰:

¹⁰ Em ordem, dois diagramas (fig. 6 e 7) mostrando a conformação territorial do município e a altimetria básica do mesmo, com destaque à cadeia de montanhas que faz a separação das áreas.



Figura 6. Fonte: GOOGLE MAPS. Raul Soares, Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-20.104034,-42.5119159,82374m/data=!3m1!1e3>. Acesso em 25 mai. 2020.

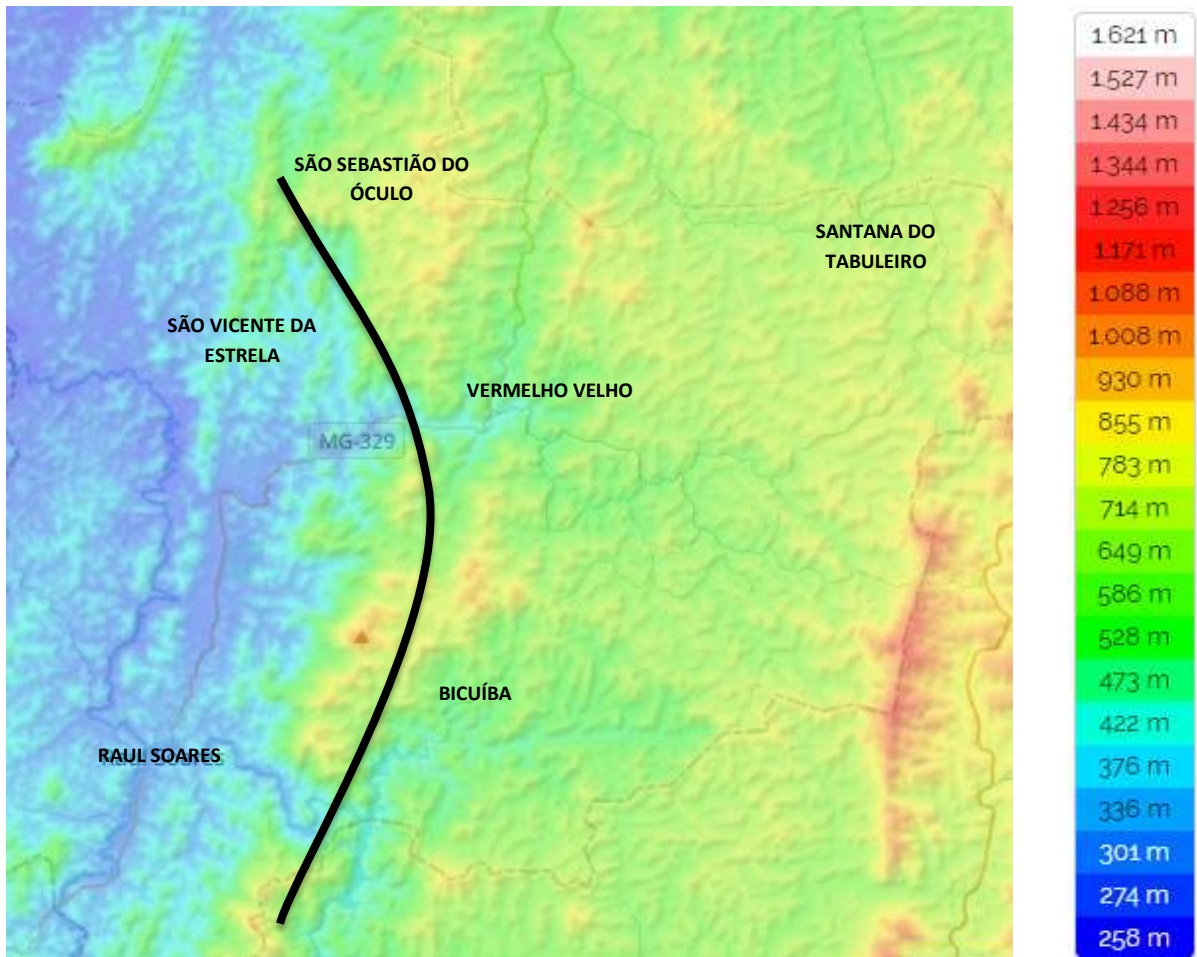


Figura 7. Fonte: OpenStreetMap. Raul Soares, Minas Gerais, 2019. Disponível em <https://pt-br.topographic-map.com/maps/gw80/Raul-Soares/>. Acesso em 15 abr. 2020.

O principal elemento estruturante dessa região é a cadeia de montanhas formada por um prolongamento que se estende desde a Serra do Brigadeiro como uma espécie de “espinha dorsal” no município. Podemos perceber que essa cadeia, considerando o processo de ocupação do vale do Rio Doce, foi a responsável pela conformação principal do traçado da ferrovia ali instalada, pelos idos do início do século XIX. Dessa forma, pela limitação técnica que os “greides”¹¹ ferroviários possuem como característica, qualquer transposição de grandes altitudes se faz de forma bastante difícil, não sem algum esforço mais vultoso, seja pelo traçado mais alongado, seja pelo emprego de ferramentas mais sofisticadas, como as cremalheiras.

Dessa forma, como a ferrovia precisava se estabelecer na região mais elevada devido ao nascente cultivo de café, a mesma se deu de forma paulatina, no sentido Sul-Norte, fazendo com que a cidade tenha sido “ponta de linha”, ou seja, o ponto terminal da linha, entre meados de 1916 até 1931, quando o tráfego fora entregue até Caratinga. Como efeito direto desse fato, esse momento representou o período de maior crescimento econômico da cidade, em virtude do dinamismo que as linhas ferroviárias traziam para a região como um todo e por conseguir concentrar os recursos econômicos dessa região para as localidades servidas pela ferrovia.

Há, portanto, uma relação intrínseca entre as características territoriais e políticas desse recorte geográfico, uma vez que justamente nesse período de maior atividade econômica, viabilizado pela ferrovia, houve a consolidação da estrutura territorial do município. A sua emancipação ocorreu no ano de 1923, e sua instalação e alteração do seu topônimo para Raul Soares, no ano de 1924¹², cristalizando-o como o centro aglutinador de partes do território mineiro, tão heterogêneas como complementares.

Com isso, uma grande porção de terras, aproximadamente 800 km², passaria a ser chamada como município de Raul Soares, que por sua vez se caracterizavam por uma forte ligação dessas com a sua Sede. Ao dividirmos o território em duas grandes áreas, podemos perceber com maior nitidez as características peculiares dos dois grupos, tais como clima, vegetação e hidrografia que, por conseguinte, conseguem aglutinar grande parte da percepção de paisagem formada nessas distintas regiões.

¹¹ Conjunto de posições altimétricas dos pontos da superfície de rolamento da via férrea. Cf. Glossário de termos ferroviários, disponível em: <http://www.dnit.gov.br/ferrovias/glossario-de-terminos-ferroviarios/glossario-de-terminos-ferroviarios>, acesso em 20 abr. 2020.

¹² O então distrito de São Sebastião de Entre Rios, pertencente a Rio Casca foi desmembrado pela Lei estadual nº 843, de 7 de setembro de 1923, cuja sede distrital foi elevada à categoria de vila. A Lei estadual nº 862, de 19 de setembro de 1924, alterou o topônimo para Raul Soares. (BRASIL, 1959, p.13).



Figura 8. Fonte: Acervo do autor.

1.2.1 – As “terras altas” e o café

As terras altas, situadas a leste dessa cadeia de montanhas, possuem altitudes mais elevadas e relevo mais acidentado, viabilizando a produção predominante de café¹³, principal produto agrícola do município¹⁴. Os assentamentos humanos, por sua vez, possuem características vinculadas à natureza dessas atividades econômicas.

Podemos ressaltar, através de observações qualitativas, uma predominância de pequenas propriedades produtoras, quase em escala familiar, com uma maior pulverização das ocupações bem como uma predominância do trabalho liberal (pequenos produtores, apanhadores, arrendatários, entre outros). Nota-se que, em virtude da parca mecanização dessa atividade, ainda se faz presente uma grande massa de trabalho manual na maioria dos estabelecimentos agrícolas. Em comparação com outras atividades rurais, mesmo que

¹³ Informação disponível no Geoportal do Café – EMATER/MG (Localização das lavouras cafeeiras em MG) disponível em: <http://geoportaldocafe.emater.mg.gov.br/ferramenta>. Acesso em 21 jan. 2020.

¹⁴ Imagem acima a mostrar típica paisagem agrícola da região, nas proximidades do distrito de São Sebastião do Óculo, com predominância da cultura do café e o relevo acidentado, bem como a presença de construções vernaculares.

ocorram eventuais mecanizações, a agricultura cafeeira absorve um grande contingente de mão-de-obra (SIMÕES; PELEGRINI, 2010, p.15).

A dinâmica social nessa região se situa em torno das atividades econômicas desempenhadas pela lavoura de café, sendo que os núcleos urbanos formados pelos distritos servem como apoio em serviços básicos às pessoas da região, como escolas, fornecimento de gêneros alimentícios, saúde básica entre outros. Como apresenta uma ocupação pulverizada e distribuída, é comum que se formem pequenos núcleos, com habitações próximas umas das outras, conhecidos como córregos, que por sua vez possuem associação direta a esse corpo d'água por formar a bacia que delimita esse local geograficamente.

É importante ressaltar que a vida em comunidade dessas localidades em geral orbita em torno das tradições religiosas, em geral católicas romanas, que aglutinam a maioria das festividades e manifestações culturais. Nessa região, podemos destacar a presença de quatro dos cinco distritos da cidade, que são, em ordem de distância em relação à Sede: Bicuíba, Vermelho Velho, São Sebastião do Óculo e Santana do Tabuleiro. Ambos possuem características similares em virtude de possuírem um clima parecido bem como o seu relevo, porém, cada um possui suas peculiaridades no que tangem aos acidentes geográficos, forma de ocupação do território e aos meios de vida.

1.2.1.1 – Bicuíba

Bicuíba é o distrito dessa região com maior proximidade com a Sede do município, localizado próximo ao lago do Emboque¹⁵, que é formado pelas águas do rio Matipó em uma PCH. Por essa razão, e pelo seu clima mais ameno, se comparado com a sede do município, possui uma paisagem bastante característica, marcada pela presença das lavouras de café e seu relevo acidentado, com uma ocupação pulverizada em pequenos sítios.

No lago do Emboque já são existentes algumas iniciativas de uso público do seu espelho d'água, que, mesmo ainda de forma tímida, se encontram consolidadas como opções de lazer e turismo na cidade. Dessa forma, podemos destacar a APAVAMA¹⁶ (Associação de Pescadores e Amigos do Vale do Matipó) e um empreendimento hoteleiro, na modalidade

¹⁵ A seguir, aspecto de parte do lago do emboque, nas proximidades do distrito de Bicuíba, onde é possível observar o relevo acidentado e a predominância das lavouras de café.

¹⁶ Figura 11, com aspecto geral da APAVAMA. É uma entidade comunitária, sem fins lucrativos, destinada ao lazer dos seus sócios.

“hotel fazenda”; a primeira, uma associação sem fins lucrativos e a segunda uma iniciativa de cunho particular destinada à hospedagem e ao lazer dos respectivos hóspedes¹⁷.



Figura 9. Fonte: Acervo do autor.

A parte urbana do distrito apresenta uma ocupação típica da arquitetura rural mineira oitocentista e que possui como grande referência uma ocupação medieval portuguesa, expressa por um arruamento paralelo aos cursos d'água, e geral ao longo dessa única rua¹⁸. Daí o costume dos habitantes locais se referirem à parte urbanizada do território como simplesmente “a rua”. Dessa forma, podemos ver refletidas várias camadas da história, expressas fisicamente nas casas¹⁹, logradouros públicos e ambientes, que podem ser compreendidas em sua máxima extensão de significados através de suas mais singelas nuances.

¹⁷ Aspecto externo do conjunto das instalações, na fig. 12.

¹⁸ Termo utilizado tomando por base que muitos padrões observados nas cidades coloniais mineiras são repetidos, em maior ou menor grau, nesses núcleos então emergentes. Podemos observar a referida nuance na utilização dos caminhos naturais, em geral paralelos aos cursos d'água, com as fachadas estreitas perpendiculares nesse alinhamento. Dessa forma o lote estende-se, por sua vez, até o referido curso d'água, tornando-se consideravelmente alongado nesse sentido. (MARX, 1980, p.132).

¹⁹ O conjunto de casas do distrito possui características e técnicas construtivas tipicamente rurais e oitocentistas (ver figura a seguir). As construções possuem estrutura autônoma em madeira paredes em pau-a-pique e piso em tabuado de madeira elevado em relação ao solo. Cf. VASCONCELLOS (1979, p.45).



Figura 10. Fonte: Acervo do autor.



Figura 11. Fonte: Acervo do autor.



Figura 12. Fonte: Acervo do autor.

1.2.1.2 - Vermelho Velho

Vermelho velho é o segundo distrito dessa região mais próximo da sede municipal e o único distrito dentre todos com ligação rodoviária asfaltada do município. Foi o único distrito que teve, no passado, acesso à rede ferroviária através da sua sede, que por sua vez escoava parte da produção da região.²⁰

Sua localização está baseada justamente no vale onde é feita a transposição da cadeia de montanhas pela antiga Estrada de Ferro Leopoldina, por volta das décadas de 1920-1930, e, talvez por essa mesma razão, a rodovia, construída entre os anos 1990 e 2000, seguiu o mesmo traçado. Dessa forma, em virtude da ligação direta desse distrito e a sede municipal desde as primeiras décadas do século passado, a acessibilidade a essa localidade partindo da sede apresenta-se de forma mais intensa até os dias de hoje.

²⁰ A seguir, trecho da estrada de terra que liga os distritos de Bicuíba e Vermelho Velho, na altura do Córrego do Moinho, com destaque para o relevo acidentado e altitudes elevadas de onde se tem uma vista panorâmica na direção dos terrenos com menor elevação.



Figura 13. Fonte: Acervo do autor.

A ocupação do território seguiu o mesmo padrão de assentamento dos demais distritos da cidade, possuindo um importante acervo de construções oitocentistas, com as técnicas construtivas vernáculas tipicamente representativas desse período em Minas Gerais. Os arruamentos principais, por sua vez, apresentam-se, também, ao longo dos cursos d'água mais importantes da localidade, reproduzindo o padrão anteriormente mencionado.

É importante mencionar, também, o patrimônio ferroviário deixado pela antiga Estrada de Ferro Leopoldina (que encerrou as atividades na década de 1980), que representa na localidade fragmentos de uma importante página em sua história. Esse mesmo conjunto foi utilizado para o desenvolvimento de um projeto de piscicultura, realizado pela prefeitura municipal nos anos 1990, porém o mesmo foi descontinuado ainda em fins dessa década e início dos anos 2000. A seguir, e em ordem (figuras 14 e 15), imagens do aspecto geral do arruamento do distrito, com destaque ao casario característico e antiga estação de Vermelho Velho da Estrada de Ferro Leopoldina, com os taludes e diques constituintes dos tanques utilizados no projeto de piscicultura ao lado já sem utilização, bem como o conjunto formado pela caixa d'água que alimentava as locomotivas e demais instalações.



Figura 14. Fonte: Acervo do autor.



Figura 15. Fonte: Acervo do autor.

1.2.1.3 - São Sebastião do Óculo

São Sebastião do Óculo é um distrito que, pela sua localização em terreno acidentado e montanhoso, também preserva as mesmas características dos demais da região, assim chamada por “terras altas”. Seu clima propicia a predominância do cultivo do café, bem como outras culturas em menor importância.²¹

Dista de 40 km da sede municipal e, partindo desse ponto de origem, seu acesso se dá por estradas de terra e trechos com asfalto. Da cidade vizinha de Bom Jesus do Galho, seu acesso apresenta-se em menor extensão em virtude de que o distrito é a última parte do município antes de fazer divisa com esse município, bem como Pingo D’água e Córrego Novo.



Figura 16. Fonte: Acervo do autor.

Através da observação da paisagem predominante, é possível perceber a forte vocação agrícola do lugar, especialmente o café, sendo que seus meios de vida revelam uma rotina eminentemente rural. Dessa forma, ressaltam-se características de uma sociedade pautada nas

²¹ A seguir, na figura, aspecto geral do distrito através de sua praça principal. Ao fundo, observam-se as plantações de café contornando as colinas.



Figura 17. Fonte: Acervo do autor.

atividades da cultura cafeeira, respeitando os ciclos da natureza e a religiosidade cristã, expressa nas festividades e atividades coletivas, bem como culinária e tradições culturais²².

A exemplo das demais regiões de produção de café é presente o trabalho intermitente de colheita, através dos conhecidos apanhadores, que em geral são trabalhadores autônomos, bem como as pequenas propriedades produtoras. Dessa forma, as propriedades rurais apresentam-se “pulverizadas” pelo território, que confere, por sua vez, uma marca indelével na estrutura de ocupação territorial. Por conseguinte, criam-se ambientes com características “protourbanas”, ou seja, tanto urbanas quanto rurais, através dos arraiais que se formam.

1.2.1.4 - Santana do Tabuleiro

Santana do tabuleiro é o último distrito de Raul Soares dessa região que convencionamos chamar de “terras altas” e também é o distrito mais distante dentre todos os outros em relação à sede municipal, distando de 54 km da mesma. Seu acesso se dá por

²² Acima, aspecto da capela de São Sebastião, no distrito.

trechos asfaltados combinados por estradas de terras, sendo a rodovia MG 329 a sua principal via pavimentada, bem como o acesso aos demais distritos de Vermelho Velho e São Sebastião do Óculo.

Assim como toda a região, a economia do distrito se baseia na produção cafeeira, onde, se observa a produção mais expressiva desse grão em virtude das condições serem ainda mais favoráveis nessa localidade, como clima e altitude. O cultivo do café apresenta, portanto, uma grande importância, onde a economia gira em torno da atividade, tanto no plantio como no beneficiamento, como podemos observar na imagem de satélite do distrito o predomínio da lavoura cafeeira:



Figura 18. FONTE: GOOGLE MAPS. Santana do Tabuleiro. Raul Soares, Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/@-19.9307872,-42.2032509,1486m/data=!3m1!1e3>. Acesso em 25 mai. 2019.

A economia voltada ao cultivo de café permite uma organização territorial, a exemplo dos demais distritos e localidades dessa região, pautada pelo predomínio da pequena propriedade, espaçada de maneira uniforme pelo território. Dessa forma, o arruamento do distrito também segue o traçado paralelo ao curso d'água, com os fundos das edificações voltadas ao mesmo, perfazendo o sistema tradicional de ocupação do contexto rural.

No que tange à sua dinâmica social, o distrito apresenta uma população que possui na produção agrícola seu principal meio de vida, além de atividades de serviços que dão suporte a essa atividade econômica. Dessa forma, é bastante comum o trabalho autônomo, a exemplo dos já citados apanhadores, bem como pequenos sítiantes e produtores agrícolas, que movimentam a economia do lugar.

As manifestações populares se concentram em torno das festividades de cunho religioso, predominantemente cristã, com forte influência da Igreja Católica Romana. Cabe ressaltar que a mesma ocupa um lugar de destaque, inclusive na conformação física do distrito, possível através da diferença de alinhamento em relação à rua, que a realça do conjunto das casas e abre espaço para que tais festividades possam se realizar²³. Tal conformação, como veremos mais adiante, possui influências que remontam ao urbanismo medieval português que encontrou terreno na consolidação da ocupação territorial europeia no Brasil e se fundiu com as idiossincrasias dos diversos locais e seus habitantes (MARX, 1980, p.45).

Muitas atividades de cunho coletivo são desenvolvidas no distrito por iniciativas locais, a exemplo do trabalho de uma irmandade católica presente no distrito, que auxilia na prestação de alguns serviços destinados à comunidade. Esse trabalho coletivo se estende desde iniciativas educacionais, fomento à agricultura e produção de mudas, entre outras atividades presentes no panorama da região desde 1959.



Figura 19. Fonte: Acervo do autor.

É possível ressaltar, portanto, que o apelo à sobrevivência, presente diariamente na dinâmica social dessas localidades, fazem com que os meios de vida rurais preservem um censo de coletividade significativo. Isso pode contribuir como uma importante forma de

²³ Conforme figura 20, templo católico do distrito de Santana do Tabuleiro, em frente à praça principal do mesmo e à casa São José.

valorização da cidadania, onde o coletivo possui prioridade, imprimindo uma característica marcante desses meios de vida.²⁴



Figura 20. Fonte: Acervo do autor.

1.2.2 - As “terras baixas” e o leite

Para completar a caracterização do território, analisaremos agora as “terras baixas”. Dessa forma podemos estabelecer através da dialética entre as características principais dessas duas áreas, um contraponto que nos permite extrair de forma mais delineada as interações entre essas duas grandes regiões do município.

Essa porção do território compreende, em suma, as regiões formadas pelo distrito-sede e o distrito de São Vicente da Estrela, bem como as suas adjacências. Nessa região as altitudes se apresentam menos elevadas e, por conseguinte, um clima caracterizado pelas temperaturas

²⁴ Aspecto das Ruas do distrito na figura 19 que, por possuir uma dinâmica econômica mais ativa, já apresenta um número menor de construções do início do século XX em virtude da substituição das mesmas por construções contemporâneas.

mais elevadas e um relevo menos acidentado, a exemplo das inúmeras várzeas e baixadas que o compõem de maneira constante.

Dessa forma, é de se esperar que as atividades vinculadas ao setor primário apresentem grandes diferenças se comparadas com as demais praticadas no restante do município, pois o clima distinto, bem como alguns outros aspectos, condicionam tais atividades de forma direta.²⁵ Por isso, há uma predominância de atividades vinculadas à pecuária, como a criação de gado leiteiro e de corte, bem como algumas culturas de clima mais quente, de menor escala, e tradicionalmente vinculadas às atividades de subsistência, como o milho e a cana-de-açúcar, entre outros.



Figura 21. Fonte: acervo do autor.

A predominância das atividades relacionadas ao gado leiteiro gera, por consequência, uma gama de atividades correspondentes, como produção de laticínios, tais como queijos e doces, bem como outras atividades que dão suporte à agropecuária desenvolvida no município. Dessa forma, é compreensível que boa parte das ações cotidianas que se observam, sobretudo na parte urbana da sede municipal e redondezas, apresentem características também vinculadas a essa atividade, com forte apelo à valorização da terra e sua produção e que são refletidas nas manifestações culturais e nos meios de vida presentes.

²⁵ Conforme figura 21, panorama geral da região, que apresenta em sua grande maioria pastagens, com alguns bosques e florestas de pequena escala, normalmente localizadas próximo aos cursos d'água.

Existe uma diferença significativa na forma como as pessoas se organizam e se distribuem por essa região, se compararmos com as regiões majoritariamente cafeeiras. Enquanto nas primeiras se observa uma grande permanência da população rural nessas localidades, bem como o predomínio de pequenas propriedades, com habitações relativamente próximas umas das outras, nessa região se observam distâncias maiores entre os núcleos das mesmas. Além disso, é possível observar um “esvaziamento” populacional mais realçado nas regiões de produção leiteira, embora exista, por outro lado, algumas pequenas propriedades remanescentes.

Isso pode ser causado pelo contínuo processo de êxodo que as populações rurais experimentaram em meados da década de 1980, em virtude, entre outras causas, das intensas modificações ocorridas nas fronteiras agrícolas, inviabilizando atividades de subsistência ou de pequena escala no Brasil. Como consequência, as propriedades rurais tenderiam a se concentrar em propriedades maiores, a fim de possibilitar uma escala maior de produção, o que viabilizaria, por conseguinte, toda a cadeia produtiva do leite de forma mais competitiva.



Figura 22. Fonte: Acervo do autor.

Além das características distintas em relação às questões físicas do território²⁶, podemos observar, porém, características similares em relação à morfologia espacial de ocupação, especialmente do ponto de vista urbano. Como verificado nos demais distritos, a ocupação típica do século XIX se faz bastante presente, com o predomínio de arruamentos

²⁶ Acima, panorama da região formada pelo vale do Rio Matipó, nas proximidades do distrito, à jusante da sede, onde podemos verificar um relevo mais plano, e culturas de clima mais quente bem como as pastagens.

característicos do período de ocupação do território, o que sofrerá uma maior diferenciação no distrito-sede, como veremos mais adiante.

1.2.2.1 - São Vicente da Estrela

O distrito de São Vicente da Estrela, distante da sede municipal em aproximadamente 17 km, está situado nas imediações do vale do Rio Matipó, a jusante de Raul Soares. Apresenta altitudes próximas de 300 metros, assim como a sede, e, conseqüentemente, temperaturas mais elevadas.

Baseado nas observações qualitativas, é possível perceber a presença de culturas no entorno desse distrito tais como milho, a cana-de-açúcar, as pastagens e demais culturas de subsistência, refletindo na paisagem do entorno e são majoritariamente de clima mais quente, se comparadas com o cultivo tradicional de café. Observa-se, também, um predomínio de atividades econômicas baseadas em unidades produtivas de maiores dimensões onde os núcleos residenciais são mais espaçados, se comparados às áreas do café.



Figura 23. Fonte: Acervo do autor.

Uma das conseqüências dessa distribuição espacial característica é uma concentração maior das pessoas na área urbana do distrito a fim de dar suporte às atividades das fazendas das redondezas. Outro ponto importante é a presença em alguns estabelecimentos agrícolas da

figura do empregador e do empregado, diferenciando-se do trabalho autônomo verificado nas lavouras cafeeiras.²⁷

Também é presente nesse distrito um setor de serviços de pequenas dimensões que se formou a partir das atividades supramencionadas, como mercearias, padarias e alguns serviços públicos, como escolas e igrejas. Em virtude da existência dessas atividades, podemos observar, por conseguinte, um importante intercâmbio de profissionais e demais pessoas com a Sede do município para dar suporte às mesmas.

Como nas outras regiões do município, a vida cultural dessa localidade orbita em torno das festividades católicas, bem como quaisquer manifestações coletivas na organização social. Dessa forma, o apelo coletivo se faz sempre presente nas comunidades rurais, mesmo apresentando atividades econômicas distintas, se compararmos, dentro dos limites do nosso lócus empírico, com as regiões produtoras de café.

Portanto, a estrutura social das diversas comunidades, criada a partir das influências culturais presentes, gera pontos distintos e em comum. Podemos, pois, estabelecer um paralelo em relação ao contexto brasileiro, marcado pela diversidade e que encontra nesse aspecto a sua unidade.

1.2.2.2 - Distrito-Sede

Os primeiros arruamentos do distrito-Sede foram possíveis através da doação de terras dos primeiros compradores ao patrimônio de São Sebastião, que iniciaram a povoação ainda no primeiro quartel do século XIX. Esse processo é similar a outras localidades que sofreram um processo de ocupação nesse período em Minas Gerais e reforça o papel da Igreja Católica Romana como agente desse processo.

Como observa Murilo Marx (1980, p.45), as cidades brasileiras oitocentistas, que tiveram forte influência do período colonial brasileiro, seguiam as confluências dos contornos dos vales e cursos d'água, como “contas em um colar amontoadas umas às outras”, seguindo a topografia. Essa forma de organização do espaço originou uma conformação urbana bastante característica, aos moldes das atuais cidades setecentistas do Brasil, como a ausência de arborização urbana, jardins frontais e praças ajardinadas, com raríssimas exceções.

²⁷ Na figura acima (fig. 23), aspecto geral dos arruamentos do distrito, com destaque à praça central e ao templo católico principal do distrito. Nota-se que segue o padrão dos demais distritos, ao acompanhar os caminhos naturais ao longo dos cursos d'água.

Sobretudo a partir do século XIX (MARX, 1980, p.36-37), observa-se um predomínio de influências no traçado das cidades ligadas ao contexto da economia cafeeira, já imersas no contexto da industrialização, cujo ícone mais importante é a ferrovia. Dessa forma, uma conformação mais “racionalizada”, com quadras mais bem definidas, uma praça central (a da matriz), passou a ser incorporada pelas cidades do período.

Em Raul Soares, também, não é diferente. Podemos identificar ao longo do tempo, através do processo contínuo de substituição das edificações uma mudança de padrão, sobretudo na forma com que a edificação é implantada no terreno, bem como o plantio de árvores nas ruas e praças. Dessa forma, existem constantes processos de transformações sociais que se refletem no ambiente urbano ao longo do tempo, de forma a modificar e adaptar as pré-existências.

Ruas consideradas atualmente como estreitas, na verdade não possuíam a atual função de elemento estrutural da vida social coletiva. Eram basicamente pensadas de forma meramente utilitária, para circulação de pessoas e veículos de pequeno porte, despejo de dejetos entre outros, com algumas exceções. Segundo Murilo Marx (1989, p.121), os logradouros públicos só cumpriam uma função mais monumental nos chamados “largos”, onde, em geral se localizavam as edificações mais importantes.

As vias públicas só passaram a receber uma atenção maior no sentido de melhorias a partir das transformações advindas da revolução industrial, onde a vida moderna com os seus apetrechos tecnológicos passaram a ser incompatíveis com as velhas estruturas medievais. Portanto, mesmo em cidades que possuem atualmente rótulos como “barrocas” ou “medievais”, pelo simples fato de possuírem “amenidades” urbanas, tais como calçamento, rede de esgotos ou iluminação pública, podem ser consideradas em parte como cidades também industriais.

É importante salientar nesse ponto a grande influência da Igreja Católica, através das constituições sinodais, em especial as conhecidas *Constituições primeyras do arcebispado da Bahia*, no balizamento do ordenamento territorial dos primeiros núcleos urbanos do Brasil. Essa influência era encorajada pela própria Coroa Portuguesa como um meio de consolidar a ocupação europeia em áreas de interesse dessa instituição, com o seu auge em meados do século XVIII. Dessa forma, a igreja de Roma passou a ocupar um lugar de destaque na vida cotidiana das pessoas e na morfologia das cidades, que se reflete atualmente. (MARX, M., 1989, p.18).

É sabido que, após o período colonial, tal influência, embora verificada em menor intensidade, ainda se fez presente. Porém, paulatinamente, o predomínio eclesiástico da

propriedade territorial foi perdendo importância ao longo do Império e esmaeceu completamente a partir do período republicano (MARX, 1989, p.19). Dessa forma, portanto, através da morfologia das cidades e a partir dos diferentes períodos de consolidação das ocupações, podemos entender uma parte da estrutura social de cada período da nossa história, refletida em nossas cidades.

No caso de Raul Soares, a sua estrutura urbana começa a se formar justamente num período de transição entre o padrão tradicional de influência eclesiástica do século XVIII, e um padrão de influência secular, que naquela altura já se apresentava em implantação em alguns contextos diversos. Sob outro ângulo, podemos visualizar um progressivo distanciamento das influências portuguesas e uma aproximação de um padrão mais próximo das influências britânicas e francesas, em um período marcado pela mudança da hegemonia política no mundo.

Ruas razoavelmente estreitas e tortuosas passariam agora a conviver com uma arborização o quanto possível, bem como carros passariam a disputar espaços cada vez mais raros. As construções também abandonariam a conformação tradicional colonial dos sobrados, marcados pela presença das funções residencial e comercial e passariam a apresentar-se apenas com uso residencial (MARX, 1989, p.99). Tais construções utilizariam porões suspensos e abandonariam o alinhamento tipicamente colonial ao utilizar afastamentos, tanto laterais como frontais, que são reconhecidamente características do ecletismo na arquitetura.

Dessa forma surgem ambientes de feições híbridas, formados pelos ambientes remanescentes, com as influências tradicionais e pelas novas edificações, já de influência do século XIX. Assim, inúmeras tensões aparecem no cenário urbano entre as conformações edilícias e citadinas e as novas formas de utilização desses espaços, a exemplo do uso de automóveis nas ruas e o uso dos espaços públicos em geral.

Essas tensões indicam o conflito entre o que é novo e o que é tradicional, especialmente nesse processo de ruptura causada pela implantação das sociedades da era industrial (BERMAN, 1986, p.75). Esse fenômeno ainda é verificado atualmente, porém com uma velocidade ainda mais intensa e representa um grande desafio nas gestões públicas das cidades. Esse desafio pode, também, se transformar em boas oportunidades para o surgimento de iniciativas de desenvolvimento através de seu ambiente urbano ou a conjugação com fatores culturais.

No caso de Raul Soares, uma cidade cujo embrião fora formado no século XIX, agora convive com problemas do século XXI, como muitas cidades brasileiras, não importando a

sua escala. Pensar a lógica de patrimônio que considera os inúmeros componentes da paisagem e sua formação pode ser a peça-chave no auxílio da tomada de decisões mais acertadas no que tangem às iniciativas de melhorias no ambiente urbano. Podemos citar como exemplo o uso de alguns instrumentos de gestão pública, como as leis de uso e ocupação do solo, políticas habitacionais, bem como alocação de equipamentos públicos, que precisam, antes de tudo, ter como base o processo de transformação das sociedades e seus valores ao longo do tempo. Uma cidade para as pessoas, ou seja, que baseia as suas políticas públicas na escala do cidadão, é fundamental para a transformação dos ambientes urbanos, com senso de cidadania e pertencimento.



Figura 24. Fonte: <https://raulsoares-fotosantigas.blogspot.com/2007/09/>, acessado em 21 abr. 2020.

Na figura 24, em segundo plano, podemos identificar alguns elementos do urbanismo tradicional do Brasil, através da praça da igreja, ainda com a conformação dos tradicionais "largos" ou "adros", antes da construção da atual praça Pe. José Domingues, mais conhecida atualmente como "Jardim Novo". Em primeiro plano o jardim, já nos moldes "vitorianos", com canteiros e vegetação, separada do adro da igreja pela ferrovia, que também dividia a cidade em duas partes. Nota-se o padrão tradicional de alinhamento das edificações sem afastamentos frontais e laterais, bem como o grande espaço vazio que possui por objetivo marcar a presença do edifício religioso (MARX, 1980, p.50). Portanto, em um mesmo período

é possível identificar uma intersecção e justaposição de padrões, que formam as camadas atuais da cidade.²⁸



Figura 25. Fonte: Acervo do autor.

Outro ponto importante é o uso da praça como um centro aglutinador de pessoas por excelência, que representa a vivacidade que os espaços urbanos podem proporcionar a uma comunidade, quando adequados para tal. Partindo do ponto que as políticas patrimoniais tendem a enfatizar cada vez mais o aspecto social do patrimônio cultural, haja vista a valorização da diversidade cultural e a cidadania, os espaços públicos poderiam, por conseguinte, retomar muitas funções perdidas ao longo do tempo ao privilegiar espaços de reunião de público, por exemplo, em detrimento da circulação exclusivamente por automóveis particulares.

1.2.2.2.1 - A consolidação no século XX: a rodovia

Paulatinamente, o desenvolvimento da cidade ocorreu na direção dos vales dos rios que circundam a planície onde se situa o centro da cidade: os Rios Santana e Matipó. Dessa forma, novos arruamentos surgiram a partir desse núcleo inicial, porém com singelas modificações em relação ao padrão anteriormente estabelecido, pois o processo de atualização

²⁸ A seguir, aspecto atual da praça da matriz, já com o jardim e arborização, incorporado aos padrões de uma cidade da era industrial.

e expansão ocorreram concomitantemente e de forma combinada. Com isso, existe certa homogeneidade no padrão de arruamento da cidade.²⁹



Figura 26. FONTE: <https://raulsoares-fotos.blogspot.com/2012/02/raul-soares-vista-aerea.html>. Acesso em 21 abr. 2019.

O grande marco de transformação dessa lógica do século XIX que estava sedimentada é a construção do primeiro trecho da rodovia na década de 1970, que faz a ligação da cidade com a capital do estado no sentido Sul. Essa construção coincidiu com o início da decadência do transporte ferroviário, que iria ter as suas atividades encerradas já na década de 1980.

Essa rodovia passa a ocupar na cidade o leito de uma antiga estrada de terra que já fazia a ligação da cidade com cidades vizinhas. Por essa razão, a rodovia encontra-se hoje incorporada ao arruamento local da cidade, muitas vezes sem distinção de hierarquia, cujo trecho urbano recebe o nome de Avenida Professora Elza Bacelar. A seguir, um mapa da área da cidade com o relevo imediato.

²⁹ Abaixo (fig. 26), aspecto geral da área central da cidade na atualidade, com destaque à presença dos rios Matipó (em maior dimensão) e o Rio Santana (em menor dimensão, na parte inferior direita).

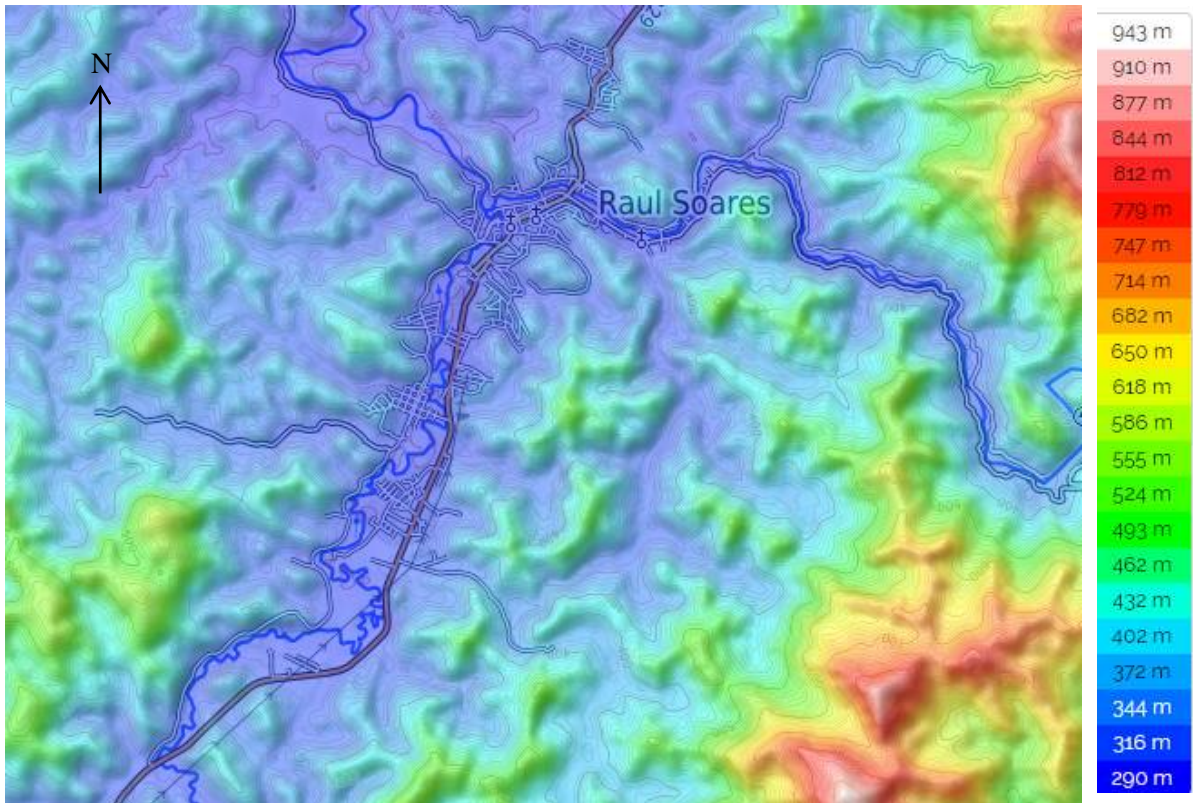


Figura 27. Fonte: OpenStreetMap. Raul Soares, Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://pt-br.topographic-map.com/maps/gw80/Raul-Soares/>. Acesso em 15 abr. 2020.

Conforme imagem acima, nota-se a presença marcante da ocupação (no sentido Sul da rodovia MG329) na planície formada pelo Rio Santana, sendo que a rodovia alonga-se pela margem direita (no sentido a jusante) e a Ferrovia Leopoldina na margem oposta desse curso d'água. Podemos notar, portanto, a importância dessa rodovia como novo vetor no crescimento da cidade (no sentido Sul) após a sua instalação na década de 1970.

Na década de 1990, após a abertura do trecho sentido Caratinga (Norte), já se observa uma ocupação emergente e menos consolidada, se tomarmos como ponto de partida a área central da cidade. É importante salientar que o parque aquático encontra-se a 8 km da cidade nesse sentido, com acesso à MG 329, e nas imediações desse parque já se encontram parceladas áreas destinadas à construção civil. Esse parcelamento está atrelado ao próprio empreendimento turístico, cuja área é em comum para ambos.

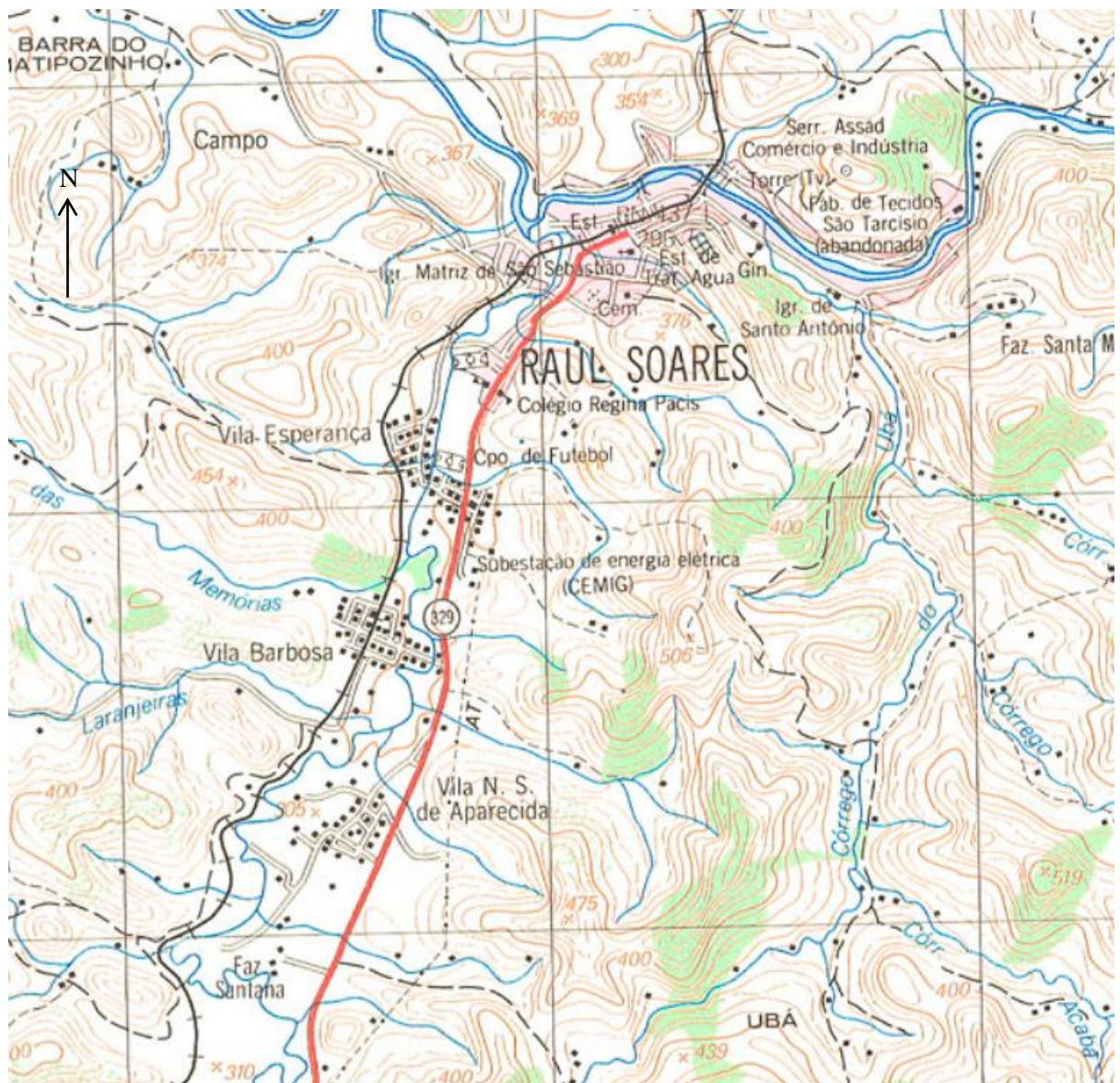


Figura 28. Fonte: IBGE, (disponível em): <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=6750&view=detalhes>, acesso em 21 abr. 2019.

Acima, mapa de Raul Soares, no ano de 1979, onde é possível ver os dois eixos principais de formação da estrutura urbana da cidade. À esquerda, no mapa, com a devida convenção cartográfica, a Estrada de Ferro Leopoldina, já consolidada na malha urbana, e, à esquerda, no mapa (em vermelho) a rodovia MG 329, que naquela altura possuía apenas o seu trecho Sul, ligando a cidade à BR 262.

Analisando os dois diagramas é possível delinear os dois momentos de formação do tecido urbano. O padrão do século XIX, com as referências ainda do século XVIII, através da ferrovia, e o padrão do século XX e sua consolidação através da rodovia. Abaixo, área central da cidade assentada em uma planície entre os dois cursos d'água principais: os Rios Matipó e Santana.

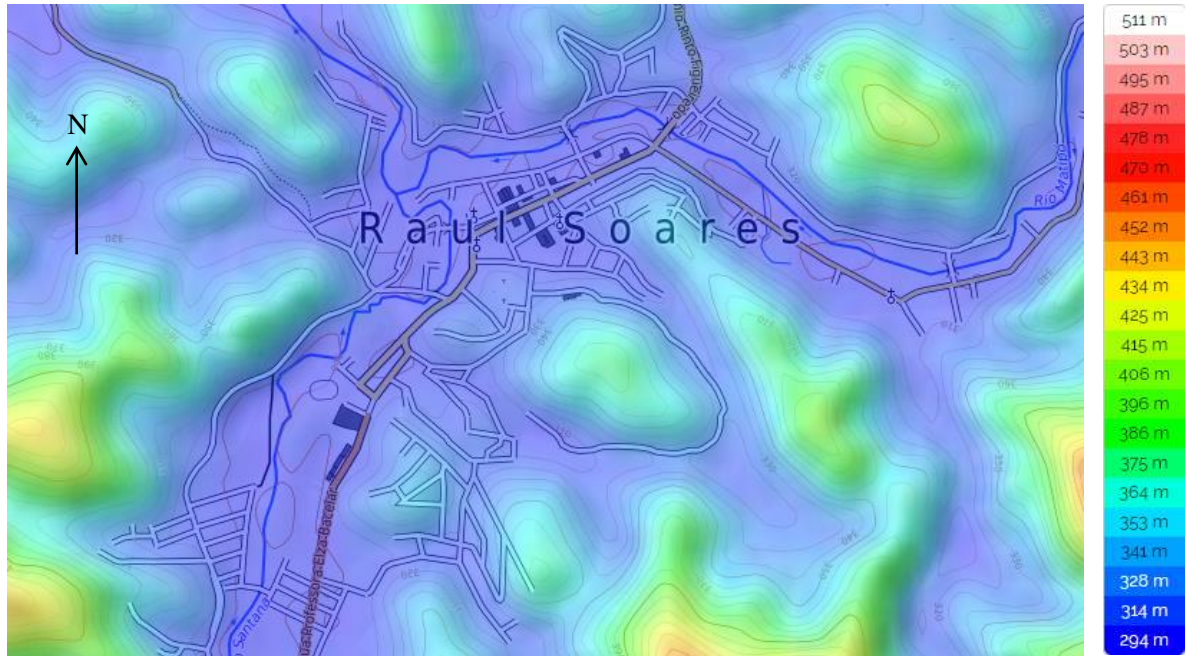


Figura 29. Fonte: OpenStreetMap. Raul Soares, Minas Gerais, 2019. Disponível em <https://pt-br.topographic-map.com/maps/gw8o/Raul-Soares/>. Acesso em 15 abr. 2020.

O ambiente urbano de Raul Soares apresenta um predomínio de construções de menor gabarito, ruas com calçamento de pedras e construções de mais de um século de história que conferem as características principais da sua ambiência urbana. Diferentes vertentes arquitetônicas, sobretudo do século XX, estão presentes no casario, como o ecletismo, art-déco, proto-moderno e moderno, onde podemos perceber os anos de história contada a partir de suas edificações.³⁰

A paisagem urbana se funde com as regiões rurais adjacentes, dando origem a regiões com características comuns aos dois ambientes. Muitas vezes formam pequenos núcleos de casas com fortes ligações com a parte urbana do município, a exemplo do córrego de Ubá (de baixo),³¹ que apresenta uma ocupação tipicamente rural, porém, já apresentando traços urbanos, com a presença de pequenos produtores, por vezes artesanais, de produtos tipicamente de consumo das populações rurais, como queijos, embutidos e doces tradicionais.

³⁰ A seguir, imagem mostrando o aspecto de uma rua da área central da cidade, com a presença de edificações predominantemente de menor gabarito, algumas das quais referentes a movimentos consagrados da história da arquitetura, como o art-déco, além do calçamento em paralelepípedos.

³¹ Na figura 31, a seguir, aspecto geral da capela de Santa Edwiges, na localidade conhecida como córrego de Ubá (de baixo), a aproximadamente 1,5km da sede do município.



Figura 30. Fonte: Acervo do autor.



Figura 31. Fonte: Acervo do autor.

Nas primeiras décadas do século XXI, percebe-se um movimento de ruptura desse padrão de edificações, geralmente unifamiliares, para edificações multifamiliares de vários pavimentos (alguns chegam a 15 pavimentos). O processo de renovação dos tecidos urbanos é um fenômeno inerente à implantação da modernidade em diversos contextos, e, portanto, é um reflexo da combinação das necessidades que surgem com os tempos e da projeção dos padrões que cada comunidade elege como modelo.



Figura 32. Fonte: Acervo do autor.

Acima, é apresentado um levantamento sobre o gabarito na área central da cidade, onde é possível perceber essa dinâmica de renovação e também o predomínio de construções de menor gabarito, de até 2 pavimentos. A seguir, é apresentado um mapa da mesma área a mostrar os usos desenvolvidos na mesma, onde é possível perceber a predominância das edificações de uso comercial e misto, e a indicar uma tipologia consolidada nas cidades oitocentistas em Minas Gerais, que corresponde aos sobrados.



Figura 33. Fonte: Acervo do autor.

Pensar no futuro das cidades e nos ambientes que esse futuro produzirá é algo que passa, sobretudo, por uma construção coletiva, através dos mais diversos agentes presentes em uma comunidade. Segundo CORRÊA (2004, p.12), tais agentes são os proprietários dos meios de produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Esses, portanto, ao imprimir os seus anseios no tecido urbano, se tomados da forma mais democrática possível, podem fortalecer o senso de cidadania e pertencimento de uma comunidade.

1.2.2.2.2 - A ferrovia e seu patrimônio remanescente

É importante destacar nesse cenário o patrimônio ferroviário presente em uma grande extensão do município, remanescente da antiga Estrada de Ferro Leopoldina. Inúmeros

artefatos e fragmentos relacionados ao funcionamento dessa ferrovia se fazem presentes pulverizados pela extensão do município. Especialmente na sede encontra-se uma grande parte desse patrimônio, pelo menos de forma mais significativa, como a estação central, os pontilhões de ferro, a antiga oficina local de manutenção e o próprio leito da ferrovia.

Dessa forma, em virtude da maioria das construções ferroviárias serem do início do século passado e estarem implantadas linearmente, formam uma espécie de camada bem delineada no panorama edilício da sede. Consideradas em conjunto, formam um substrato importante uma vez que a função original dessas edificações se funde de forma intrínseca com a história da cidade.

Esse substrato representa não somente a marca indelével da mentalidade do século XIX na cidade, como a conecta com a história de toda a região. Os fragmentos históricos, como nos explica D. Lowenthal (1998, p.103), não pertencem apenas ao passado, pois possuem um papel determinante no presente no que tangem as narrativas, de forma a dar subsídio e corpo às políticas públicas de valorização do patrimônio cultural.

É importante entendermos também, que esses fragmentos possuem também uma função iconográfica que marca essa importante camada no palimpsesto urbano. Embora a ferrovia tenha chegado à cidade em 1916 e se consolidado com relativa rapidez no início do século XX, ela representa um ícone inserido em um esforço histórico característico do século XIX na região.

Essa informação pode nos ajudar a responder uma pergunta simples, porém de grande impacto, acerca da real importância desses elementos no tecido social que transcendem além do seu aspecto de ‘ancianidade’ (CHOAY, 2001, p.168). Se, hipoteticamente, houvesse uma proposta de demolição de algum desses fragmentos, como exemplo, a estação ferroviária, a cidade seria a mesma?

Entendendo, agora, a importância na cidade desses ícones no sentido de composição do ambiente urbano, podemos fazer uma pergunta muito menos hipotética: O estado de conservação desses elementos significativos está à altura de sua importância histórica? Essas são indagações pertinentes ao entendimento do papel que cada elemento histórico possui, e da importância de sua preservação e valorização ao ajudar a escrever a história de uma coletividade. A seguir, em ordem, as imagens dos dois pontilhões, sobre os Rios Santana e Matipó, respectivamente, da estação ferroviária e da caixa d'água usada para o abastecimento das locomotivas na antiga área de manutenção, hoje pertencente a proprietários privados.



Figura 34. Fonte: Acervo do autor.



Figura 35. Fonte: Acervo do autor.



Figura 36. Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_mg_tresrios_caratinga/raul, acesso em 21 jan. 2020.



Figura 37. Fonte: acervo do autor.

1.2.2.2.3 - As transformações inerentes no alvorecer do século XXI

Para entender o advento da chegada do século XXI, podemos destacar como um importante ícone desse período um importante empreendimento no setor turístico, expresso por um parque aquático³². Essa iniciativa, tomada por investidores particulares, representa atualmente uma grande relevância no panorama social da cidade no que tange o seu desenvolvimento em uma perspectiva de prestação de serviços. Inaugurado em 2017, esse empreendimento, situado nas imediações da cidade, vem contribuindo desde então ao incremento das atividades econômicas, principalmente do setor de serviços, tais como bares, restaurantes e hotéis.



Figura 38. Fonte: <https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/na-contramao-da-crise-parque-aquatico-e-aberto-no-interior-de-minas-gerais-com-expectativa-de-expansao.ghtml>, acessado em 21 abr. 2020.

Em uma perspectiva mais ampliada, esse empreendimento representa o ícone de uma série de transformações na paisagem urbana da cidade a partir da emergência da elevação do consumo das famílias, característico do início desse século (BIANCARELLI, 2014, p.275-276). Loteamentos, empreendimentos imobiliários, serviços mais sofisticados, entre outras

³² Aspecto geral do empreendimento, acima, que atualmente atende cerca de 5 mil pessoas por dia em fins de semana, que pode gerar importantes demandas para as iniciativas culturais no município. Está localizado a 8 km do centro da cidade, às margens da MG 329 sentido Caratinga.

iniciativas surgiram nos últimos anos a fim de incrementar a oferta de bens no setor terciário, marcando uma representação de um cenário ainda maior.

Podemos, portanto, compreender melhor os fenômenos de maior abrangência, situados em um universo transnacional ao analisarmos efeitos e fenômenos em diferentes localidades e contextos, como Raul Soares. Ao entendermos que o processo de renovação é um fator inerente na atualidade, quaisquer propostas de valorização no campo patrimonial, por exemplo, precisam considerar esses agentes, importantes na criação de demandas sociais.

As políticas públicas a serem desenvolvidas nas nossas cidades com o objetivo de melhoria das condições de vida das pessoas, sejam no campo do ambiente urbano ou no campo da geração de riquezas, precisam considerar a perspectiva patrimonial no seu sentido mais amplo. Essa noção permanece pertinente mesmo ao considerar localidades que não pertencem aos grandes circuitos tradicionalmente ‘patrimonializados’ do Brasil, pois as referências históricas transcendem as referidas práticas já sedimentadas no panorama nacional.

O conflito do “velho” com o “novo” vai estar sempre presente no processo de renovação das cidades e enriquece o debate sobre o futuro que as mesmas pensam para si. Para ilustrar esse conflito no contexto ocidental, podemos destacar a perspectiva de J. Goethe, em sua mais célebre obra Fausto, que apresenta um grande marco no entendimento da implantação da modernidade e seu processo de ruptura com a mentalidade medieval. As sociedades industriais que se formariam seriam o “novo” em contraponto com o “velho” paradigma medieval (BERMAN, 1986, p.76).

No campo do patrimônio cultural, podemos fazer indagações pertinentes a essa discussão: Devemos preservar apenas o que é considerado “velho”? Como entender os processos sociais envolvidos nas políticas patrimoniais e qual o papel das iniciativas do estado nesse processo? Essas são perguntas que se tornam cada vez mais eloquentes no cenário patrimonial no mundo todo e também no Brasil, mas não existe apenas uma resposta que atenda esses questionamentos.

Entender o processo da implantação da modernidade ligada às sociedades industriais é peça fundamental no entendimento de patrimônio e das políticas públicas, e permeia toda a discussão do tema. O que podemos inferir, avaliando o processo que o tema de patrimônio é debatido no mundo, é que o mesmo tende a ir de encontro cada vez mais profundamente com as várias nuances que a sociedade apresenta no campo das identidades.

O próprio desafio de estabelecer um campo de representatividade mais robusto no campo patrimonial está cada vez mais ligado à multiplicidade de facetas do assim chamado

homem moderno. Ao considerar a diversidade das formas de expressão cultural e social, é possível construir um importante instrumento de participação das pessoas no processo de desenvolvimento social e a conseqüente afirmação da cidadania.

* * *

Ao considerar as transformações ocorridas no tecido urbano e no contexto regional em que Raul Soares está inserido entre os séculos XIX e XXI, é possível compreender o processo de renovação ou implantação da modernidade ocorrido nessa localidade. Desde os habitantes nativos, passando pela ocupação “oficial” e as transformações que viriam a seguir, podemos perceber um processo de transformação da paisagem de maneira contínua, cujos efeitos correspondem à forma como a comunidade se organiza.

É possível perceber que a cidade possui um contexto regional atrelado à economia do café do século XIX, bem como a rede de cidades que se estende pelo ramal ferroviário, em especial às situadas nas adjacências e que possuem correspondências na formação de uma paisagem peculiar. Definida essa “paisagem” podemos definir melhor o processo de assentamento que as atividades humanas desempenharam na região e imprimiram as suas características no ambiente natural, atreladas ao saber-fazer.

O resultado disso é uma paisagem, como vimos, marcada pela implantação do café e depois, do leite, que sedimentaram materialidades tanto na paisagem urbana quanto na paisagem rural. Um ponto importante a se destacar é o contexto da fronteira entre a cidade e as áreas rurais, marcado pelos conflitos críticos de razão econômica e cultural, onde a economia agrícola propõe os limites históricos de uma grande parte das formas de desenvolvimento urbano (DESORGUS; MISTRETTA, 2018, n.p.).

A caracterização de uma paisagem que contempla tanto o contexto urbano quanto as suas adjacências, parte do pressuposto de considerar a importância da dimensão do saber-fazer tradicional³³ e suas interfaces nas materialidades em que compõem. A gama de

³³ Para entendermos a ideia de “tradição” utilizaremos a abordagem de E. Hobsbawm em que podemos defini-la como: “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas [...], de natureza ritual ou simbólica, [que] visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado.” (HOBSBAWM; RANGER, 1997, p.09). Dessa forma, entende-se que as tradições são inventadas coletivamente, e, no caso de Raul Soares, consideraremos para essa análise como o conjunto de práticas populares que têm como pano de fundo as atividades agrícolas implantadas a partir do século XIX.

ambientes que se formam, tanto urbanos quanto rurais, relaciona-se em graus distintos e, de algum modo, formam o amálgama que define a paisagem e seu processo de transformação.

As diferentes camadas que se formaram na cidade representam momentos distintos de sua história e coexistem no mesmo ambiente urbano. A maneira como essa cidade do século XXI conduzirá os seus rumos podem ditar o futuro dos seus habitantes no que compreendem a sua qualidade de vida, o acesso ao ambiente urbano e à forma como os espaços públicos são incorporados pelos seus usuários e a transmissão do saber-fazer tradicional pelas gerações.

Com a implantação da modernidade e as suas transformações podemos vislumbrar também as oportunidades que se criam nesse cenário. O emergente setor turístico que existe na cidade pode desempenhar um papel de catalisador na valorização dos aspectos tradicionais, por exemplo, se houverem iniciativas que unissem esses agentes de forma equilibrada e positiva para ambos.

O oposto de um cenário como esse pode ser ilustrado pelo processo de “disneyzação”, que, em diversos contextos e das mais variadas formas, está representado pela forma como a sociedade se “vende” ou é vendida como ‘marcas registradas’ (BRYMAN, 2007, p.16-17), com uma interface importante na morfologia urbana e os equipamentos que se fazem necessários. Essa relação imprime na cidade a forma como o tecido urbano se forma pelos agentes produtores do espaço e como os recursos públicos são canalizados em função da importância desses agentes, de forma a realçar as assimetrias no tecido social.

A diversidade social e seu papel no século XXI representa um importante patrimônio intrínseco para os diversos contextos espalhados pelo país, ao passo que se apresenta como um grande campo de possibilidades, através da aproximação dos valores culturais com iniciativas de desenvolvimento social. Nesse ínterim, pensar em políticas patrimoniais no Brasil representa um grande desafio em função do caráter multifacetado que diferentes contextos sociais possuem bem como uma crônica ausência de camadas representativas nas decisões cotidianas.

Portanto, os caminhos atrelados à cidadania apresentam-se como uma alternativa importante no processo contínuo de construção da paisagem e representa um modo eficaz de evitar eventuais desequilíbrios gerados por essas mudanças. O saber-fazer tradicional, visto como o componente imaterial dessa paisagem, imprime ao ambiente urbano e rural os seus conflitos e idiossincrasias, e pode representar uma oportunidade de se conduzir os rumos dessas transformações de forma mais vantajosa para as pessoas.

CAPÍTULO 02 – PAISAGEM CULTURAL E DESENVOLVIMENTO: VIABILIDADE PATRIMONIAL E AS PROPOSTAS PARA A CONTEMPORANEIDADE

Para se criar um campo propositivo entre a temática patrimonial e o desenvolvimento, que é um dos objetivos desse trabalho, é preciso entender o panorama global atual de reprodução e formação do campo das identidades coletivas, uma vez que geram uma interface entre a dimensão social e material na temática que envolve o patrimônio cultural. Em uma abordagem estrutural, o início desse processo, caracterizado pela diminuição das distâncias entre os diversos países através da integração de mercados, culturas e povos, inicia-se no pós II Guerra, e que mais tarde será conhecido pelo fenômeno da globalização (HALL, 2004, p.18).

Para entender os primeiros efeitos desse processo é importante saber que o declínio das velhas identidades que estabilizavam o mundo social, fez surgir novas identidades que, pelo seu caráter de ruptura, se fragmentaram e mudaram o mundo de forma irreparável. O ponto de partida de nossa análise se dá na ascensão do “homem moderno”, com a emergência de um mundo livre burguês e de um aparato tecnológico subsequente que viabilizou a “vida moderna”.

No alvorecer do século XX é possível perceber os efeitos dessa profunda ruptura com o passado, de forma que no mundo passa a apresentar em suas relações sociais uma postura de efemeridade e mudança de forma constante (BERMAN, 1986, p.15). Assim, os mecanismos de transmissão do conhecimento entre as gerações sofrem profundas mudanças, cada vez menos pautadas nas tradições passadas pelas gerações, modificando, por conseguinte, a forma com que o homem se vê espelhado no seu meio.

O processo de agudização que se seguiu vai dar origem a uma reação ao discurso moderno de verdades absolutas (HARVEY, 2005, p.19), planejamento racional e progresso linear. Esse processo será marcado através da liquefação das realidades, e iniciou um processo de crise de identidade em escala global, com intensidade proporcional ao nível de integração que determinada sociedade alcançava (HABERMAS, 1996. p.56).

A inevitável capilaridade existente entre as comunidades “tradicionais” e a cultura globalizada gera efeitos em diferentes contextos, inclusive em nosso lócus empírico. Isso se deve, em grande parte, aos meios de comunicação cada vez mais eficientes e à massificação cada vez mais acelerada.

Dessa forma, a globalização modifica as relações sociais, imprime as suas características nos diferentes contextos e transforma os mecanismos de reprodução das tradições e da identidade dos diferentes povos. Portanto, podemos entender que a valorização e a permanência das tradições em alguns contextos podem se configurar, sobretudo, como ações de resistência a essas mudanças, tomadas por uma coletividade.

2.1 - A INTERFACE ENTRE AS TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E O PATRIMÔNIO CULTURAL: DESAFIO COMO POLÍTICA DE CIDADANIA

O panorama formado na passagem do moderno ao “pós-moderno”, especialmente no que tangem as questões de formação de identidades, tendem a romper ou ampliar a sua gama de representatividade em face de um imaginário coletivo nacional unificado. Entender esse ponto é crucial no campo patrimonial e representa um grande desafio ao mesmo, pois, relaciona a questão das identidades coletivas e o sentimento de pertencimento que as pessoas tomam para si sobre o ambiente em que vivem.

Tomando por base a obra de Norberg-Schulz (2006, p.448), seguindo a ideia de “lugar”, o mesmo deve ser entendido, através dos indícios que as significações sugerem, pela formação do caráter do mesmo, tornando-o, assim, assimilado pelas pessoas como expressão de sua coletividade. Ao estabelecer uma ponte entre os “lugares” e as “identidades”, podemos entender a ligação orgânica que existe entre os assentamentos humanos e o ambiente natural.

Ainda segundo o autor, entendemos que as sociedades possuem demandas baseadas em um sistema de orientação e identificação com os lugares a fim de gerar mecanismos de fortalecimento da segurança emocional, no sentido de se criar uma relação de pertencimento. Dessa mesma forma, quando as relações entre a paisagem e os assentamentos se perdem ou perdem qualidade, ocorre também um processo de perda das próprias identidades, uma vez que os lugares representam a sua materialização.

O espírito do lugar compreende o conjunto de significações acerca das boas relações existentes entre o lugar e seu povo, orbitando o conceito de *genius loci*. Para se chegar, portanto, ao âmago do espírito do lugar, é necessário perceber e pormenorizar conceitualmente a rede complexa gerada pelas significações, materializadas das mais diversas formas, delimitando, portanto, o aspecto cultural das paisagens e suas relações com as identidades.

Entender a ligação entre as identidades e suas materialidades em um determinado contexto nos ajuda a compreender a ideia de Paisagem Cultural. Esse conceito, que surge no campo do patrimônio cultural em fins do século XX, representa a ligação entre as relações sociais, em suas mais diversas facetas, e as paisagens naturais em seus diversos níveis.

Em outras palavras, existe uma interdependência entre a organização espacial dos assentamentos humanos e o conjunto das atividades produtivas desenvolvido nesse território e em suas adjacências (SCIFONI, 2016, n.p.). Isso explica, de forma mais clara, a influência mútua entre os núcleos urbanos e sua periferia, por exemplo. Em Raul Soares podemos visualizar uma forte ligação entre a parte urbana e suas adjacências, com características tanto rurais como urbanas e fortemente vinculadas às atividades agrícolas desenvolvidas.

Nesse panorama cada vez mais fragmentado e com enfoque nas escalas locais, as demandas exigidas por questões ligadas ao patrimônio alteram-se na mesma medida e tendem a refletir um contexto conjuntural cada dia mais complexo. Esse desafio, no limiar do século XXI representa, portanto, um campo fértil na temática do patrimônio cultural, onde são exigidas abordagens cada vez mais concatenadas aos problemas cotidianos das pessoas e sensíveis às idiossincrasias sociais.

Os atuais desafios no ambiente das políticas patrimoniais situam-se primordialmente na ampliação do leque de atuação dessas políticas nesse contexto e na condução dos trabalhos na escala das pessoas. No entanto, a estratégia a ser trabalhada pelas iniciativas patrimoniais no campo das identidades pode apresentar problemas no que tange a adesão ou legitimação pelas pessoas.

Não é incomum observarmos problemas nessas políticas no sentido de sua representatividade e, conseqüentemente, a fruição pela coletividade a ser representada. Podemos observar excessos nas políticas, tanto na implantação das ações como um descompasso com a escala de decisões no que refere às identidades e suas abordagens (CANDAUI, 2010, p.53).

Outro importante desafio das políticas patrimoniais é a sua eficácia como um instrumento de promoção da cidadania. Uma coletividade, quando se vê representada, reforça a ideia da existência de uma ligação estrutural entre a cidadania e patrimônio, pois a mesma tende a fortalecer um inerente sentimento de pertencimento e a aumentar o processo participativo dos indivíduos no seu meio social em escalas diversas (REIS, 1999, p.84).

A construção durante décadas das iniciativas de preservação do patrimônio cultural, sobretudo no Brasil, sedimentou uma visão no imaginário coletivo pautada na predominância das práticas restritas aos instrumentos de tombamento e inventário de bens imóveis, em geral

tomados pela iniciativa do poder público (CASTRIOTA, 2009, p.156). Além disso, em alguns contextos, o próprio arquétipo de “patrimônio histórico” no imaginário coletivo ainda orbita na predominância de um patrimônio edificado cuja tipologia esteja voltada para as construções “coloniais barrocas”, embora a prática institucionalizada de valorização do patrimônio cultural tenha se ampliado ao longo do tempo (CHOAY, 2001, p.56).

Portanto, uma abordagem mais plural, com atividades que transpasse as barreiras de alguns instrumentos de proteção (tombamento e inventário em bens edificados), geralmente utilizados isoladamente, é urgente e necessária. Quando tomada de uma forma ampla e eficaz, deixa de se traduzir em políticas que apenas “restringem o progresso” ou “congelam a cidade” e passam a incorporar valores mais representativos em uma escala nacional.

Como é observado em Raul Soares, embora a cidade esteja em um contexto fora dos circuitos setecentistas no Brasil, ou seja, dos circuitos de cidades com ampla participação de políticas públicas de preservação do patrimônio cultural, podemos perceber que existem várias formas de se estabelecer uma ligação das tradições coletivas e as políticas patrimoniais. Uma das formas de se alcançar esses objetivos é fazer com que as pessoas se sintam parte desse processo de valorização através de atividades e tomadas de decisão que melhorem a sua qualidade de vida.

Em muitos outros contextos se verificam atividades exitosas na valorização do patrimônio cultural que podem atuar, por exemplo, diretamente no ordenamento do território e seu conseqüente desenvolvimento (REIS, 1999, p.79). Dessa forma, observa-se que o patrimônio não deve ser tomado de forma isolada, mas sim, considerando o seu conjunto, e, principalmente, mais próximo das pessoas, tornando peça fundamental em seu processo de desenvolvimento nos mais diversos níveis.

Levando a discussão para as práticas e as políticas públicas nesse sentido no Brasil, é fundamental o papel do IPHAN no direcionamento e condução dos trabalhos executados no país. A partir do contexto do século XX no mundo, esse órgão passou a concentrar os esforços e a criar uma demanda pela preservação do patrimônio cultural no Brasil.

Desde a criação do então SPHAN, em 1937, o Brasil iniciou um processo institucionalizado, contínuo e progressivo de valorização do patrimônio nacional, fundamentado na construção de narrativas de afirmação de uma identidade nacional. Baseada na influência portuguesa e, portanto, europeia, a partir da arquitetura colonial, a sociedade brasileira poderia iniciar um processo de construção de um imaginário coletivo em âmbito nacional, de forma a reforçar a sua unidade, no que se refere à interface do patrimônio cultural no Brasil (CASTRIOTA, 2009, p.140-141).

Dessa forma, as narrativas apresentadas, a despeito de demais abordagens de épocas anteriores, possuía como enfoque o período de consolidação da ocupação portuguesa no Brasil, com o objetivo de enaltecer um passado colonial. Ao tornar mais palpável a ideia de uma ligação direta com a “matriz europeia”, a narrativa da formação de uma sociedade que esteja inserida em um circuito de um mundo “civilizado” europeu e de um estado-nação unificado, seria reforçada, mesmo que apresente as suas peculiaridades.

Como é sabido, o surgimento de determinadas narrativas é fruto de um processo de construção histórica que, de acordo com a conjuntura social de um período, tende a ganhar força e cria eco na historiografia de forma a dar envergadura a essa visão de mundo. Dessa forma, entende-se que a memória não desempenha um papel de preservar o passado, mas sim, de adaptá-lo a fim de enriquecer e manipular o presente (LOWENTHAL, 1998, p.103). Isso interfere, portanto, na forma em que vemos o presente e como essas diferentes narrativas são construídas a partir de um campo de disputa de ideias.

Nesse contexto do Estado Novo, com a emergência de se reforçar uma imagem de unidade nacional, as principais atividades de preservação basearam-se a princípio, na preservação de monumentos e conjuntos urbanos que caracterizavam esse período histórico de maior ligação com as influências europeias. Dessa forma, se conferiu um enorme destaque, entre outros locais, às cidades setecentistas de Minas Gerais, especialmente Ouro Preto (BRAGA, 2010, p.31). Esse contexto fora projetado na inauguração de uma prática sistematizada e institucionalizada de predominância, em um primeiro momento, desse conjunto patrimonial nas políticas de valorização do mesmo. As ações eram pautadas na preservação, restauro e toda uma estratégia de cristalização dessas materialidades como seus legítimos representantes, delimitado em um “invólucro hermético” que permitia essa diferenciação.

Ao longo do século XX, as práticas de preservação pelo mundo apresentaram um processo de expansão de seleção dos bens em vários sentidos, sejam cronológicos, tipológicos ou geográficos (CHOAY, 2001, p.56). Porém, no cenário nacional, observa-se uma persistente predominância dos bens e conjuntos tombados inseridos na temática colonial³⁴, o que reforça a sua importância (oito dos nove conjuntos urbanos tombados em MG estão nessa

³⁴ De acordo com o IPHAN, dos nove conjuntos urbanos tombados pelo órgão em Minas Gerais, oito estão inseridos no período histórico compreendido pela colonização portuguesa no Brasil e a atividade mineradora. Compreende a totalidade do conjunto: Cataguases, Congonhas, Diamantina, Mariana, Ouro Preto, Paracatu, São João del Rei, Serro e Tiradentes. Nota-se que apenas Cataguases está inserida na Zona da Mata e representa o período caracterizado pela influência do modernismo na cultura. Outras duas cidades desse conjunto, Ouro Preto e Diamantina, são classificadas como patrimônio cultural da humanidade.

temática). Dessa forma, a inerente patrimonialização dos principais arquétipos envolvidos nessa temática faz com que os mesmos ocupem, por sua vez, a maior parte do imaginário coletivo na sociedade quando se fala em patrimônio no Brasil.

Além da temática em torno do período colonial, as práticas de preservação em si, baseadas a partir dos inventários e tombamentos em relação ao patrimônio edificado, tendem a ser, por conseguinte, as principais atividades relacionadas à preservação do patrimônio cultural ainda nos dias de hoje. Isso se deve pelo direcionamento que as narrativas do Estado Novo quis imprimir no cenário patrimonial e também pela atuação centralizada do estado na preservação do patrimônio cultural.

Dessa forma, ressalta certo caráter impositivo, verticalizado e por vezes restritivo da referida atuação estatal no que tange esse tema no contexto brasileiro. Devido a diversos fatores, sobretudo à apatia da sociedade civil em relação ao tema (FONSECA, 1997, p.125), o Estado, então, tinha a incumbência de assumir tal responsabilidade e fomentar a narrativa hegemônica de um estado-nação unificado.

Superados os desafios de implantação da chamada fase heroica do então SPHAN, sobretudo após a década de 1970, os desafios passariam a orbitar em um panorama marcado pela crise da modernidade em um mundo cada vez mais dinâmico (FONSECA, 1997, p.135). Dessa forma, esse órgão passaria a enfrentar desafios cada vez maiores, e buscava responder de forma a alinhar a visão desse órgão aos mecanismos supranacionais de fomento à cultura.

Nesse período, verificou-se uma profunda reestruturação do então IPHAN, cada vez mais atrelado a UNESCO no sentido de proposição de políticas públicas de preservação em resposta ao desgaste natural da forma de atuação marcada pelo início da vida do órgão (FONSECA, 1997, p.142). Concomitantemente ao processo de ampliação que o conceito de patrimônio cultural apresentou nesse período, as normativas e portarias do referido órgão brasileiro buscavam acompanhar, e por vezes preconizar, nuances relativas a essa ampliação.

Embora já seja uma realidade uma busca pela pluralidade nas políticas públicas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, ainda podemos perceber uma prevalência das iniciativas estritamente estatais na preservação do patrimônio nesse contexto. Dessa forma, a julgar pelos modelos propostos de preservação e a enorme lacuna de representatividade dos bens patrimoniais, ainda vigente no país, atrelar as necessidades das pessoas às políticas culturais, dentre elas o patrimônio, parece-nos ser uma demanda importante nos dias atuais.

Isso se torna ainda mais importante quando nos deparamos com as questões relativas ao nosso desenvolvimento como sociedade, em um mundo cada vez mais fluido e integrado no veículo das informações e na economia. Sobretudo nos países em desenvolvimento, as

atividades econômicas de pequena escala, atreladas ao saber-fazer tradicional, podem representar uma alternativa às cadeias econômicas de larga escala, sejam nos setores mais tradicionais até os mais dinâmicos, como a atividade industrial. (SCHUMACHER, 1979, p.63).

O componente representado pelos modos de vida de uma comunidade na discussão acerca do patrimônio combinado com a sua permanência e sustentabilidade nos possibilita entender o quão viável o patrimônio cultural pode ser, sobretudo como agente de desenvolvimento social e da afirmação da cidadania na vida em sociedade em nosso país. Essa discussão também passa pelos modelos adotados, os principais agentes promotores e os possíveis atores que poderão participar desse processo no futuro.

A trajetória que as políticas patrimoniais percorreram no Brasil nos mostra os possíveis rumos que essas políticas podem adquirir em virtude do panorama político e econômico, que está em constante transformação. Como sabemos, existe uma ligação intrínseca entre o que se propõe pensar em patrimônio e suas representações sociais no sentido das identidades, mas também é cada vez mais presente a necessidade de se adequar desenvolvimento e as políticas patrimoniais, a exemplo das inúmeras iniciativas nesse sentido, mundo afora.

O desafio gerado pela intersecção dos aspectos patrimoniais e econômicos em uma localidade é representado em sua maior parte pela geração de demandas no campo da valorização do patrimônio cultural. Decerto não é um desafio de pequenas dimensões, porém existem algumas iniciativas pelo globo que se apresentam como contribuições importantes nesse sentido ao estabelecer uma interface direta entre a conjuntura das identidades e a vida cotidiana das pessoas.

Algumas práticas que conjugam esses aspectos podem ser vistas pelo globo, e uma dessas iniciativas está representada pelo movimento *Città Slow*, que se iniciou em 1999 através dos trabalhos de Paolo Saturnini, que à época era prefeito da cidade de Greve-in-Chianti, na Itália, juntamente com os prefeitos das também cidades italianas de Orvieto, Bra e Positano e o presidente do movimento *Slow Food*, Carlo Petrini. (RADSTROM, 2011, p.90).

Esse movimento visa a estabelecer um contraponto ao processo, como salienta Cartorpe e Fulton (2001, *apud* RADSTROM, 2011, p.93), de homogeneização das cidades em decorrência dos efeitos da globalização. Tais efeitos, portanto, estão representados pela criação cada vez mais padronizada dos espaços urbanos, como resposta ao desenvolvimento agressivo da integração dos mercados.

Um bom exemplo desse processo de homogeneização é o crescimento das redes de *fast-food* e também os hipermercados, que, de certa forma, moldam a forma como as cidades se organizam e desenvolvem a sua infraestrutura. Além desses dois exemplos podemos incluir todo o espectro do culto ao consumo que se estabeleceu no seio da sociedade moderna, especialmente no ocidente, mas com grande integração com o oriente em escala sem precedentes.

Não obstante, as nossas cidades, principalmente aquelas localizadas nos epicentros do poder econômico, passaram a sofrer também as consequências desse processo de homogeneização, principalmente no que tange a perda de suas identidades, dentre outros. Não raro, outros problemas relacionados também à escala da vida urbana começaram a denunciar a incompatibilidade de uma vida eminentemente moderna e a qualidade das relações humanas, entre ambos e seu meio, como a degradação dos espaços públicos e a perda da qualidade de vida.

Como denuncia Saturnini: “As cidades estão se tornando todas uniformes; elas estão perdendo a sua identidade, a sua alma” (RADSTROM, 2011, p.93). Nesse sentido, o movimento *Citta Slow* propõe o reestabelecimento do que é delimitado como senso de lugar em um meio ambiente sustentável através da valorização das identidades. Nesse ponto, as identidades são vistas como ativos de cada região, ou seja, seus meios de vida, e representam uma visão eminentemente patrimonial.

Dessa forma, as propostas acerca desse movimento propõem uma reconexão das relações entre o entorno físico e os laços da localidade feitos historicamente. Isso pode ser feito de várias formas, através da conhecida *Slow Philosophy*, que visa, basicamente, aumentar a qualidade de vida nas cidades aos seus habitantes.

Cabe ressaltar que existe uma ligação importante entre o movimento *Citta Slow* e o movimento *Slow Food*, onde, ambos comungam de valores que visam estabelecer uma interface entre os meios de vida tradicionais e a melhoria da qualidade de vida nas cidades. O *Slow food*, em uma clara alusão ao termo *fast food* no sentido de contraponto ao mesmo, busca valorizar, dentre alguns pontos, a culinária tradicional, englobando os processos sociais e econômicos desde a produção dos insumos à comercialização e consumo do produto final.

Dentre algumas questões que envolvem o processo de valorização da culinária *Slow*, destacam-se a produção fresca, local e sazonal; receitas passadas pelas gerações e a produção sustentável e artesanal, bem como o cultivo orgânico e livre de defensivos agrícolas. Dessa forma, um trabalho bastante consistente é necessário no sentido de valorização da produção agrícola tradicional, através dos processos tradicionais de cultivo e manejo em pequena escala

bem como as relações sociais envolvidas nessas atividades econômicas, a fim de possibilitar o desenvolvimento e o pertencimento de um grande número de pessoas nesse ínterim.

As políticas relacionadas às *Citta Slow* baseiam-se em seis pontos principais, que são (RADSTROM, 2011, p.95):

- Políticas ambientais – Destacam-se, dentre outros, a proteção dos elementos naturais, tais como a qualidade do ar, água e solo, reciclagem do lixo, controle da poluição luminosa e sonora, energia renovável e o desencorajamento à produção de alimentos geneticamente modificados.
- Políticas de infraestrutura – Representam planos de preservação de bens culturais e/ou históricos, melhorias na mobilidade urbana e tráfego, acessibilidade, proposição de áreas verdes, execução de centros comerciais para a distribuição de produtos advindos das atividades tradicionais de produção e valorização de áreas comerciais acolhedoras através da revitalização desses espaços públicos.
- Tecnologias e facilidades para a qualidade urbana – Desenvolvimento e produção de bio-arquitetura, desenvolvimento de redes lógicas e de internet, plano de recolhimento eficiente de lixo, arborização urbana com árvores nativas, plano de controle de ruídos e de cores.
- Salvaguarda da produção autóctone – Entre os principais pontos, estão o desenvolvimento da agricultura orgânica, criação de certificação de qualidade dos produtos tradicionais, programa de salvaguarda desses produtos e métodos tradicionais, incentivo ao uso de produtos orgânicos em restaurantes e escolas, catalogação dos produtos típicos da região, bem como promover o suporte necessário para a sua comercialização, catalogação do patrimônio ambiental e promoção e preservação dos eventos culturais locais.
- Consciência – Esse ponto se situa na interface entre as iniciativas e a participação popular no sentido de todos abraçarem a causa de forma coletiva e consciente. Dessa forma, as ações nesse sentido passam por providenciar informações aos cidadãos sobre o próprio programa, envolvendo o tecido

social da forma mais plural possível, bem como a promoção de eventos de divulgação da chamada “cultura *slow*”, que representa a filosofia do movimento em si em um processo de retroalimentação.

- Hospitalidade – A questão da hospitalidade passa pela ideia de aproveitamento das atividades desenvolvidas para o turismo, a fim de gerar divisas às atividades. Dessa forma, fazem-se necessários treinamentos diversos para a recepção dos eventuais turistas, utilização de uma linguagem na forma de símbolos internacionais relativos ao turismo bem como políticas de recepção e formação dos agentes turísticos, como a capacitação de mão-de-obra necessária para o desenvolvimento de atividades com esse fim.

Analisando esses pontos levantados pelo movimento *Città Slow*, podemos entender que uma gama de possibilidades é criada para o desenvolvimento social das localidades, inclusive através dos aspectos econômicos através desse movimento. Portanto é importante ressaltar que a prioridade das atividades se situa na valorização das pessoas e seus meios de vida, com enfoque em se criar uma via alternativa aos processos globalizados de produção e geração de riquezas.

O que podemos estabelecer como análise desse movimento é a interação das práticas ligadas à cultura e os meios de vida, como uma forma de gerar desenvolvimento. Porém é sabido que se trata de um exemplo com características únicas, onde as condicionantes existentes nesse contexto não são as mesmas verificadas no contexto de Raul Soares, que enfrenta problemas e tem desafios de aperfeiçoamento como em qualquer outro lugar com suas tradições e os seus meios de vida tradicionais.

As materialidades que podem ser exploradas nesse sentido nas políticas urbanas orbitam em torno de iniciativas como prover prioridade aos pedestres e valorização das pessoas no âmbito da mobilidade das cidades. Isso gera uma interface direta com o conjunto de iniciativas delimitadas com vertentes emergentes do urbanismo contemporâneo³⁵, que buscam trabalhar as políticas urbanas em geral no nível das pessoas da forma mais democrática possível através do fomento à multiplicidade de usos do espaço urbano e do acesso às diferentes camadas sociais.

³⁵ A seguir, esquema de uma *woonerf*, onde os usos são combinados e representa uma aplicação desse conceito de ruas na escala do pedestre.



Figura 39. Fonte: <https://milestoneimports.com/2013/05/12/porphyry-paving-and-toronto-design-innovations/>, acessado em 21 abr. 2019.

Podemos citar, nesse caso, as iniciativas das “ruas de convívio” designadas pelo termo *woonerf*, cujo conceito encontrou terreno fértil de implantação, sobretudo na Holanda como forma de integrar alguns usos nos espaços urbanos. Como um conjunto de infraestruturas diversas, geralmente é provido pavimentação, sinalização e arborização adequadas, bem como o desenvolvimento de estratégias para viabilizar atividades populares nesses espaços.

Dessa forma, cria-se uma conexão filosófica no sentido de lugar, que, como vimos, possui uma inter-relação com as identidades coletivas de forma absolutamente intrínseca. Tais identidades podem ser expressas inclusive pelo incremento à produção local de alimentos, através da valorização das técnicas agrícolas tradicionais bem como a criação de meios, entre outras estratégias, de se proverem espaços mais apropriados ao convívio e a correta fruição dessas iniciativas de desenvolvimento.

Analisando a questão das práticas tradicionais de produção de alimentos, por exemplo, verifica-se nos últimos anos um intenso processo de aumento de escala da produção, sobretudo a partir da expansão das fronteiras agrícolas, e o surgimento de uma “especialização” de determinadas áreas em relação à produção dos gêneros agrícolas que impactam nessa dinâmica de forma bastante incisiva. Dessa forma, entendendo esse processo, é possível estabelecer algumas iniciativas de valorização dos produtos locais ao usar aspectos desse conjunto de fenômenos imersos na ideia de globalização a favor dessas iniciativas.



Figura 40. Fonte: <https://www.wine.com.br/winepedia/sommelier-wine/vinho-chianti/>, acessado em: 25 set. 2019.

Como exemplo, podemos citar o caso do vinho *Chianti*³⁶, produzido na região homônima, na Itália, e que passou por um processo de certificação que o confere, hoje, um selo de indicação geográfica, que possibilita, entre outras questões, vantagens comerciais. Dessa forma, compensa-se a pequena escala com um processo de valorização do produto em si, que, obrigatoriamente, deve ter correspondência com a região em que se produzem os bens, bem como os processos sociais envolvidos.

Com isso, cria-se a possibilidade de consumo desses produtos pelo mundo todo, uma vez que, com as informações cada vez mais conectadas, é possível tomar conhecimento de várias nuances relacionadas aos mesmos ao toque de um dedo. Como uma resposta às mudanças econômicas iniciadas no segundo quartel do século XX, a valorização das relações humanas frente ao processo de homogeneização torna-se cada vez mais necessária.

³⁶ Figura 40 (acima), mostrando o panorama geral da região produtora do vinho *Chianti*, na Itália, conectando história, produção e desenvolvimento.

De acordo com Susan Radstrom (2011, p.109), as identidades são dependentes do lugar e das complexas relações culturais, que, juntas, definem os principais atributos de uma localidade. Mesmo se as identidades forem reinventadas, ou seja, trabalhadas no sentido de reforços a sua valorização, o que não se pode perder de vista é que o âmago das mesmas, que é o que lhes dá subsistência, nunca deve ser artificializado, com pena de perder a sua vitalidade e sua legitimidade.

Nesse sentido, ainda segundo a autora, é importante termos em mente o conceito de “sustentabilidade cultural”, ou seja, que as atividades de promoção dessas identidades sejam culturalmente sustentáveis e não percam a sua vitalidade nem se transformem em meros objetos mercadológicos. Dessa forma, preservam-se os aspectos relacionados à replicação desses elementos culturais bem como a sua permanência no imaginário coletivo e a transmissão para as novas gerações.

O que podemos observar, com esse ponto de vista, é que os aspectos culturais de uma sociedade podem ser vistos através de uma relação realmente fluida entre o lugar, cultura e contexto, ressaltando um aspecto holístico, com um caráter conservativo. Dessa forma, não se pensa nas tradições apenas através de pontos de vista saudosistas e que as congela no passado, mas sim, presentes e importantes no dia-a-dia das pessoas e a funcionar ativamente como uma referência importante na vida em comunidade, condição primaz para ser sustentável, a propósito.

Ao tentarmos resolver esse intrincado quebra-cabeças entre patrimônio cultural, identidades, modernidade e desenvolvimento social, percebemos que as ações que visam à melhoria da qualidade de vida das pessoas viabilizam, também, uma série de instrumentos que tornam economicamente viáveis o desenvolvimento de certas atividades, imersas na valorização das identidades. Dessa forma, quando se pensa em um aproveitamento turístico, por exemplo, podemos perceber que na verdade o foco de tais atividades está na melhoria das condições de vida das pessoas em si, e que o turismo é apenas uma (boa) oportunidade de se aproveitar economicamente tais aspectos.

Observando o processo de construção das identidades coletivas, a partir de uma ótica pautada nas mudanças ocorridas em escala mundial, mas que representam um vetor em comum a todos, torna-se evidente que as ações de valorização patrimonial devem acompanhar tais mudanças. Isso se deve por as mesmas trabalharem justamente com um substrato produzido pela ação coletiva das pessoas. Dessa forma é possível ter êxito em tais políticas ao passo que as mesmas possam ser instrumentos realmente eficazes tanto de valorização do patrimônio como de cidadania.

Nesse sentido, a temática das identidades, uma vez trabalhada em um contexto cada vez mais “conectado” ao mundo contemporâneo representa um ponto central nas formulações das políticas patrimoniais. Dessa forma, a ligação existente entre as pessoas e as políticas de valorização acaba sendo o que vai garantir a legitimidade, as vitalidades³⁷ e o constante processo de aprimoramento de qualquer iniciativa nesse sentido.

Uma aproximação das ações de valorização do patrimônio e um diagnóstico preciso e voltado para as realidades da coletividade em geral é de suma importância frente a um ambiente de grandes transformações como é o mundo de hoje. São observados nos diversos contextos e proporções efeitos diversos como a massificação cultural e seu gradativo processo de mercantilização, justificando a necessidade de se tomar medidas cada vez mais próximas das necessidades das pessoas, como instrumento de desenvolvimento e inclusão social.

2.2 - DESENVOLVIMENTO E PATRIMÔNIO: O ELO FORMADO PELO CONCEITO DE PAISAGEM CULTURAL

Propor alternativas de desenvolvimento em localidades que, embora conectadas à “modernidade” através de um grande espectro de instrumentos, se situam em regiões que se apresentam estagnadas há certo tempo, como é o caso da cidade de Ouro Preto, no estado brasileiro de Minas Gerais, não é tarefa fácil (CASTRIOTA, 2009, p.151). Soluções para desenvolvimento podem se apresentar de diversas formas, porém, ao entendermos que essas ações passam necessariamente pela melhoria da vida cotidiana das pessoas, propor algo no sentido da valorização dos meios de vida tradicionais parece-nos bem plausível.

Ao combinar a ideia de desenvolvimento com as políticas patrimoniais, essas últimas devem ser pensadas de forma ainda mais ampla como forma de romper os limites dos receituários tradicionais dessas políticas, sobretudo no Brasil. Do ponto de vista conceitual, a ideia que possibilita uma interface direta entre a produção do espaço e o saber-fazer tradicional é a de paisagem cultural. Por ser definida a partir da sua escala de abrangência, a paisagem cultural corresponde a um determinado recorte do território e pode ser entendida pela associação de conjuntos construídos socialmente e as dinâmicas naturais em seus mais diversos elementos e formas (SCIFONI, 2016, n.p.).

³⁷ Essa vitalidade pode ser alcançada, segundo Jane Jacobs, por algumas estratégias de valorização da diversidade: “As cidades precisam de mesclas de prédios antigos para cultivar as misturas de diversidade principal, assim como aquelas de diversidade variada. Elas precisam especificamente dos prédios antigos para incubar uma nova diversidade principal” (JACOBS, 2011, p.216).

Oficialmente, esse conceito foi delimitado pela primeira vez na ocasião da 16ª sessão do comitê do Patrimônio Mundial, ocorrida na cidade de Santa Fé, no estado do Novo México (EUA), no ano de 1992. É importante salientar que a delimitação conceitual é o resultado de vários anos de discussão sobre o conteúdo desse conceito no que concerne a sua essência (CASTRIOTA, 2009, p.260). Em 1995, o Conselho da Europa regulamentou a proteção dessa categoria em território europeu, por meio da Recomendação R (95) 9 e mais tarde, pela Convenção Europeia da Paisagem, em 2000 (SCIFONI, 2016, n.p.).

No ano de 1999 a UNESCO estabeleceu a definição de paisagem cultural através do documento intitulado: “Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial”, expresso pelo seguinte texto:

Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem designado no Artigo I da Convenção. Elas são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas com base tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões. (UNESCO, 1999 *apud* CASTRIOTA, L, 2009, p.257).

No âmbito brasileiro, o conceito de paisagem cultural foi institucionalizado através da portaria de nº 127/2009, que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Cabe lembrar que tal conceito considera a abrangência que a constituição brasileira de 1988 deu à definição de patrimônio cultural, com seus aspectos de natureza material e imaterial e as interações de ambos com o meio social. O texto da portaria define o contexto de paisagem cultural brasileira:

Art. 1º. Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores. Parágrafo único - A Paisagem Cultural Brasileira é declarada por chancela instituída pelo IPHAN, mediante procedimento específico. (BRASIL, 2009, p.17)

Sobre a definição de Patrimônio Cultural, a Constituição Federal brasileira de 1988 estabelece:

O patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se

incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 2016, n.p.)

Ainda em relação ao texto da referida portaria, a mesma considera para a definição de paisagem cultural os fenômenos contemporâneos de expansão urbana, globalização e massificação das paisagens urbanas e rurais que colocam em risco contextos de vida e tradições locais. Nessa ótica, podemos ressaltar que pode ser observada, também no âmbito institucional, a ampliação que o conceito de patrimônio cultural sofreu ao longo do tempo e que considera uma abordagem plural, socialmente rica e em consonância com os desafios da sociedade contemporânea.

É possível entender, também, que a ênfase nas políticas públicas desenvolvidas no âmbito de valorização da agricultura familiar, frente às técnicas massificadas de produção, sobretudo no campo, representa um campo fértil de possibilidades pautadas no saber-fazer tradicional. Dessa forma, novas práticas no campo patrimonial podem ser desenvolvidas e cristalizadas no sentido de um esforço conjunto nos desafios contemporâneos da sociedade como um todo.

Nesse sentido, algumas ações coletivas empreendidas em contextos dentro do país podem servir como balizadores para a nossa análise. A primeira delas é o conjunto de iniciativas de valorização do agroturismo na região serrana do estado do Espírito Santo na cidade de Venda Nova do Imigrante, com olhar atento às nuances culturais e ao saber-fazer tradicional das famílias. Ao propor alternativas desse sentido na localidade há pelo menos 25 anos, hoje se pode colher os frutos desse esforço, evidentes no cotidiano das pessoas através da melhoria de sua qualidade de vida bem como das inúmeras oportunidades geradas nos mais diversos ramos da sociedade.

Tomaremos por base a experiência da cidade de Venda Nova do Imigrante, no estado brasileiro do Espírito Santo, que, de acordo com Emmendoerfer (2006, p.109), iniciou as atividades de valorização do agroturismo na década de 1980. Essa região possui uma forte tradição dos imigrantes europeus, majoritariamente advindos da região formada atualmente pela Itália.

Mas que relações podemos fazer entre atividades de agroturismo e as dinâmicas patrimoniais? Para responder essa pergunta, devemos considerar a ideia de paisagem cultural associada às atividades de desenvolvimento humano, sejam no campo econômico ou de

melhoria dos meios de vida. Ao estabelecer relações entre o patrimônio cultural e a vida cotidiana das pessoas, essa ideia mescla diversos aspectos nos elementos culturais, sejam materiais ou imateriais. Os aspectos materiais podem ser expressos pelo patrimônio arquitetônico, urbanístico e natural e os aspectos imateriais podem ser expressos pelas formas de expressão, pelo saber-fazer tradicional e os meios de vida, transmitidos pelas gerações.

Essa abordagem holística, que considera os desafios sociais presentes em nosso país, nos permite entender a relação existente entre patrimônio e as atividades econômicas e sociais em um determinado contexto. Dessa forma, podemos propor “soluções” no campo patrimonial, mesmo que parciais, que podem torná-lo cada vez mais presente na vida das pessoas ao estarem conectadas aos meios de vida tradicionais.

Nesse ínterim, podemos entender que esse conceito é indispensável para criarmos uma conexão com as práticas em torno do agroturismo em Venda Nova do Imigrante³⁸, ao unir aspectos relativos à paisagem do lugar, ao seu patrimônio edificado e infraestrutura urbana e a suas técnicas agrícolas tradicionais. Nesse sentido, quando podemos estabelecer uma interface direta entre os meios de vida tradicionais e o desenvolvimento culturalmente sustentável de uma comunidade, é possível identificar aspectos do campo patrimonial na referida atividade.



Figura 41. Fonte: <http://correiodosul.com/regiao/tombo-da-polenta-dancas-tipicas-ervejas-artesanais-e-gastronomia-gaucha-sao-atracoes-da-minastche/>, acessado em 21 set. 2019.

³⁸ Momento conhecido como o "tombo da polenta" em uma festividade que possui o nome do alimento presente na culinária desenvolvida pelos imigrantes italianos, em uma clara integração do imigrante em solo americano.

No que se referem à forma de organização dessas atividades, podemos ressaltar que, segundo Emmendoerfer (2006, p.109), as atividades desenvolvidas pelo agroturismo na região aglomeram-se basicamente na produção e comercialização de produtos agrícolas e semielaborados, em geral tradicionais, bem como hospedagens rurais, restaurantes, entre outras. É importante salientar que as iniciativas individuais estão pulverizadas pelo território do município, mas se agregam em um conjunto maior, com decisões tomadas coletivamente.

O associativismo verificado em alguns contextos, como é o caso dessa localidade capixaba, muitas vezes representa uma alternativa aos processos globalizados de produção e, nesse caso especificamente, à expansão da fronteira agrícola em larga escala (EMENDOERFER, 2006, p.121). A produção de orgânicos, possível em menor escala, representa, por exemplo, a viabilização das técnicas agrícolas tradicionais bem como a oferta de produtos de melhor qualidade, sem defensivos agrícolas e mais saudáveis.

Esses predicados tornam esse tipo de produção, socialmente e ambientalmente responsáveis, na vanguarda do pensamento e práticas humanas, uma vez que aproxima cada vez mais o homem e seu meio. Ao abranger vários aspectos úteis da vida cotidiana, e não atividades meramente “cenográficas” ou distantes das pessoas, as políticas patrimoniais podem ser mais bem aproveitadas e adquirir uma roupagem mais contemporânea, condizente com o processo paulatino de evolução do próprio conceito de patrimônio.

Podemos perceber que em Venda Nova do Imigrante as iniciativas partiram de um ponto de vista eminentemente prático ao se desenvolverem em torno do agroturismo, a fim de atender (ou criar) uma demanda econômica e de desenvolvimento social. Porém, fica claro que os aspectos culturais permeiam toda a temática em que estão envoltas as iniciativas relativas ao agroturismo, uma vez que representam a “matéria-prima” para as atividades desenvolvidas, baseadas no saber-fazer tradicional.

Segundo Emmendoerfer (2006, p.114), alguns princípios que norteiam as boas práticas relacionadas ao agroturismo orbitam em torno de um gerenciamento ecológico responsável e a necessidade de se possuir uma identidade própria através da oferta dos produtos. Tal identidade é expressa pela existência de um produto-âncora, ou seja, um produto que consiga caracterizar o conjunto das atividades desenvolvidas naquela localidade.

Como ilustração desses conceitos desenvolvidos na prática do agroturismo em Venda Nova do Imigrante, podemos destacar uma festividade bastante tradicional na cidade, a Festa da Polenta, que, por iniciativa da paróquia local, está presente desde a década de 1970 na cidade. Tal festividade possui por característica a forte presença da coletividade tanto nos

preparativos, quanto na destinação dos lucros, que são revertidos para a melhoria da qualidade de vida em geral das pessoas, ao viabilizar a construção de equipamentos de uso público.

Nota-se que, ao se criarem iniciativas coletivas, viabiliza-se o desenvolvimento de toda uma cadeia produtiva com forte capilaridade entre as pessoas, uma vez que as mesmas se sentem parte importante do processo. Dessa forma, mesmo que de forma não intencional e direta, cria-se um ambiente propício para a valorização das tradições, uma vez que as mesmas fazem-se presentes no dia-a-dia das pessoas ao passo que as condições para tal valorização são criadas.

Ainda segundo Emendoerfer (2006, p.114), existem quatro fatores para a prática turística sustentável, que são, em suma:

- Compatibilidade entre a atividade turística e a ‘capacidade de carga’ do sistema natural, ou seja, a capacidade do ambiente se manter física e funcionalmente em níveis adequados ao estar sujeito às atividades mencionadas;
- Integração do turismo com o desenvolvimento econômico local a partir da renovação dos setores tradicionais da economia.
- Inserção do turismo no sistema de planificação estratégica centrada no desenvolvimento local;
- Gestão integrada e participativa do desenvolvimento turístico local, com participação dos agentes locais.

Sem dúvida, toda prática turística considerada virtuosa deve contemplar a participação das pessoas, seja no processo de implantação de tais atividades, seja na colheita de seus frutos. Resta-nos a pergunta: como criar condições de participação das próprias pessoas nesse processo? Uma resposta a isso poderia passar pelo “uso” da temática identitária, entre outros, como instrumento de pertencimento às pessoas, sempre em uma perspectiva coletiva.

Em Venda Nova do Imigrante, por exemplo, o reforço das identidades e dos meios de vida se dá de forma bastante tênue e quase colateralmente. Ao contrário de outros destinos considerados “históricos”, essa localidade apresenta poucas iniciativas oficiais de proteção do patrimônio, sobretudo material. Vê-se, por outro lado, tentativas por vezes sincronizadas, no sentido de reforço e valorização do saber-fazer e a produção da paisagem, formando uma simbiose entre os elementos materiais e imateriais.

Com efeito, o substrato edificado é um elemento extremamente importante no conjunto e composição de ambiências das mais variadas formas, podendo destacar, por

exemplo, o patrimônio ambiental urbano. Porém, ao se integrar de forma holística à paisagem, cria-se as condições necessárias à fruição de todo o conjunto com diferentes materialidades. Os conflitos (inerentes) podem, portanto, desfrutar de um campo mais fértil ao seu processo de amadurecimento e a valorização das identidades, por sua vez, mantém a ligação entre as pessoas e as atividades de valorização dos meios de vida tradicionais.

Cabe ressaltar que nessa localidade é imperioso observarmos o caráter que o imigrante conseguiu imprimir em seu ambiente de vida, baseado nas ligações próximas das pessoas. Era muito importante, sobretudo no período de implantação desses núcleos, a interação generosa entre as pessoas como forma de sobrevivência, pois eram talvez a única forma de se criar condições mínimas de sobrevivência em ambientes por vezes hostis à atividade humana.

As terras, por sua vez, retribuía todo o esforço empregado, e o imigrante, já acostumado com o lida do campo desde a sua origem, conseguia colher, mesmo sem grandes excedentes, a produção de alimentos. Dessa forma, ao criar um vínculo importante com a terra e a coletividade, podemos ver atualmente o resultado sedimentado na sua paisagem, tanto nos seus aspectos físicos quanto nos aspectos sociais.

O que podemos resumir da experiência dessa comunidade de imigrantes em solo capixaba é o papel do associativismo, no nível das pessoas de forma direta e representativa, através do saber-fazer popular. Tal filosofia, por sua vez, tem o potencial de transformar realidades e criar oportunidades diversas em várias áreas do aspecto social e no reforço e valorização das identidades como um todo.

Com efeito, é sabido que a localidade possui muitos desafios, e que as atividades desenvolvidas nesse contexto são próprias do mesmo, e, portanto, não reproduzíveis de maneira simplória, assim como outras iniciativas no campo do patrimônio espalhadas pelo globo. O que observamos, porém, é que existe uma grande convergência de ideias e iniciativas que reforçam o processo de ampliação que o conceito de patrimônio sugere ao longo das décadas, ao se aproximar das pessoas e ser, de fato, um importante instrumento de cidadania.

Podemos utilizar como outro exemplo a partir da ótica do conceito de paisagem cultural algumas iniciativas empreendidas na cidade do Serro³⁹, antiga Vila do Príncipe do Serro Frio que, ao contrário da maioria das cidades setecentistas em Minas Gerais, apresentava uma importante produção agrícola (CASTRIOTA, 2009, p.264). As cidades brasileiras com grande influência portuguesa, sobretudo anteriores ao século XVIII,

³⁹ Conforme figura 42 (abaixo), imagem de promoção da festa do queijo, na cidade do Serro, onde podemos perceber seu ambiente urbano característico ao fundo, e o valorizado produto artesanal em primeiro plano.

apresentavam uma conformação baseada na forte integração do sítio urbano com o meio circundante, através de um suposto “afrouxamento” das diretrizes urbanísticas por parte da autoridade régia lusitana⁴⁰.



Figura 42. Fonte: <https://casadecaco.com.br/33a-festa-do-queijo-de-serro-mg/>, acessado em 21 set. 2019.

Dessa forma, não somente o Serro, mas outras tantas cidades setecentistas apresentam uma conformação em sua maior parte desfavoráveis a uma ocupação em forma de retícula, principalmente em Minas Gerais devido ao contexto de ocupação e às características topográficas dos terrenos. Dessa forma, é patente a observação da adoção de traçados mais lineares no que tangem os arruamentos, ao seguir os principais caminhos, dando peculiaridade no que tangem os elementos formadores da paisagem do local ao se integrar, como vimos, o sítio e os arruamentos.

Somado a isso, as paisagens agrícolas tradicionais, muito evidentes e sedimentadas na paisagem natural, como observa Castriota (2009, p.267), voltaram-se para a produção agrícola a partir da decadência das atividades mineradoras. O ícone principal desse tipo de interação é a produção dos tradicionais queijos do Serro, de forma artesanal, através das atividades

⁴⁰ Sérgio Buarque de Holanda, através da sua célebre obra, *Raízes do Brasil*, de 1936, precisamente presente no capítulo intitulado *O Semeador e o Ladrilhador*, explicita as diferenças na implantação das primeiras povoações nas Américas portuguesa e espanhola. O referido autor argumenta que a falta de um planejamento rígido nas cidades brasileiras se deve, entre outros fatores, à forma mais pragmática de ocupação portuguesa, em contraste com a espanhola, que se apresentava com muito mais rigidez formal. (HOLANDA, 1988, p. 76).

agropastoris, que possui como principais agentes o saber-fazer tradicional, os recursos naturais da região, bem como o seu clima e demais fatores. Tais fatores conferem um valorizado *terroir* que imprime em cada produção do queijo artesanal parte de sua história.

Através de uma abordagem holística da paisagem é possível delinear o substrato cultural presente na mesma, composta por diversos elementos, sejam materiais ou imateriais que interagem entre si, imersos no conceito de paisagem cultural. Dessa forma, com uma delimitação teórica que nos permite enxergar o objeto cultural em sua mais completa gama de valores, é possível conseguirmos estabelecer iniciativas mais apropriadas e consequentemente, mais próximas das pessoas.

É importante observar que a conservação de paisagens culturais não é tarefa fácil, em virtude de que a própria seleção de contextos dentro desse conceito já possui uma complexidade considerável (CASTRIOTA, 2009, p.269). Muito além da dimensão estética, é preciso entender que a paisagem cultural se comporta como um organismo vivo, muito próximo das vivências coletivas e sua consequente interação no meio natural e na história.

Podemos exemplificar as paisagens agrícolas tradicionais como grandes representantes de uma paisagem cultural, uma vez que é possível identificar fatores sociais, ambientais e naturais, bem como as técnicas agrícolas tradicionais, que apresenta uma delicada relação entre o meio-ambiente e as técnicas agrícolas. Visando a sustentabilidade em seus mais diversos níveis, as estratégias podem ir desde a valorização do saber em si, melhoramentos no manejo dos recursos naturais, agregação de valor à produção, entre outros fatores.

Como observa Castriota (2009, p.271), podemos ter como exemplos de práticas de salvaguarda de paisagem cultural um conjunto de iniciativas presentes em um espectro que varia desde os aspectos intangíveis como a morfologia urbana e edilícia. Valores como sustentabilidade ambiental são importantes balizadores para as práticas tradicionais agrícolas, como pode ser verificado em um documento produzido pelo IPHAN no ano de 2000, intitulado: “Proposta de intervenções paisagísticas em sítios do centro histórico e adjacências na cidade do Serro/MG”, ao ressaltar o patrimônio genético das culturas agrícolas presentes.

Podemos citar também, as iniciativas de agricultura urbana, ao preencher os vazios existentes entre as construções, permitindo a criação e manutenção de atividades completamente complementares: preservação do casario e destinação sustentável dos terrenos. Nesses casos é possível visualizar a busca pelo equilíbrio entre as atividades, uma vez que a permanência ou sobrevivência de determinada atividade humana pode ser viabilizada através de outras atividades complementares, que lhes dão subsídio.

No caso específico do Serro, as práticas de agricultura urbana e de promoção da paisagem cultural estão presentes no “Plano de revitalização da paisagem cultural do Serro” datado do ano de 2007, com recursos do Governo Federal, via programa **Monumenta**. Esse projeto foi feito, também, através da parceria entre a Prefeitura Municipal local, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e o Instituto de Estudos de Desenvolvimento Sustentável (IEDS).⁴¹

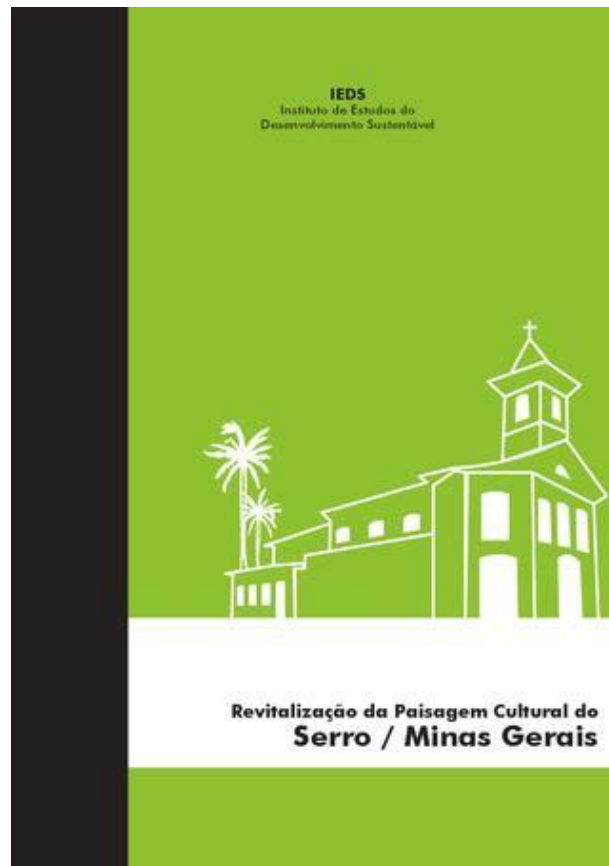


Figura 43. Fonte: <https://issuu.com/alexisazevedo>, acessado em 21 out. 2019.

Trata-se de um projeto de vanguarda na salvaguarda da paisagem cultural no Brasil que possui como eixos centrais diretrizes completas de uso e ocupação do solo, bem como um plano extenso de agricultura urbana, subsidiado por um fundo de financiamento rotativo. Outras iniciativas, como o fortalecimento institucional, através da criação de leis específicas, bem como um programa de reabilitação da paisagem fazem parte do leque de iniciativas propostas por esse projeto, englobando o máximo possível de nuances, sejam sociais, econômicas ou culturais (CASTRIOTA, 2009, p.277-278).

Cabe ressaltar que essas iniciativas representam um futuro promissor das atividades de promoção da própria disciplina de patrimônio cultural, uma vez que une diversas abordagens

⁴¹ Na figura 43, capa da cartilha do programa de reabilitação da paisagem cultural do Serro, elaborado em 2007.

do campo cultural, muitas vezes multidisciplinares. Porém, como sabemos, cada localidade possui características únicas, como é o caso do Serro, e a escolha do recorte territorial e social a ser empregado pode variar para cada contexto ao possuir desafios e peculiaridades que moldam muitas vezes a própria natureza dessas iniciativas.

Em relação ao nosso lócus empírico, podemos caracterizar a sua paisagem cultural, em alguns aspectos, e os desafios desse tema para o futuro, com um ponto de partida na delimitação histórica da economia da região da Zona da Mata, a qual a cidade de Raul Soares está inserida, e que está marcada pela presença da atividade cafeeira em vários períodos desde o século XIX. Também é importante a presença da pecuária leiteira, e das fortes ligações dessa região com a então capital federal, o Rio de Janeiro, com destaque para antiga Estrada de Ferro Leopoldina.

A fronteira agrícola representada pela ocupação da Zona da Mata em Minas Gerais começou a se expandir, como dito, após o fim das explorações auríferas em Minas Gerais, com o intuito de povoar e criar uma destinação econômica que viabilizasse a permanência de um grande contingente populacional. Dessa forma, muitas cidades foram criadas nas “franjas” dessa região, conhecida atualmente como quadrilátero ferrífero, coincidindo com as cidades que atualmente compõem a região, como é o caso de Raul Soares.

Entender a importância desse momento histórico do país é fundamental, pois conecta uma realidade econômica típica do período colonial, baseada no extrativismo mineral, e o Brasil da indústria e das estradas de ferro, viabilizado pelos excedentes econômicos do café. As grandes fazendas de café e de demais gêneros que se estabeleceram na região contam a história do jovem país que, com feições imperiais, buscava se reinventar e se inserir no tabuleiro de poder das nações.

De forma análoga, realçar a importância da dimensão e abrangência dessas manifestações culturais em volta da ideia do chamado ciclo do café prolonga o contexto tradicionalmente adotado pelas demandas de preservação do patrimônio cultural no Brasil. As práticas agrícolas em torno dessa atividade produziram uma rica paisagem, marcada pela interação peculiar entre o homem e o seu meio natural, e enriquecem o panorama cultural do país.

Dessa forma, é possível dizer que o espaço criado é um produto social e nos ajuda a dar forma aos diversos agentes componentes na construção da paisagem, onde Santos (1979, p.48), resume: “O espaço é uma realidade objetiva, um produto social e um subsistema da sociedade global, uma instância.” A economia e a organização social que se desenvolve na

região, bem como a interação do homem com o seu meio, são fatores intrínsecos na conformação dos fatores culturais, da paisagem e da história de cada povo.

Atualmente, a região possui desafios que se acumulam desde os tempos em que as atividades econômicas ligadas ao café foram implantadas. Por essa razão, como a economia da Zona da Mata era profundamente dependente do café, entre a crise de 1929 até a década de 1960 a mesma entrou em franca decadência, coincidindo com a diminuição da participação econômica deste produto na pauta de exportações do Brasil (NETTO; DINIZ, 2006, p.26).

Os anos subsequentes não trouxeram grandes alternativas de desenvolvimento para a economia da mesma, limitadas a algumas iniciativas estatais, mas que não conseguiram gerar uma pressão econômica suficiente que suplantasse a era do café. Atrelado a esse fato, as indústrias de maior porte concentraram-se em centros de maior dinamismo econômico, como as cidades de Juiz de Fora e Cataguases, respectivamente.

Esse quadro econômico desfavorável à região gerou reflexos em sua estrutura social como consequência direta. No início da década de 2000 a região ocupava a 8ª posição entre as 10 mesorregiões do estado no índice de PIB/Habitante, à frente apenas do Norte de Minas e dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (NETTO; DINIZ, 2006, p.27). Outro dado importante é a relativa estagnação populacional em relação ao restante do estado, onde entre os anos de 1991 e 2002, a participação da população da região caiu de 11,73% para 11,35% (NETTO; DINIZ, 2006, p.28).

Isso demonstra um processo lento e gradativo de decadência econômica que a região vem sofrendo a partir da dificuldade de encontrar um substituto à altura do dinamismo da economia cafeeira. Embora possuam uma base rural, as cidades da região aumentam a participação do setor de serviços, como uma tentativa de se reinventar frente ao cenário existente.

Porém, embora seus índices sejam pouco animadores, essa região apresenta grandes potenciais, sobretudo se olharmos para o seu passado, sua posição geográfica favorável e a presença de uma infraestrutura de grande disponibilidade (NETTO; DINIZ, 2006, p.33). Além disso, a sua forte tradição agrícola, ligada ao saber-fazer tradicional, possui um campo fértil no que tangem as possibilidades de reinvenção em busca de mercados em ascensão no Brasil, como os produtos orgânicos e artesanais, atrelados a uma alimentação saudável (VÍGLIO, 1996, p.09).

2.3 - APLICAÇÕES DO CONCEITO E PROPOSTAS PARA RAUL SOARES ATRAVÉS DE SUAS POTENCIALIDADES

No contexto do município de Raul Soares, considerando o conjunto caracterizado por sua paisagem cultural, é possível identificar potencialidades no que tangem aspectos imateriais de sua paisagem, expressos pelo saber-fazer popular ou tradicional. Esses potenciais se tornam mais evidentes à luz de alguns dados, onde podemos caracterizar um prognóstico para a formulação de estratégias de desenvolvimento social (e isso inclui a dimensão econômica). Segundo a tabela a seguir, a maior parte das propriedades agrícolas se situa entre um e 50 ha, correspondendo a 81,64% do total do número de propriedades.

Tabela 1.

Grupos de área total - Raul Soares - 2017				
Unidade Territorial	Raul Soares			
Área total (ha)	63 236,49			
Total de estabelecimentos	2 331			
DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS POR ÁREA				
	Nº ESTABELECIMENTOS	ÁREA	PARTIC. POR Nº DE ESTAB.	PARTIC. POR ÁREA
Menos que 1 ha	125	49,25	5,36%	0,08%
De 1 a menos de 10 ha	1 041	4 597,98	44,66%	7,27%
De 10 a menos de 50 ha	862	18 936,63	36,98%	29,95%
De 50 a menos de 100 ha	181	12 473,45	7,76%	19,73%
De 100 a menos de 500 ha	106	19 595,61	4,55%	30,99%
De 500 a menos de 10000 ha	9	7 583,56	0,39%	11,99%
De 10000 e mais ha
Produtor sem área	2

Fonte: IBGE, Censo Agro 2017.

A faixa que corresponde à pequena propriedade,⁴² ou seja, de 3 a 12 hectares, representa, segundo o referido censo, a 44,66% do total de estabelecimentos rurais. De acordo com esses dados, é possível concluir que a maioria das propriedades rurais da região são pequenas ou médias, o que caracteriza atividades de pequena escala no que tangem o seu aproveitamento econômico.

⁴² Essa definição é adotada pelo INCRA e está de acordo com o artigo 4º da Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, perfaz uma área equivalente de 1 (um) a 4 (quatro) módulos rurais.

No que se referem à prevalência do tipo de atividades econômicas desenvolvidas nessas áreas, segundo dados de 2017 referentes à agroindústria, é possível traçar um perfil, de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 2.

Agroindústria - Raul Soares - 2017		
Produtos da agroindústria	Estabelecimentos	Quantidade produzida
Aguardente de cana - Litro	17	34 010,00
Algodão em pluma - Kg
Caroço de algodão - Kg
Arroz em grão - Kg
Café torrado em grão - Kg
Café torrado e moído - Kg	1	960,00
Cajuína - Litro
Creme de leite - Kg
Doces e geléias - Kg	20	1 013,00
Farinha de mandioca - Kg	8	403,00
Fubá de milho - Kg	61	38 376,00
Fumo em rolo ou corda - Kg
Legumes e verduras (processados) - Kg
Licores - Litro
Manteiga - Kg	2	44,00
Melado - Litro
Óleos vegetais - Litro
Pães, bolos e biscoitos - Kg	19	1 626,00
Polpa de frutas - Kg
Queijo e requeijão - Kg	138	49 200,20
Rapadura - Kg	24	9 536,00
Sucos de frutas - Litro
Vinho de uva - Litro
Carne de bovinos (Verde) - Kg	1	300,00
Carne de suínos (Verde) - Kg	8	2 090,00
Carne de outros animais (verde) - Kg
Carne tratada (de sol, salgada) - Kg
Embutidos (lingüiças, sals., etc.) - Kg
Couros e peles - Kg
Carvão vegetal - Kg	2	16 500,00
Produtos de madeira - M3
Outros Produtos - Sem unidade de medida	10	50 250 980,00
Goma ou tapioca - Kg
Não houve produto transf./beneficiado no ano de referência

Fonte: IBGE, Censo Agro 2017.

Dessa forma, podemos destacar por volume a produção em especial de três produtos, que são **aguardente de cana, fubá de milho** e o **queijo artesanal**. Cabe ressaltar a ausência da agroindústria relacionada ao café, uma vez que o produto é massivamente produzido no município, porém o seu beneficiamento muitas vezes é feito em cidades vizinhas, mais próximas geograficamente de tais áreas.

Esses produtos possuem um valor intrínseco que transcende o seu valor econômico ao se inserir em um conjunto maior que forma a paisagem da região. Por estarem presentes tanto no contexto das “terras altas” quanto das “terras baixas”, moldaram as paisagens naturais ao longo de sua implantação e a sua permanência assegura, por conseguinte, a manutenção da própria paisagem. A relação entre as dimensões imateriais e materiais, que é mais evidente nos assentamentos rurais, consegue imprimir na paisagem, no caso de Raul Soares, características próprias da produção de leite, por um lado, e o café, por outro, ao passo que abre um leque de possibilidades para as iniciativas de valorização da economia popular.

Considerando a prevalência da pequena escala das propriedades rurais, essas atividades podem representar uma possível vocação na produção familiar, em pequenos núcleos. Sobre a natureza qualitativa dos bens produzidos, que são historicamente caracterizados por uma profunda relação de sua produção com as técnicas tradicionais, é possível traçar uma estratégia de desenvolvimento e incremento das atividades econômicas baseadas no seu perfil de produção, atreladas ao saber-fazer tradicional.

A produção de tais itens possui importância nas duas fases principais, tanto o beneficiamento quanto a produção da matéria-prima no campo. A primeira se relaciona, principalmente com o saber-fazer tradicional em si, de acordo com as técnicas passadas em cada geração, a segunda já envolvem, além das técnicas agrícolas, questões colaterais como impactos ambientais, manejo adequado das pastagens e campos agrícolas, o uso adequado de insumos orgânicos, bem como a preservação do próprio patrimônio genético das culturas desenvolvidas e dos rebanhos (entra a discussão do uso dos transgênicos e melhoramento genético do gado, por exemplo).

Por conseguinte, essa segunda interface possui uma dimensão espacial mais evidente, uma vez que as atividades de produção no campo imprimem características vinculadas à modificação e adaptação dos campos de produção e o espaço natural. Nota-se, de maneira geral, que a valorização do caráter simbiótico entre o ambiente natural e as técnicas tende a imprimir o menor número possível de conflitos entre essas duas esferas de atuação. Dessa forma, evita-se uma infinidade de esforços artificializados e altamente dependentes de itens de natureza química, como é verificado nos meios de produção agrícola em escala.

Ao percebermos o caráter eminentemente agrícola das paisagens raul-soarenses, presente mesmo nos ambientes urbanos, é possível entender a importância dessas produções para uma parcela significativa de sua população. Essas técnicas agrícolas, que podem ser agrupadas nas dimensões intangíveis da paisagem cultural, possuem reflexos na economia e subsistência de muitas famílias, organização do espaço habitado, seja urbano ou rural, e no senso de pertencimento de uma comunidade. Esse substrato se configura, portanto, em um ambiente rico e pode representar um importante ponto de partida de políticas no âmbito patrimonial nessa localidade.

Sem, contudo, esgotar as possibilidades no campo patrimonial e, sobretudo, do saber-fazer e sua influência em Raul Soares, as técnicas que se situam no entorno da tríade de produtos típicos supramencionados possuem uma representatividade tanto quantitativa, como vimos anteriormente, como qualitativa, ao produzir efeitos indelévels na paisagem da cidade. Como se sedimentaram na paisagem natural, essas práticas deram origem a uma estrutura própria, que se relaciona diretamente com a atividade econômica desenvolvida, sobre as quais podemos destacar alguns pontos relevantes:

2.3.1 - Aguardente de Cana

As técnicas que envolvem a produção de aguardente, ou cachaça, se situam no entorno da tradição de fabricação de produtos para a própria subsistência das famílias, atreladas às atividades rurais. A cultura da cana em geral, cuja produção também é voltada para a rapadura, da qual se extrai o açúcar, também é utilizada para alimentação do gado através da moagem da cana e para suínos após ser feita a moagem e extração do seu caldo.

Na região de Raul Soares essa cultura possui uma profunda relação com as atividades de subsistência, principalmente nas áreas de produção do leite, em virtude da complementariedade com essas atividades e também pelo clima. A produção envolve aspectos que se situam desde a preparação do solo, a oferta de água, bem como a sua qualidade, o clima e os microclimas, a escolha da espécie e o plantio das mudas de cana.

O perfil dos produtores se baseia na pequena escala (uma média de 2.000 L por produtor, anualmente, de acordo com o IBGE) e envolve em sua maior parte atividades familiares, que transmitem as técnicas de geração em geração. Algumas famílias produzem cachaça há mais de um século de maneira ininterrupta, com pequenas oscilações de produção, que abastecem o mercado local.

Começando pela produção da matéria-prima, que é a cana, o plantio ocorre em geral no mês de novembro e a cana leva de um a um ano e meio para amadurecer e produzir o seu melhor nível de sacarose. Na região, em geral utilizam-se as espécies SP80-3280 e RB867515, com destaque para a primeira, por não apresentar uma exigência de solos altamente férteis e irrigados. Essas variedades, que passaram por melhoramentos, foram introduzidas há menos de 30 anos na região, sendo superiores na concentração de sacarose em relação às variedades tradicionais, (ver figura a seguir):



Figura 44. Fonte: Acervo do autor.

A safra ocorre entre os meses de maio e outubro, a depender das condições climáticas de cada ano, sendo muito susceptível ao ciclo de chuvas e umidade. Entre a colheita e a moagem, é recomendável um período máximo de 72h, geralmente a ser feito nas primeiras horas do dia, a fim de preservar a qualidade das leveduras presentes na cana in natura ao evitar uma fermentação precoce. A moagem⁴³ produz o caldo, que também é conhecido como garapa, cujo primeiro lançamento, após passar por um processo de decantação, se dá em um

⁴³ Figura abaixo demonstrando o processo de moagem, feito em motor elétrico, onde o caldo é lançado no tanque de homogeneização após a decantação do caldo.

tanque homogeneizador, aonde é medido o nível de açúcar (brix) presente na mistura. Caso o nível esteja acima ou abaixo do recomendável, é adicionada água de boa qualidade ou mais caldo de cana para que o mesmo possa ser equilibrado.



Figura 45. Fonte: Acervo do autor.

Esse caldo, já dosado, é encaminhado para o processo de fermentação, feito em dornas de aço inox⁴⁴, onde é acrescentado o fermento, que consiste em uma mistura feita à base de leveduras e completada com o fubá. Tradicionalmente, esse fermento era composto apenas por farelo de arroz e o fubá, porém aproximadamente a partir da década de 2010, os produtores passaram a acrescentar leveduras pré-elaboradas, a fim de melhorar o desempenho da fermentação.

Após a fermentação, o caldo, que passa a ser chamado mosto após esse processo, é enviado ao alambique, geralmente fabricado em inox, aonde é feito o processo de destilação do material. O alambique é uma ferramenta utilizada para a destilação do álcool etílico, formado na fermentação, cujo processo é possível após a elevação de temperatura desse

⁴⁴ Conforme fig. 46, mostrando as dornas confeccionadas em aço inox aonde são feitas a fermentação do caldo, que passa a ser chamado de mosto após esse processo.

substrato o qual é enviado na forma de vapor para um condensador a fim de produzir a cachaça.



Figura 46. Fonte: Acervo do autor.

Esse aumento de temperatura necessário para o processo é possível através de uma fornalha, situada abaixo do alambique, cuja alimentação se dá a partir do bagaço da própria cana. A colocação desse bagaço se dá manualmente, assim como todos os outros processos presentes na fabricação da aguardente⁴⁵.

O líquido extraído do alambique é formado por uma mistura de vários álcoois, os quais devem ser dosados e, eventualmente, redistilados, a fim de produzir a cachaça pronta para o consumo. As três principais partes dessa mistura, em ordem de saída são a cabeça, o coração e a cauda, sendo apenas a parte do coração utilizada para a bebida em si, e as demais podem ser redistiladas, dando origem ao teor alcóolico de 43° GL característico dessa bebida.

A maioria dos alambiques da região abastece o mercado local, composto por bares e restaurantes da cidade, bem como de cidades vizinhas. A maior parte da mão-de-obra dessa

⁴⁵ A seguir (próxima página), imagem mostrando o conjunto formado pela fornalha (mais abaixo), pelo alambique (ao centro) e pelo condensador (à direita) aonde se extrai a cachaça.

atividade é feita pelos próprios membros das famílias, cujas propriedades apresentam dimensões no entorno de 10 ha de área, ou seja, pequenas propriedades familiares.



Figura 47. Fonte: Acervo do autor.

Cabe ressaltar que a maior parte dos produtores da região concentra as suas atividades na escala local, com muito pouco incremento para localidades mais distantes em virtude de diversos fatores, dentre eles o alto custo tributário e administrativo. Por se tratar de um produto tradicionalmente elaborado pelas famílias quase para consumo próprio, essas características atreladas à pequena escala ainda podem ser vistas, portanto, nas dimensões econômicas dessa atividade na região de Raul Soares.

Para as estratégias de valorização desse saber-fazer, podemos destacar algumas iniciativas, como:

- Levantamento e cursos de capacitação de eventuais mecanismos de melhoramento natural das espécies desenvolvidas ao longo do tempo, baseadas, dentro do possível, na adoção de insumos ecologicamente e socialmente responsáveis;

- Possibilidade de adoção de um selo vinculado à região produtora, espécie de cana trabalhada e características de maturação da bebida, similar ao que ocorre na produção vinícola.
- Fomentar a criação de um canal de vendas, similar a uma cooperativa, que concentrem os custos administrativos e facilite a venda do produto aos bares, restaurantes, cachaçarias, bem como à obtenção do produto de forma direta.
- Fomentar eventos relacionados à produção da cachaça, tais como festivais gastronômicos, circuitos, entre outros.

Com essas ações, esse saber popular pode ter a sua importância aumentada em relação à cadeia produtiva existente ao agregar valor ao produto e melhorar as condições sociais relacionadas à manipulação desse item. Dessa forma, ao se preservar as condições em seus diferentes aspectos, assegura-se a sobrevivência e a consequente transmissão desse saber-fazer, bem como a paisagem agrícola que essa atividade caracteriza ou está inserida.

2.3.2 - Fubá de milho

A produção do fubá de milho artesanal em Raul Soares, a exemplo da cadeia produtiva da cana, também está atrelada às atividades de subsistência e geralmente combinada à produção do leite pelas mesmas razões. Uma questão importante a ser ressaltada nessa atividade é o gradativo processo de substituição do plantio feito na localidade pela compra de grãos de outros pontos do estado e do país, em função das mudanças e ampliação das fronteiras agrícolas, voltadas à exportação, sobretudo após a década de 1980, que inviabilizaram economicamente o plantio local em sua maior parte.

Contudo, embora atualmente uma parte do milho usado seja advinda de outras regiões do país, ainda é presente, em menor escala, o plantio local desse grão, sobretudo quando voltado para o consumo humano na culinária local, por se tratar de uma matéria-prima de melhor qualidade. Essa prática local segue igualmente técnicas tradicionais de manejo e produção e se desenvolve majoritariamente nos meses de setembro e outubro.

O plantio pode ser feito com sementes híbridas comercializadas para esse fim ou por grãos da safra anterior, que passam por uma seleção com a finalidade de se escolher os melhores exemplares para a próxima safra e de melhorar a qualidade genética da plantação. A adubação é feita logo no início e, quando as plantas atingem o número de seis folhas, é feita

outra adubação e mais uma capina. Após esse processo, é feita a colheita do milho, que ocorre nos meses de junho e julho.

É muito comum combinar o plantio desse grão juntamente com outras culturas de subsistência ou pomares, hortas e demais práticas agrícolas em pequena escala. Essa conformação imprime à região características bem marcantes, evidenciando uma ocupação atrelada à agricultura familiar, normalmente feita através de pequenas propriedades pulverizadas entre os vales e montanhas, conforme imagem a seguir:



Figura 48. Fonte: Acervo do autor.

Após ser colhido, o milho é guardado ainda com a palha e sabuco em tulhas de madeira⁴⁶ que podem ser mantidos dessa forma em média de seis a oito meses, de acordo com as condições climáticas de cada ano e de acordo com a demanda de consumo desse produto. Para que o milho possa ser transformado em fubá deve ser retirada a palha que o envolve e ser colocado em um debulhador⁴⁷, a fim de separar o sabuco dos grãos.⁴⁸

⁴⁶ As tulhas, também chamadas de paióis, são construções tradicionalmente rurais, cujas vedações geralmente são confeccionadas em madeira, bem como o engradamento do telhado, encimada por telhas cerâmicas. A construção necessita estar elevada em relação ao terreno e possui a característica de manter a ventilação e umidade adequadas a fim de preservar os cereais ali depositados.

⁴⁷ Fig. 50, mostrando um debulhador manual, confeccionado em madeira.

⁴⁸ A seguir (próxima página, fig. 49), milho já colhido e debulhado, pronto para ser transformado em fubá.



Figura 49. Fonte: Acervo do autor.



Figura 50. Fonte: Acervo do autor.

O milho, já em grãos, pode ser, enfim, transformado em fubá ao ser enviado para o moinho, cuja própria construção representa um saber popular importante. Com grande influência europeia, eram construídos nas proximidades das quedas d'água, cujas pás transferem a força motriz através de eixos até a pedra que finalmente faz o esmagamento dos grãos⁴⁹. Os demais elementos constituintes são os dosadores, geralmente confeccionados em madeira e os recipientes de recolhimento do fubá, já processado.⁵⁰

A manutenção do conjunto edificado do moinho é feita geralmente por mão-de-obra local, que preserva o conhecimento necessário para essa finalidade. Um ponto importante a ser destacado nessa questão é a manutenção da pedra que faz a moagem, que necessita ser perfurada geralmente em períodos regulares de quatro a cinco meses, de acordo com a demanda da produção, para manter a qualidade de seu poder abrasivo, frente ao desgaste intrínseco à prática.



Figura 51. Fonte: Acervo do autor.

⁴⁹ Figura 51, mostrando a parte inferior do conjunto, cujas pás são movimentadas pela pressão hidráulica gerada pela gravidade em função do desnível do terreno.

⁵⁰ Figura 52 (próxima página) mostrando o conjunto formado pelo dosador, a pedra de moenda e o recipiente de recolhimento do fubá. Nota-se uma haste em madeira, que transfere a trepidação do conjunto para controle de velocidade da queda dos grãos.

Dessa forma obtém-se o fubá, que pelas características do próprio milho utilizado e o processo de moagem conferem características peculiares a esse produto. Com isso, se preserva a integralidade do grão, dotando-o de características nutricionais importantes devido ao seu processo de esmagamento, em detrimento de ser apenas cortado em lâminas metálicas, como ocorre nos procedimentos industriais de grande escala.

Em geral, por se tratar de um processo de escala familiar, essa prática muitas vezes é feita na forma de parcerias entre os proprietários rurais para as despesas domésticas e algumas vezes esse produto é vendido em pequenos estabelecimentos comerciais nas cidades próximas. O que podemos perceber é que muitas vezes um conjunto de propriedades rurais funciona na prática como uma cooperativa, onde existe uma assistência mútua entre as pessoas, realçando a complementariedade entre os módulos rurais.



Figura 52. Fonte: Acervo do autor.

Em relação às iniciativas no entorno desse bem cultural, podemos destacar:

- Estabelecer a salvaguarda das condições de produção das matérias-primas com baixo impacto ambiental, viabilizando a pequena escala da produção com a adoção, entre outras ações de um indicativo ou selo que ateste o não uso de espécies transgênicas (é importante ter um “acervo” de sementes que não passaram por esse processo de melhoramento genético).
- Preservação da técnica de construção dos moinhos, através da formação de um acervo projetual, em linguagem técnica e a produção da pedra usada no esmagamento do grão.
- Ampliação e valorização do uso além da venda do produto final, como restaurantes típicos, confecção de quitandas e demais produtos, além de uma infinidade de farinhas que, por sua vez, possuem técnicas tradicionais familiares.

2.3.3 - Queijo artesanal

A produção de queijo minas em Raul Soares ocorre em sua maior parte por pequenos produtores, geralmente em escala familiar, além da presença de um laticínio de maior porte, que funciona no sistema de cooperativa dos produtores de leite. Essa prática, intimamente ligada à produção leiteira é feita majoritariamente na porção do território na qual denominamos como as “terras baixas”, onde é possível observar as pastagens e algumas culturas de subsistência.⁵¹

A matéria-prima é produzida por componentes da própria família, sendo que as que possuem trabalhadores assalariados apresentam o número médio de dois a três indivíduos por propriedade, em geral. Essa força de trabalho realiza os procedimentos de plantio das pastagens, alimentação do gado, a ordenha das vacas, os cuidados com a saúde dos animais, e, em alguns casos, o armazenamento do leite em tanques de refrigeração.

A alimentação dos animais é feita através das pastagens, que em geral é constituída por gramíneas do gênero *Brachiaria*, nativas da África, além da cana e em alguns casos, suplementados por concentrados. Outrora, a maior parte das pastagens era constituída por gramíneas da espécie *Melinis minutiflora*, conhecida como capim-gordura, cuja introdução fora feita em substituição da floresta nativa, composta pelo bioma da Mata Atlântica.

⁵¹ A seguir (próxima página) típica paisagem formada pelas pastagens e a mata remanescente (figuras 53 e 54).



Figura 53. Fonte: Acervo do autor.



Figura 54. Fonte: Acervo do autor.

Com a implantação das pastagens, ocorrida em grande escala na região a partir da década de 1920, a vegetação nativa passaria a representar paulatinamente menores frações das terras originais, em geral localizadas nas regiões mais elevadas do terreno. Também passariam a compor essa paisagem as culturas de subsistência, que seriam de grande volume até a década de 1980, quando as pastagens finalmente dominariam o contexto, como se observa atualmente nessa região do município.

Diariamente, os animais são encaminhados bem cedo para os estábulos para ser realizada a ordenha, sendo que depois, o leite é armazenado temporariamente no resfriador e logo pode ser utilizado para a fabricação do queijo (figura abaixo). Em alguns casos, o leite é utilizado para a produção do queijo na mesma propriedade ou também pode ser vendido para os produtores de lácteos, tais como a cooperativa já mencionada ou os pequenos produtores. Dessa forma, podemos destacar o caráter intrinsecamente cooperativo que a natureza dessa atividade impõe, onde qualquer proposta de valorização desse saber-fazer deve englobar a complexidade desse sistema de agentes sociais.

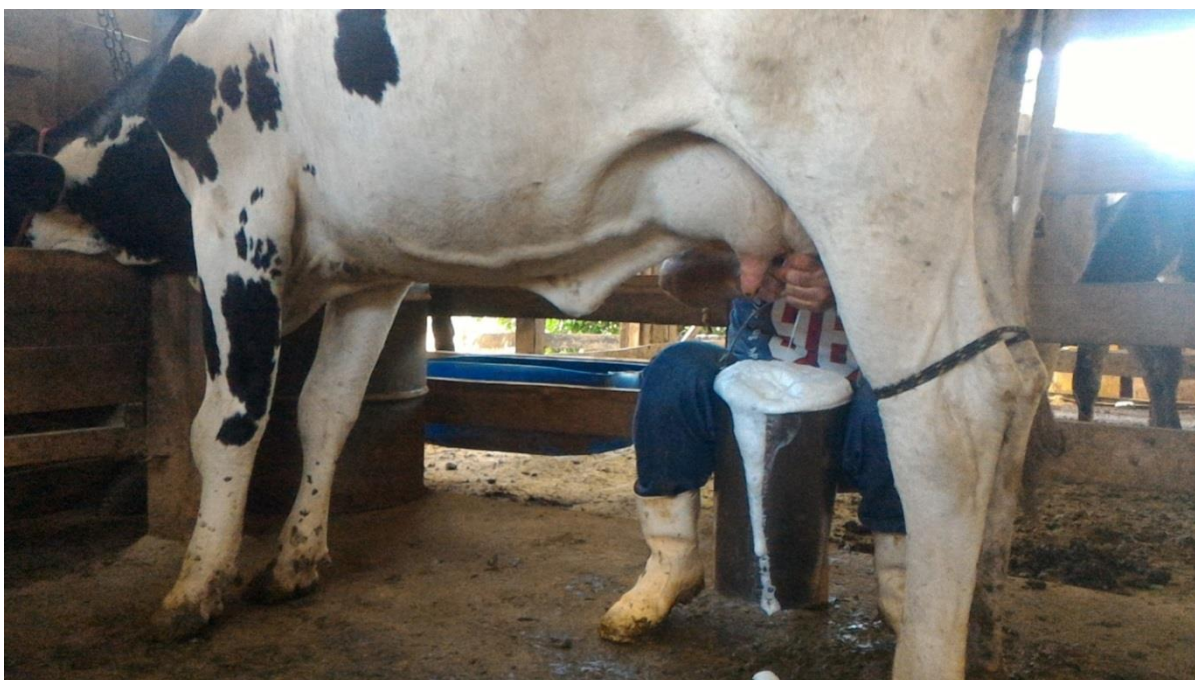


Figura 55. Fonte: Acervo do autor.

A manipulação do leite para a produção do queijo inicia com a deposição do leite cru, o qual deve ter a temperatura em 36°C no qual é acrescentado o coalho, que, na maioria das vezes, utiliza-se a versão industrializada desse insumo. A técnica de produção artesanal de coalho, embora muito pouco utilizada atualmente, ainda permanece viva na memória popular, principalmente entre os produtores de queijo.

Essa técnica consiste na utilização do estômago de suínos ou de espécies selvagens de tatus, como o *Dasypus novemcinctus*, os quais eram salgados e colocados acima dos fogões à lenha para receberem a fumaça e o calor do mesmo. Após essa maturação, que durava em torno de duas semanas, o órgão era cortado em pequenas partes e colocado em um recipiente contendo o soro do leite, cuja mistura finalmente era acrescentada ao leite cru para servir de coalho.

Após o período de quarenta minutos forma-se uma massa de leite coalhado, que precisa ser cortado para ser extraído o soro dessa mistura. Após essa etapa, dá-se início a coagem, que pode ser feita por peneiras ou também por tecidos de algodão, em alguns casos. Essa etapa dá origem a uma massa que, após ser adicionado o sal à mesma, é encaminhada para a prensagem manual em fôrmas, que podem ser metálicas, em madeira ou ainda em material plástico, conforme figura abaixo:⁵²



Figura 56. Fonte: Acervo do autor.

⁵² Procedimento de prensagem manual do queijo, em fôrmas metálicas (aço inox).

Esse queijo, já próximo de sua forma final, é levado para um descanso em refrigerador por um período de vinte horas, aproximadamente, para que o soro remanescente possa ser escorrido do queijo e ser dado o acabamento final ao produto. Esse acabamento é realizado após a desforma do queijo pelo procedimento conhecido como “toilete” (sic). Essa etapa consiste em um conjunto de movimentos manuais, com o auxílio de uma ferramenta específica, que têm por objetivo desgastar a superfície do queijo a fim de dar um acabamento liso e homogêneo ao mesmo.

Após esse processo, o queijo finalmente pode ser comercializado e/ou consumido, ou ainda entrar para um eventual processo de maturação. No caso de Raul Soares, verifica-se uma predominância pela comercialização do queijo fresco em sua maior parte, geralmente encontrado em supermercados, feiras, pequenas mercearias e entregues de porta em porta, mas que pode ser vendido, também, para outras cidades e estados através de iniciativas individuais (abaixo, queijos sob refrigeração e prontos para serem comercializados).



Figura 57. Fonte: Acervo do autor.

O resultado econômico dessa atividade pode ser percebido pelo grande número de famílias que estão inseridas nessa cadeia produtiva, ao representar, de longe, o maior número de estabelecimentos “agroindustriais” dentre os demais do município, perfazendo o número

de 138 unidades produtivas⁵³ espalhadas pelo território. A maior parte dessa produção é feita, como mencionado, por famílias, que têm como desafio o mecanismo de transmissão desse conhecimento para as próximas gerações.

As iniciativas para a valorização do saber-fazer do queijo minas em Raul Soares podem ser expressas:

- Manutenção e constante incremento do acompanhamento técnico acerca do manejo das pastagens, a alimentação do gado e do melhoramento genético feito no rebanho.
- Fomento de cursos profissionalizantes de manipulação e do processo de logística do leite para gerar as condições necessárias de produção da matéria-prima de alta qualidade e livre de substâncias nocivas à saúde humana.
- Mecanismos de diferenciação de qualidade do produto e indicação de sua origem em consonância com as técnicas de produção do queijo nessa localidade de forma a imprimirem as características dessa região, como já se verificam em outras regiões do estado.
- Possível criação de um canal unificado e coordenado de venda dessa produção para outras cidades, a fim de buscar mercados mais valorizados e que possam dar um retorno econômico mais rentável aos produtores locais.
- Essa atividade, além de gerar um campo de possibilidades no entorno do produto bruto, pode ser expandida para inúmeros produtos derivados do queijo, e fomentar a produção familiar, feiras, pequenos buffets especializados em produtos típicos, restaurantes típicos, entre outras ações.

É possível estabelecer um ponto em comum no processo de produção desses bens e dos insumos envolvidos que é o foco na valorização das ações humanas expressas pelo saber-fazer tradicional, refletido na forma como os assentamentos humanos se processam no território. O ponto de vista do patrimônio cultural se situa exatamente nessa interface, ao conjugar processos que unem a transformação do território e a garantia de manutenção dessas atividades ao longo do tempo, visando o seu equilíbrio através da sustentabilidade ambiental e patrimonial.

Esses dados corroboram, também, o panorama de uma região de vocação agrícola em pequena escala e que possuem por sua vez, uma alta fragmentação de territórios, em parte devido ao processo de parcelamento subsequente através das transmissões hereditárias. Isso

⁵³ Conforme tabela apresentada anteriormente: Agroindústria - Raul Soares – 2017. FONTE: IBGE, Censo Agro 2017.

mostra, por sua vez, que o processo de construção da paisagem já se encontra bastante sedimentado, no que tange a relação entre o assentamento das famílias pelo território.

Ao ampliarmos o nosso ponto de vista, o panorama econômico e geopolítico caracterizado pelo processo de globalização e o perfil econômico e social das atividades locais, representa um campo de grandes desafios para as iniciativas de desenvolvimento. Ao contrapormos a questão das técnicas tradicionais de produção, podemos estabelecer uma associação profícua no sentido de se propor uma estratégia importante de desenvolvimento social.

Alguns exemplos apresentados anteriormente, como o agroturismo e o movimento *Cittàslow* nos dão pistas que é possível estabelecer essa conexão na produção de paisagens com acesso mais democrático aos meios de desenvolvimento. Dessa forma, a questão do envolvimento da comunidade, no que tangem as políticas patrimoniais, seria atendida, pelo menos em parte, por introduzir conceitos que envolvem não somente a participação das pessoas na sua dimensão material, mas também nas questões de sua subsistência.

Ao passo que a cidade de Raul Soares não está inserida nos circuitos tradicionalmente “patrimonializados” em grande escala no contexto brasileiro, as políticas de preservação e valorização do patrimônio podem atuar combinadas às dimensões imateriais da paisagem. Essa situação coincide com o contexto de ampliação de conceitos que envolvem o patrimônio cultural a nível mundial, como sabemos, que considera a inserção de várias dimensões sociais em relação ao tema.

Dessa forma, a escolha apenas de instrumentos tradicionais como o tombamento e o inventário, sobretudo em patrimônios edificados, embora sejam de grande importância, podem não ser suficientes para a valorização do patrimônio cultural em sua totalidade, sobretudo no contexto de Raul Soares e na região. Portanto, é imperativo que tais políticas passem a incluir cada vez mais estratégias eficazes no envolvimento da sociedade em relação ao tema ao ampliar o espectro das políticas patrimoniais tradicionais nessa direção.

No Brasil, algumas iniciativas, como o reconhecimento da certificação de origem dos queijos, principalmente em Minas Gerais, têm sinalizado ações nesse sentido. É importante salientar que, ao determinar a origem geográfica de determinado produto artesanal, se viabiliza a interação entre a dimensão cultural (interação com a paisagem, o saber-fazer tradicional) e as dimensões econômicas, e gera um ambiente favorável no sentido de preservação das condições físicas e sociais na produção desses itens de forma a garantir a sua transmissão ao longo das gerações.

A pequena escala de produção de determinados produtos é compensada, por conseguinte, pela agregação de valor dos mesmos. Ao usar a globalização “a favor”, é possível explorar um mercado (no sentido geográfico) de maior alcance, viabilizando, portanto, o aumento do valor monetário do produto. Porém para que isso possa ser possível é importante que se criem mecanismos que atestem a presença das dimensões culturais e uma integração sadia com a paisagem através, nesse caso, dos mecanismos de certificação.

Portanto, analisando o perfil socioeconômico dessa região com o processo de implantação da modernidade nesses ambientes, é possível estabelecer um conjunto de estratégias baseadas na junção de mecanismos de valorização das dimensões culturais da paisagem, representadas pelo saber-fazer, e estratégias de desenvolvimento social. Ao integrar essas duas dimensões, se valorizam as condições de trabalho e produção tradicionais, representando uma alternativa de melhoria de vida para as pessoas em geral e um aumento do nível de participação das mesmas em decisões coletivas.

Como é sabido, o Brasil apresenta um baixo nível de participação social na tomada de decisões em razão de diversos fatores históricos (COVRE, 2002, p.58). As atividades que reforçam a autogestão coletiva ajudam a preencher esse hiato histórico ao reunir todos em uma causa em comum. É importante salientar que essa missão tem uma escala de dificuldade de grandes proporções, pois são notórios no Brasil paradigmas sociais que impedem muitas vezes que atividades de cunho coletivo possam se desenvolver de forma satisfatória.

O que auxilia no trabalho dos agentes de promoção social, nesses casos, é quebrar a inércia social existente ao propor ações descentralizadas e pontuais, de preferência orgânicas à estrutura social, a fim de termos êxito nos resultados. Dessa forma um diagnóstico bem estruturado das condições e das potencialidades culturais que determinadas localidades possuem representa um poderoso instrumento para propor iniciativas nesse sentido.

Em um mundo cada vez mais complexo no que tange a sua organização econômica, as atividades de reforço ao caráter regional em relação ao seu desenvolvimento econômico, sobretudo nas economias consideradas “periféricas”, representam uma importante oportunidade de se promover desenvolvimento econômico e social (SCHUMACHER, 1979, p.63). Isso se mostra evidente quando consideramos o processo dominante de concentração de pessoas em grandes bolsões no entorno das grandes cidades, a produzir uma paisagem que expõe desequilíbrios evidentes e desafiadores do ponto de vista social.

Com base nesses fatos, podemos entender e propor alternativas à mudança de escala nas produções tradicionais e ao processo de globalização, considerando o contexto brasileiro. Em alguns pontos, através da valorização da pequena escala e do fortalecimento das relações

em escala regional, valorizando a produção e consumo de suas populações, é possível entendermos melhor a relação do panorama econômico mundial e as iniciativas locais.

Somado a esse campo de ideias, temos também as questões acerca da sustentabilidade ambiental das atividades econômicas, que representam um grande desafio nos dias atuais nos diferentes contextos pelo globo. A questão da escala também é fundamental frente a essa nuance, pois representa mais um rol de alternativas para propostas ecologicamente sustentáveis e socialmente responsáveis.

De forma análoga, podemos entender, portanto, que a ideia da própria viabilidade das atividades de cunho patrimonial, passa pela existência das condições necessárias para o surgimento da iniciativa, o seu desenvolvimento e manutenção. A ideia de um conjunto sistemático, onde podemos pensar na ideia de “metabolismo”⁵⁴ de contextos urbanos, paisagens ou demais assentamentos humanos, nos indica a necessidade de se garantir o equilíbrio dos principais aspectos envolvidos: os atores desse processo, o meio ambiente e os meios de vida para que as iniciativas de valorização do patrimônio cultural possam fazer parte do cotidiano das pessoas.

* * *

Ao reunirmos os conceitos que envolvem um conjunto de conhecimento em relação ao patrimônio cultural, a produção social das paisagens e o atual momento econômico que vivemos, é possível estabelecer estratégias que concatenem as dimensões culturais da paisagem e seu desenvolvimento econômico em uma escala no nível das pessoas e do saber-fazer tradicional, que corresponde ao recorte geográfico de Raul Soares.

Através do conceito de paisagem cultural, é possível perceber, com base no perfil de produção e escala das propriedades rurais, que a região que compreende Raul Soares possui um potencial ligado a sua vocação agrícola, baseada nos modos tradicionais de produção na terra. Uma vez preservadas as condições de manutenção das dimensões intangíveis da paisagem, através da valorização do saber-fazer popular, cria-se a base para o surgimento de

⁵⁴ A ideia de se pensar a cidade como um organismo vivo considera primordialmente dois aspectos da estrutura da mesma (a ecosfera e seus componentes como ar, água, energia e poluição, e o segundo aspecto seria o desenvolvimento espontâneo e planejado das cidades). O metabolismo desse organismo passaria pela conjugação desses e de outros fatores de natureza física e social. Cf. DESORGUS, Giulia; MISTRETTA, Pasquale. **Metabolism. The relationship between urban and rural contexts.** [S.I.]. Disponível em: https://www.regionalstudies.org/wp-content/uploads/2018/07/Giulia_Desogus_-_Metabolism.pdf, acessado em 23 abr., 2020.

uma infinidade de iniciativas que podem ser extremamente positivas para a melhoria das condições de vida dos agentes e para a sua própria continuidade.

Tais iniciativas podem vir na forma de se criar mecanismos de produção de bens imersos na temática cultural, com caráter cooperativo, bem como canais de venda direta de produtos com essas características tradicionais, ou até mesmo a criação de uma certificação de origem para esses produtos. As ações também podem vir na forma integrada de melhoria da infraestrutura urbana, além da conservação de áreas públicas e dos bens edificados, sobretudo públicos, no sentido de harmonizá-los para o uso das pessoas, criando ambientes aprazíveis.

Em outras palavras, as iniciativas se baseiam em um campo situado na interface entre as dimensões humanas e físicas das paisagens, sejam elas de predominância urbana ou rural. Nesse sentido, é vital o sentimento de pertencimento de uma sociedade em relação ao seu ambiente no processo de construção da paisagem, como forma de evitar alguns “efeitos perversos” no que tangem o tema, como a exclusão de populações locais desprivilegiadas ou até mesmo a suas atividades tradicionais⁵⁵, que geram dificuldades e problemas de assimilação desses bens de forma coletiva (CHOAY, 2001 p.225-226). Dessa forma, mantém-se o equilíbrio dessas iniciativas e a sua conseqüente legitimidade.

Portanto, é cada vez mais imperativo propormos alternativas que conjuguem tais fatores (culturais e econômicos) em face de sua importância em escala mundial. A valorização do saber-fazer tradicional e a garantia de sua sustentabilidade pode ser uma chave no processo de resistência aos efeitos muitas vezes perversos presentes na contemporaneidade, como o agravamento das desigualdades. Com isso, propõe-se o fortalecimento da coletividade, a melhoria das condições sociais e do processo de pertencimento das pessoas.

Um importante elo em todo esse processo, e que consegue estruturar toda a região em que Raul Soares está inserida é a centralidade que a estação ferroviária da cidade possui nesse contexto. Essa centralidade pode ser percebida pelo importante papel dessa edificação como parte da infraestrutura ferroviária da cidade e como a principal ligação ao restante da região, cristalizando-a como o centro virtual desse contexto territorial. Nesse sentido, sua localização privilegiada na cidade, ao entorno das principais praças centrais, não é por acaso.

⁵⁵ Esses efeitos aparecem na esteira do processo de “embalagem” que os bens patrimoniais sofrem, apresentando alguns efeitos, em geral deletérios, que muitas cidades que possuem atividades turísticas baseadas na exploração de seu conjunto patrimonial apresentam. Essa banalização que se segue, tende a saturar as condições físicas e sociais desses locais, levando ao seu esgotamento (CHOAY, 2001 p.228). Podemos, pois, reunir alguns desses efeitos, presentes em alguns contextos espalhados pelo globo, sobretudo após a década de 1960, a partir do termo **inflação patrimonial**, que representa uma forma de “fetichismo” em torno da temática e é explorado a partir da acumulação dos bens patrimoniais. (CHOAY, 2001 p.239-240).

Mesmo com todo o processo de implantação da modernidade que a cidade sofreu e seus efeitos, como a demolição sistemática de edificações que compõem o ambiente urbano para serem substituídas por outras de maior gabarito, ainda é possível identificar qualidades ambientais que esse contexto urbano possui. Ao ser o principal veículo de comunicação durante décadas, ela conseguiu se manter como o principal ícone que representa as redes intangíveis de comunicação que outrora, de forma física, a própria linha férrea representou para todo o contexto da região, o que faz parte da estrutura da mesma.

Portanto, ao analisarmos esse elemento através de suas significações, a estação ferroviária representa, através de seu caráter aglutinante *sui generis*, um elemento estruturador da paisagem cultural (tanto urbana quanto rural) de Raul Soares e da região e faz desse edifício o único da cidade capaz de gerar esse elo. Propor uma valorização da centralidade desse importante ícone urbano e concatená-la a iniciativas de desenvolvimento e valorização do saber-fazer representa uma forma de garantir o êxito dessas iniciativas, frente aos efeitos que as transformações no mundo nos impõem, e ajuda a contar um importante capítulo da história da construção coletiva da comunidade raulsoarense.

PARTE II

CAPÍTULO 03 – PROPOSIÇÃO DO PRODUTO: A “ESTAÇÃO CULTURA” DE RAUL SOARES

A proposição do produto, que faz parte do Programa de Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, tem como objetivo simultâneo o envolvimento do meio acadêmico às práticas de valorização do Patrimônio Cultural. Aliado a isso, podemos destacar o aspecto propositivo dessa obra no que se apresenta como uma contribuição para a sociedade em vários aspectos.

O objeto desse produto está inserido em um contexto maior de valorização das várias formas de representação do patrimônio cultural na cidade de Raul Soares. A concepção da ideia do objeto reside na natureza sintética do mesmo, que por sua vez representa a materialização de um possível catalizador das atividades de cunho cultural na cidade, ou seja, o referido objeto-síntese.

Seguindo a ideia preconizada pelos primeiros modernos, notadamente Mário de Andrade as narrativas patrimoniais de cunho local deveriam ser tratadas na escala compatível, através, nesse caso, da criação de instrumentos de salvaguarda dos mesmos, como a sugestão de museus autogeridos pelas municipalidades (FONSECA, 1997, p.110). Embora as visões dos diferentes atores envolvidos na temática do patrimônio cultural tenham sofrido um grande processo de adaptação às novas realidades, parece-nos bastante razoável que algumas iniciativas de caráter local possam gozar de certa liberdade e de autonomia, inclusive com o objetivo de reforçar as iniciativas populares de envolvimento com a temática.

Nessa visão, é possível estabelecer um programa de necessidades, através da ideia de valorização da temática patrimonial na escala local no que tange a ideia de paisagem cultural que transcende as práticas tradicionais pelos órgãos estabelecidos. Tal programa representa um conjunto de atividades de valorização da dimensão patrimonial, no que referem os seus conceitos mais amplos e que estejam mais próximos das pessoas, em sua dimensão imaterial.

As atividades a serem desenvolvidas nesse espaço estão imersas na perspectiva de valorização do saber-fazer tradicional e dos meios de vida evolidos que, porventura, estimulariam de forma autodeterminada, com representantes de cada estrato da sociedade de forma orgânica. Para tal, é proposta a criação de um espaço para a exposição e comercialização de produtos elaborados pelas famílias atrelados ao saber-fazer popular

através da adaptação do prédio da antiga estação ferroviária e seu entorno, voltadas às atividades de conservação e valorização dessa importante edificação da cidade.

Por conseguinte, esse trabalho não terminaria apenas como uma iniciativa isolada e, por vezes, limitada, ao passo que o mesmo fomenta uma série de ramificações importantes no sentido de manutenção e incorporação do trabalho de valorização do patrimônio cultural material e imaterial pelos próprios agentes envolvidos. Essa abordagem é possível em virtude de que a elaboração de tais produtos está atrelada, por conseguinte, às atividades agrícolas que fornecem a matéria-prima e muitas vezes estão inseridas em vários contextos familiares tradicionais de pequena escala.

Dessa forma, se legitima o caráter central desse espaço na cidade aos moldes de como as relações sociais e econômicas se manifestavam em tempos pregressos. Essa análise torna-se evidente quando consideramos a relação que esse edifício possuía em sua função original com as demais áreas de produção agrícola da região, onde os produtos eram exportados para outras localidades.

As significações existentes nesse conjunto transcendem o seu caráter meramente edilício em função de sua ligação com a construção da paisagem ao qual esteve inserido desde a sua concepção no início do século XX. Dessa forma, a dimensão imaterial da paisagem pode ser valorizada com essa proposta de forma mais democrática e acessível a um número maior de pessoas.

As atividades possuem como estrutura principal um anteprojeto de um plano integrado, que, dentre muitas ações, esboçam-se iniciativas de utilização do patrimônio cultural no processo de desenvolvimento social dos diferentes âmbitos da sociedade de forma endógena. O caráter flexível de tal plano segue a lógica de uma proposição mais fluida, permeável, tomada de forma a considerar a temática e o estudo das ambiências da localidade, em face das melhores práticas tomadas mundo afora no que tange a ideia de patrimônio cultural na atualidade.

A estrutura principal é tratada a seguir (eixo temático principal):

Plano integrado de desenvolvimento social sustentável da comunidade:

- Valorização econômica da produção tradicional;
- Criação de espaços para dar oportunidades igualitárias para as iniciativas individuais, porém tomadas coletivamente;
- Conjunto de normas e leis que visam o ordenamento do território que considere essas iniciativas de desenvolvimento:
 - Manutenção de infraestruturas inerentes às atividades;

- Parcelamento ordenado do território;
- Manutenção das bacias e afins;
- Ações ambientais;
- Proposição de infraestruturas futuras através dos conselhos de cidadãos;
- Produto-síntese: A estação Cultura de Raul Soares

Tal atividade é apresentada na forma de um projeto arquitetônico de readequação da estação ferroviária como um equipamento-suporte para as referidas atividades de valorização da temática patrimonial na localidade.

A escolha do antigo prédio da estação remonta ao simbolismo marcante dessa edificação no contexto do desenvolvimento local e da centralidade (ver figura 58, abaixo) que a edificação marca na cidade nos dias atuais, bem como o seu caráter linear e sua integração, e consequentemente expansão, às demais edificações desse conjunto ferroviário na cidade.

Dessa forma, o caráter emblemático que esse prédio possui, o que não é possível em nenhum outro, reforça a eloquência da iniciativa de reforço e valorização das identidades no processo de desenvolvimento da localidade.

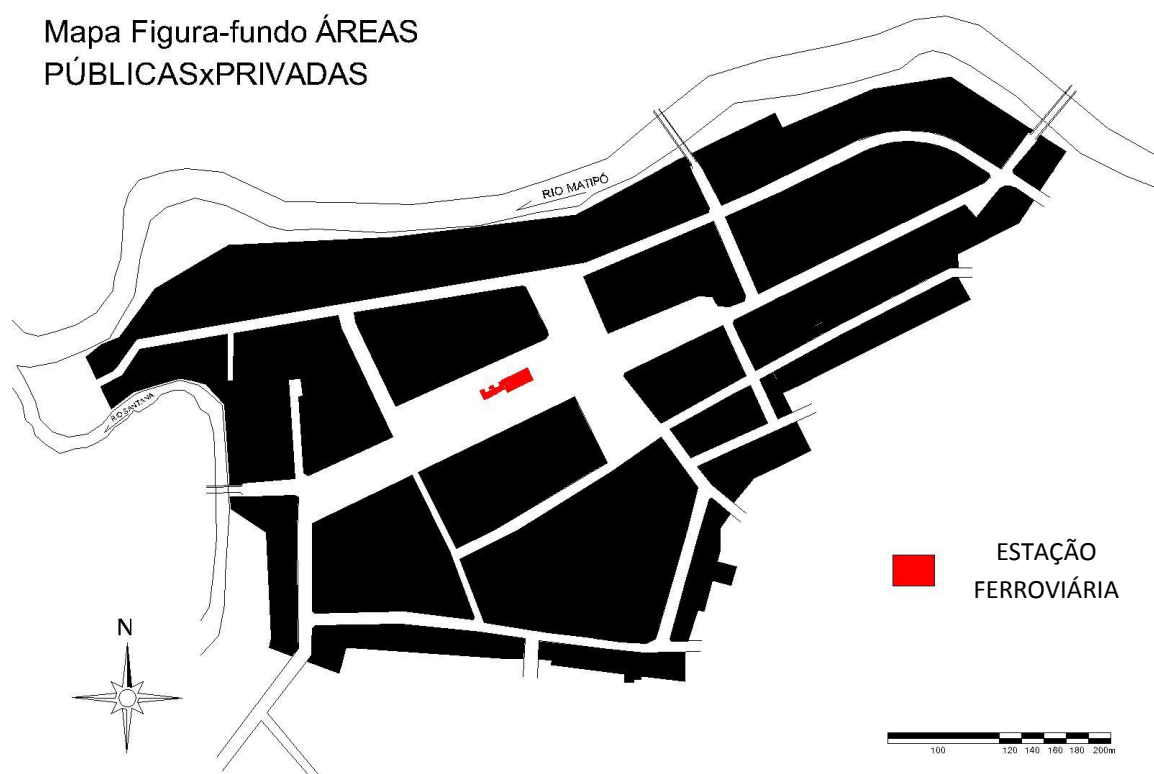


Figura 58. Fonte: Acervo do autor.

A ideia de se trabalhar um produto-síntese é a de propor dois pontos sensíveis, que são: a necessidade da presença de uma materialidade suficientemente plausível no sentido de ordenar as atividades subsequentes; e o reforço do caráter sistemático e, portanto, inserido em um conjunto maior de iniciativas, que transcendem uma iniciativa atrelada unicamente à criação desse centro. Dessa forma, objetiva-se a criação de um embrião, em torno de uma materialidade envolta em uma significação importante na sociedade e seu papel inerente da centralidade que gera, para dar suporte a diversas iniciativas que corroboram o caráter plural, orgânico e conectado ao verdadeiro patrimônio: as pessoas e sua história.

3.1 - O DIAGNÓSTICO DAS PRÉ-EXISTÊNCIAS

A estação ferroviária é um típico exemplar da arquitetura ferroviária inglesa do início do século XX, com inscrição em sua fachada lateral datada de 1916. Possui elementos importados da Europa como telhas, tijolos e demais insumos de construção. A seguir, aspecto atual (mai., 2020) da construção, com seu padrão cromático:



Figura 59. Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_mg_tresrios_caratinga/raulsoares.htm, acessado em 21 jan. 2020.

Sua planta é modulada, com largura padrão e comprimento variável (módulos). De início apresenta-se em um grande galpão, que corresponde a quatro módulos de comprimento, e as demais dependências, relacionadas às atividades administrativas possuem o comprimento de um módulo cada, com conexões internas entre eles (conforme figura 62, a seguir).

Atualmente a edificação apresenta-se com um grau de conservação mediano, necessitando de algumas reformas e ações de conservação, conforme a recomendação das melhores práticas de salvaguarda do patrimônio edificado. O atual padrão de pintura é diverso das cores consideradas originais, que, através da análise por fotografias antigas, como a figura 60 (abaixo), seriam as cores creme, vermelho ferrugem e cinza médio, perfazendo a distribuição básica de acordo com os diversos elementos.

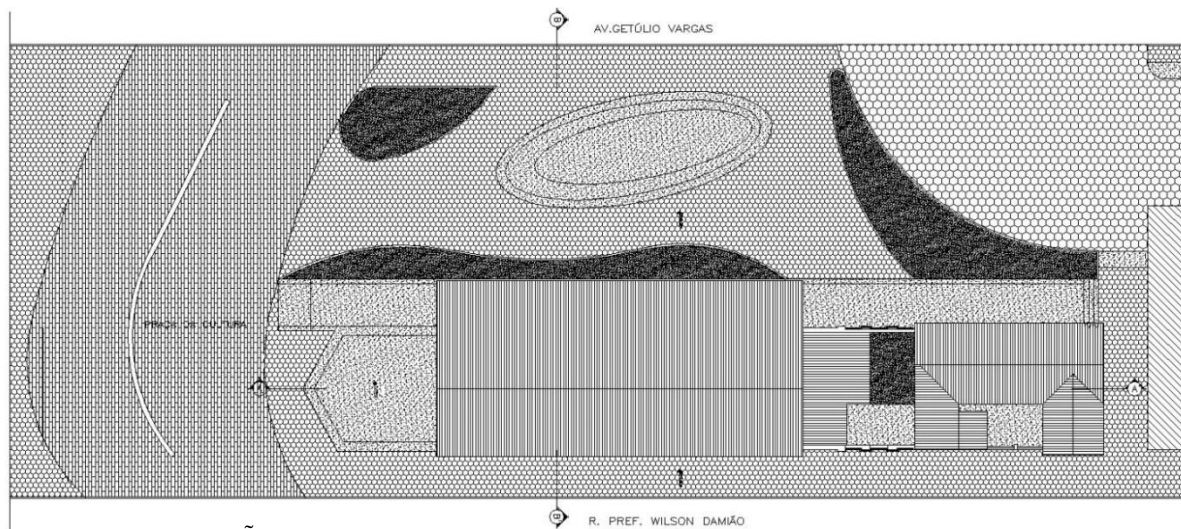


Figura 60. Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_mg_tresrios_caratinga/raulsoares.htm, acessado em 21 jan. 2020.

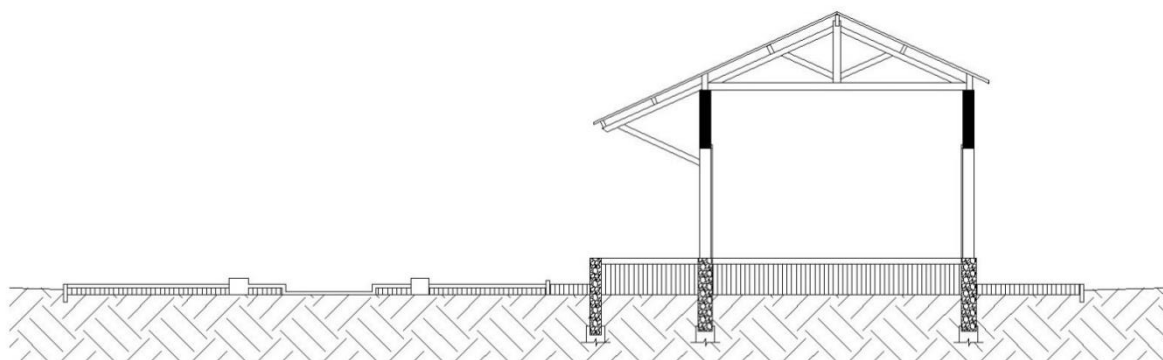
A edificação se situa no alinhamento da Rua Prefeito Wilson Damião e afastada em relação à Avenida Getúlio Vargas. O conjunto está entre a parte central da Praça da Cultura e do terminal rodoviário, na área central da cidade (as duas avenidas são as vias principais da mesma).

O traçado da Avenida Getúlio Vargas coincide com a MG329, que serve de ligação entre a área central e os bairros da cidade e com as demais cidades da região. Algumas partes

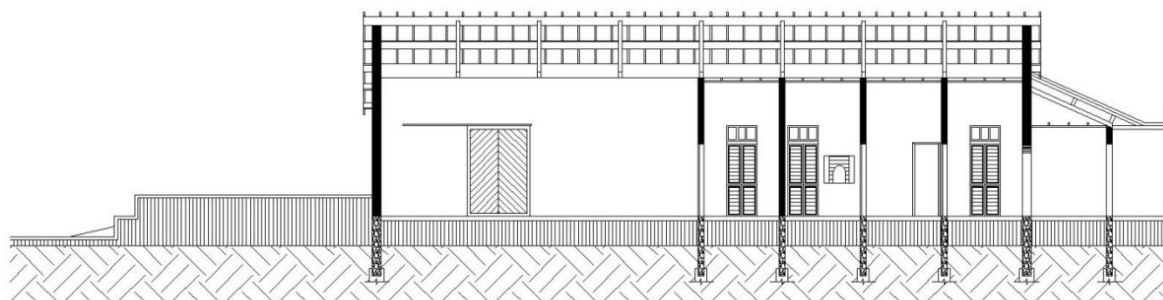
do conjunto atual de praças formavam o antigo pátio de manobras ferroviárias próximo à estação, que passaram uma requalificação na década de 1990, que deu origem à atual Praça da Cultura, conforme levantamento a seguir (fig. 61):



PLANTA SITUAÇÃO LEVANTAMENTO
ESCALA INDICADA

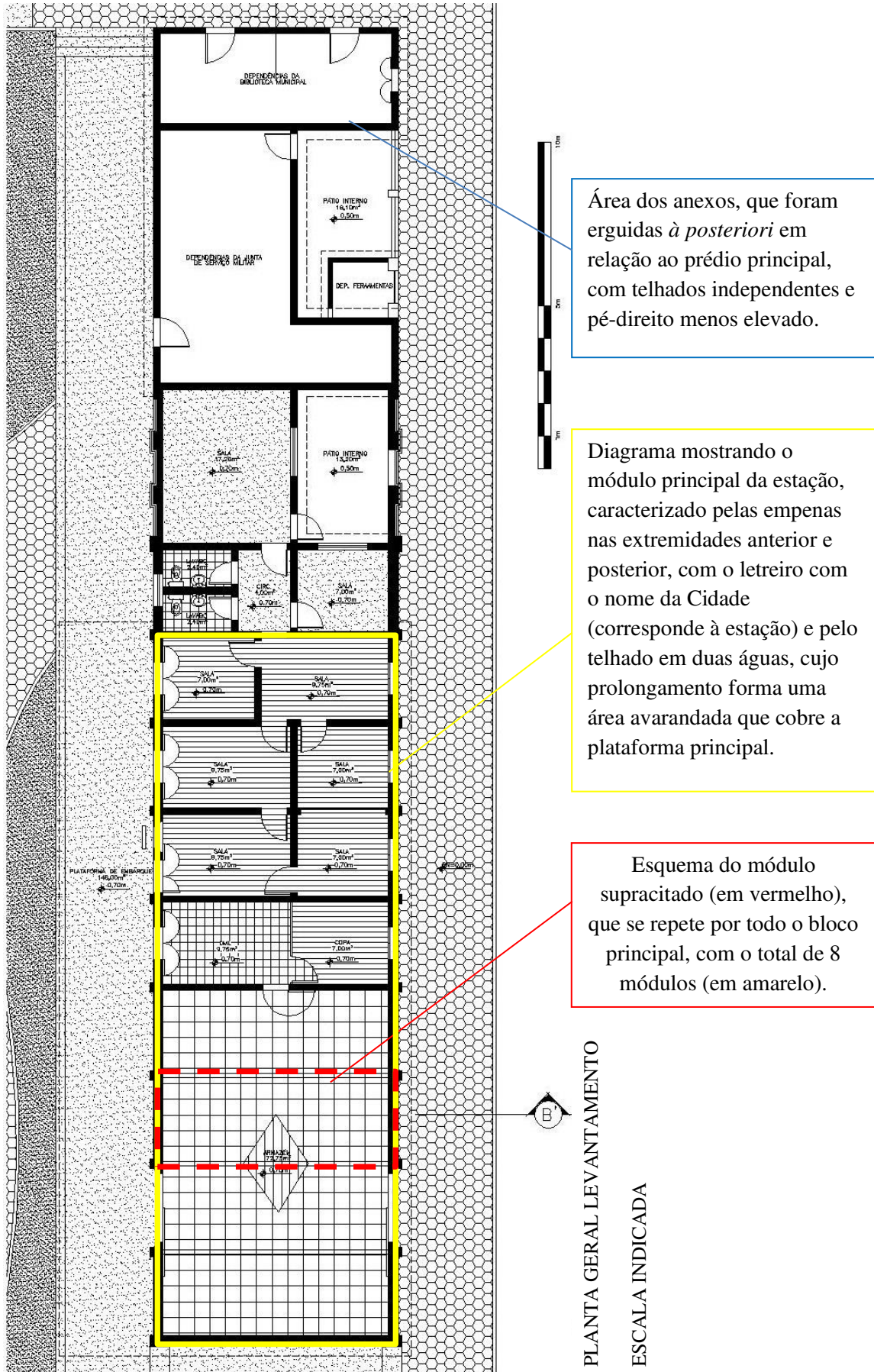


CORTE TRANSVERSAL LEVANTAMENTO
ESCALA INDICADA



CORTE LONGITUDINAL LEVANTAMENTO
ESCALA INDICADA

Figura 61. Fonte: Acervo do autor.



Área dos anexos, que foram erguidas *à posteriori* em relação ao prédio principal, com telhados independentes e pé-direito menos elevado.

Diagrama mostrando o módulo principal da estação, caracterizado pelas empenas nas extremidades anterior e posterior, com o letreiro com o nome da Cidade (corresponde à estação) e pelo telhado em duas águas, cujo prolongamento forma uma área avarandada que cobre a plataforma principal.

Esquema do módulo supracitado (em vermelho), que se repete por todo o bloco principal, com o total de 8 módulos (em amarelo).

PLANTA GERAL LEVANTAMENTO
 ESCALA INDICADA

Figura 62. Fonte: Acervo do autor.

O prédio é construído em alvenarias de tijolos maciços, indicando alvenaria autoportante e com cunhais em tijolos dobrados, com argamassa de assentamento de cal e areia, e com estuque externo com a mesma técnica. O embasamento é feito em pedra de mão assentado em argamassa de cimento Portland com concretagem da plataforma principal.

As telhas são do tipo francesa ou de Marselha, cuja origem é a própria localidade francesa como sugere a inscrição nos referidos elementos; o madeiramento do telhado é feito através de madeiras aparelhadas, cujas “tesouras de palladio” localizam-se na conformação dos elementos que formam os módulos citados. Possui pisos em madeira apoiados diretamente no solo, sem a presença de assoalho elevado, e uma pequena parte com esse recurso, precisamente no módulo imediatamente localizado próximo ao antigo armazém (os primeiros quatro módulos iniciais). Uma pequena parte dos pisos é de material cimentício moldado in loco, bem como algumas partes em cerâmica que, pelas características apresentadas, possivelmente são intervenções posteriores.

As esquadrias são típicos exemplares do período que corresponde ao início do século, nomeadamente o ecletismo, com madeiras aparelhadas por ferramentas da era industrial. As janelas se apresentam em madeira, com bandeiras fixas superiores em vidro e madeira, apresentando nas folhas principais venezianas e postigos para o fechamento. As portas possuem sistema de fechamentos similares às janelas, com elementos presentes como as bandeiras, fazendo a composição do conjunto. Cabe destaque ao portão de acesso ao antigo armazém principal em forma de tabuado em esquema de espinha de peixe, com roldanas em ferro forjado, indicando uma linguagem bastante adaptada ao modelo de edificações utilitárias e industriais.

Em suma, após a análise dos elementos construtivos dessa edificação percebe-se que a mesma é um típico exemplar da arquitetura praticada nos primeiros estágios da era industrial, que, estilisticamente, se situa em torno do ecletismo. Apresenta aspectos de pré-fabricação dos elementos construtivos, tanto nas alvenarias quanto nos elementos metálicos e de arremate. Com um partido profundamente funcionalista, é uma edificação que corresponde em projeto ao que se propõe, inserida no universo da arquitetura ferroviária tipicamente inglesa, o que o torna como um ícone desse tipo de arquitetura em terras raulsoarenses.

Cabe lembrar que o contexto da arquitetura ferroviária no Brasil se situa na temática do transporte e exportação de café, cujo excedente econômico serviu para financiar as primeiras iniciativas industriais com uma escala representativa no Brasil. Representa, portanto, um importante período de ruptura em um mundo estritamente rural para um mundo

proto-industrial em vários contextos, inclusive representado nas próprias técnicas construtivas com elementos industrializados.

Portanto, muito mais que apenas pedras ou concreto, as edificações servem para serem materialidades vívidas dos diferentes períodos que a humanidade experimenta como um todo. Segundo J. Ruskin (2008. p.54), o papel da arquitetura transcende a sua própria materialidade ao nos propor um papel fundamental na memória coletiva que a mesma nos evoca: “Nós podemos viver sem ela [arquitetura], e orar sem ela, mas não podemos rememorar sem ela.[...]”.

O conceito dessa proposta de intervenção fora traduzido em forma projetual a fim de replicar as práticas consagradas no campo do patrimônio cultural embasadas nas abordagens apresentadas nesse trabalho até então de respeito e participação das pessoas e de suas tradições. As iniciativas situam-se, em linhas gerais, na tentativa de “atualização” do uso da edificação, pois a mesma possui o uso pelo escritório da Secretaria Municipal de Cultura e a maior parte do prédio funciona como um almoxarifado. Dessa forma é possível aproximar a edificação a algumas demandas coletivas no campo do patrimônio e seu desenvolvimento, ao mesmo tempo em que se preserva ou realça as qualidades espaciais expressas pela materialidade dessa edificação.

Por essa razão, a iniciativa de valorização das identidades e tradições locais deve começar pela valorização dessa edificação em particular, grande parte pela razão de seu simbolismo e singularidade, dando o tom das referidas atividades no sentido de valorização do aspecto cultural na cidade. Com isso, a ideia de se criar um embrião ou uma centralidade a qual as atividades de valorização do patrimônio cultural possam se irradiar, possui como estratégia intrínseca à valorização do patrimônio em sua forma edificada.

Porém, a iniciativa vai além da conservação do referido edifício e seu entorno, mas propor novos usos, que, por mais que sejam diversos do uso original, são possíveis de ser adaptados sem, contudo, alterar ou mutilar a estrutura física principal e suas características originais. As novas demandas da sociedade em relação ao seu desenvolvimento, como esse trabalho propõe, possuem um enorme potencial de estarem conectadas acerca da valorização do patrimônio cultural, cuja estrutura física possa servir de base para as referidas atividades anteriormente citadas.

Dessa forma, o projeto pretende gerar, sobretudo, um ambiente propício à discussão acerca da preservação do patrimônio edificado e adaptar essas demandas à estrutura existente, sempre observando o respeito à mesma. Cabe ressaltar que, por se tratar de uma edificação protegida, essa estratégia visa a atender a Lei municipal nº2016, de 15 de março de 2006,

acerca das diretrizes de conservação do referido bem, e que também prevê a aprovação pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Raul Soares e da Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Lazer, Cultura e Turismo de Raul Soares.

A linguagem utilizada se baseia na utilização de elementos que realçam a conexão dos elementos naturais ou semielaborados às pré-existências (tijolos maciços, madeira, aço cortén), expressando o caráter de honestidade em relação ao emprego dos mesmos nas intervenções. Em suma, a intervenção traduz por si só, através de sua materialidade, as ideias de se juntar desenvolvimento e valorização da paisagem cultural dessa localidade.

3.2 - O PROJETO

O projeto, cujo conceito é transformar a edificação em um embrião de um profundo processo de desenvolvimento social baseado na temática de valorização das identidades e das técnicas tradicionais se baseia na tentativa de se viabilizar a materialidade onde tal processo se desenvolverá. Pretende-se inicialmente gerar, após o estudo e diagnóstico histórico das pré-existências, propostas no que tangem o retorno de algumas características marcantes sedimentadas pela história e a demonstração das técnicas construtivas bem como alguns pontos funcionais originais.

Tais atividades de conservação e prevenção de acidentes se situam, em suma:

Reconstituição da padronagem das cores originais bem como os elementos e texturas nessa linha;

Recolocação e limpeza das telhas, madeiramentos, conservação dos elementos estruturais do telhado, com a utilização de telhas originais ou próximas do estilo original;

Melhoria e substituição das instalações elétricas, bem como a adaptação das mesmas aos usos de acordo com as normas atuais de utilização e segurança.

Substituição dos forros de madeira defeituosos, danificados ou substituídos sem a devida observância de suas características originais, por elementos com proximidades estilísticas das características originais.

Elaboração de um projeto de prevenção e combate a incêndio e pânico, de acordo com as normas vigentes do CBMMG, visando à preservação das condições de segurança dos usuários e da própria edificação.

- Melhorias no entorno da edificação:
- Acessibilidade, em especial para as pessoas com mobilidade reduzida,
- Arborização e jardinagem, a gerar um ambiente mais aprazível;

- Limpeza e manutenção das calçadas e pavimentação;
- Colocação de equipamentos públicos urbanos como lixeiras, iluminação apropriada, bancos e bicicletários;
- Melhoria e ampliação da área de entorno com vista a facilitar o uso dessas áreas adjacentes pela população através de eventos e usos diversos.

O grande referencial das materialidades usadas no referido projeto está na justaposição de elementos autônomos, no caso, representada pela pré-existência da estação ferroviária, e a proposta de colocação de uma área para venda de produtos, com linguagem contemporânea. Cada elemento principal terá um tratamento de renovação dos materiais existentes e, quando isso não for possível, utilizar outros tipos de materiais e formas que dialoguem em linguagem com as pré-existências (ver abaixo perspectiva geral):



Figura 63. Fonte: Acervo do autor.

Para a área de vendas permanentes,⁵⁶ a escolha por utilizar as composições ferroviárias como referência material reside na ideia de se criar um elemento capaz de aglutinar e dar vitalidade ao local, aliada ao uso de um elemento presente na iconografia ferroviária. Recomenda-se à administração do conjunto, a escolha de atividades de serviços relacionadas à comercialização de gêneros alimentícios que preferencialmente estejam ligadas aos

⁵⁶ Imagem (na próxima página), mostrando a área de vendas permanentes, com acesso pela antiga plataforma da estação, cujos fechamentos (portas) são em vidro temperado, para facilitar a exposição dos produtos. Nota-se a intenção de utilizar, nesse caso, elementos atualizados e que facilitam e adaptam o conjunto ao uso proposto, criando uma espécie de vitrine para a exposição dos produtos, mesmo fora do horário de funcionamento.

produtores locais, e que, por sua vez, reforcem as técnicas agrícolas tradicionais de produção de alimentos.



Figura 64. Fonte: Acervo do autor.

Como o objetivo central desse trabalho é aproximar as temáticas patrimoniais e valorização da cultura como formas de desenvolvimento social, a utilização dessa área para a venda de produtos artesanais, que forneça diretamente bens e materiais aos consumidores, representa um embrião para atividades similares. É importante salientar que o uso do mesmo é apenas sugestivo, devendo a comunidade, de preferência através de uma associação sem fins lucrativos ou cooperativa, sugerir a melhor atividade a ser proposta, mas que tenha como filosofia de trabalho a valorização da cultura.⁵⁷

Confeccionada em material metálico e vidro, com referências às composições ferroviárias, porém adaptada ao uso a partir da plataforma (os acessos de cada divisão se dão independentemente através dessa circulação em comum), essa área representa um importante elemento estruturador do conjunto ao reunir os usos principais. Com uma proposta nova de uso e um desenho também renovado, mas que reverencia as referências que possui, essa parte da intervenção ajuda a compor o conjunto e dá sentido como um todo, reforçando o espírito do lugar (*genius loci*).

⁵⁷ Imagem 65 (próxima página) a mostrar a parte posterior do conjunto formado pela área de vendas permanentes e a antiga plataforma da estação.



Figura 65. Fonte: Acervo do autor.

Para fazer a ligação entre a área adjacente à plataforma (figura 66), a área de vendas permanentes e a esplanada em anexo, optou-se pela utilização de escadas de material metálico, tipo aço cortén para criar esse elemento de ligação, com a proposta de harmonizar a atual estrutura com os novos usos. Cabe ressaltar que, mesmo sendo um elemento que é inexistente na temática ferroviária, a linguagem proposta, de se utilizar elementos com características naturais e que preservam o seu aspecto de rusticidade, cria uma relação direta com as pré-existências, além de reforçar o seu caráter contemporâneo ao humanizar a área ao facilitar o acesso das pessoas.

Adjacente à área de vendas propõe-se uma área aberta com dimensões adequadas para usos múltiplos. Tais usos devem atender aos anseios da sociedade do ponto de vista cultural, nas quais são sugeridas atividades como feiras, mostras, eventos culturais entre outras formas de manifestação popular. O objetivo dessa área em específico é que as pessoas se sintam convidadas a utilizá-la sempre na temática coletiva ou para o maior número possível de pessoas.

Outra questão importante é que se viabilizem usos nas diferentes horas do dia, possibilitando uma maior participação das pessoas nas atividades propostas, maximizando as possibilidades de uso da mesma e da estação como um todo. O interesse de se criar um espaço de uso coletivo é criar uma porta de entrada ou chamariz, para que o todo o “equipamento”

seja efetivamente aproveitado pelas pessoas, com a flexibilidade necessária para quaisquer adaptações de uso que porventura sejam necessárias (figura abaixo):



Figura 66. Fonte: Acervo do autor.

Os materiais empregados remontam à utilização de elementos tradicionalmente presentes nas construções existentes como o tijolo cerâmico maciço, cuja padronagem sugere uma manipulação da perspectiva, com o objetivo de reforçar o aspecto de linearidade e progressão da escala do ambiente a partir do ponto de vista do espectador que está localizado



Figura 67. Fonte: Acervo do autor.

nos seus limites. Dessa forma, cria-se um prolongamento da intervenção para uma área ainda maior, integrando-a de forma mais efetiva às áreas adjacentes.



Figura 68. Fonte: Acervo do autor.

O prédio da estação em si (figura acima) representa o coração de toda a área a ser trabalhada, pois considera simultaneamente a proposição de novos usos, a preservação da materialidade edilícia do mesmo, bem como a viabilização de um equipamento que aproxime as pessoas e reforce o caráter de cidadania e pertencimento. A recuperação da centralidade que outrora caracterizava o edifício será por via de se valorizar a sua memória e atualizar a sua função como um importante motor do desenvolvimento da localidade.

Além disso, a representatividade do referido prédio, desde que o mesmo perdera a sua função original inicial, esteve comprometida principalmente para as gerações que vieram posteriormente, rompendo, portanto o elo entre as significações da mesma e essas gerações posteriores. Portanto é imperativo que a estação, além da função de memória, possa representar, sobretudo para essas gerações, um importante equipamento cultural que aproxime as demandas do presente nesse universo de valorização cultural.

Internamente, a ideia é de preservar a integralidade das estruturas existentes pelas mais diversas razões, dentre elas o respeito inerente ao prédio em si, em virtude de ser um edifício protegido pela municipalidade, e também para ser um projeto viável economicamente. As intervenções são voltadas para a proposição de novos usos, com a reorganização do fluxo feita através da elaboração de um layout adequado, sobretudo na área das antigas dependências (que serão mostradas em maiores detalhes nas plantas técnicas em anexo) com o objetivo de

se criar uma área de exposição dos produtos para a venda e para a melhoria das instalações da Secretaria Municipal de Cultura.⁵⁸



Figura 69. Fonte: Acervo do Autor.

Dessa forma, se valorizam alguns elementos da própria edificação, como a recuperação de pisos existentes e o acabamento das alvenarias. Seria recuperada, também, a pintura interna original, bem como os forros, que deverão ser reformados e refeitos de acordo com as técnicas e materiais empregados originalmente.

Cabe destaque para uma intervenção em especial, que é a cobertura em policarbonato da área de vendas permanentes, que foram propostas para viabilizar a proteção dessa área às intempéries, dando ao conjunto um aspecto mais atualizado, por utilizar um elemento de linguagem mais contemporânea, a fim de reforçar o caráter utilitário do conjunto. Além dessa cobertura, propõe-se a utilização de telhas translúcidas na área do antigo armazém, para que possa ser viabilizada a iluminação desse ambiente sem, contudo, executar novas aberturas em quaisquer de suas fachadas externas. As esquadrias originais, por sua vez, serão recuperadas e protegidas através de novas pinturas e tratamentos, bem como a recuperação de seus elementos metálicos, de fixação entre outros.

⁵⁸ Abaixo, figura 69 mostrando o conjunto interno da intervenção, mostrando à direita a área do antigo armazém, e à esquerda as antigas dependências de moradia e administração de funcionários da ferrovia. Próxima figura (fig. 70), mostrando um pormenor da área interna, destinada à venda de produtos com seu mobiliário modulado (expositor em MDF na cor cinza médio, com fechamento em vidro temperado, cujos módulos são de 50x50cm), podendo ser justapostos de acordo com a necessidade imediata.

A proposta possui como premissa viabilizar a maior flexibilidade possível das áreas propostas com o objetivo de se possibilitar o aproveitamento do espaço por diferentes atividades ligadas ao uso coletivo das mesmas. Dessa forma, se permite a sua modificação ao passo que diferentes demandas forem surgindo, o que mantém o caráter de importância dessa edificação da dinâmica social da localidade (figura 71):⁵⁹



Figura 70. Fonte: Acervo do autor.



Figura 71. Fonte: Acervo do autor.

⁵⁹ Para essa área, se propõe um layout livre e flexível, com tablado em madeira e cadeiras avulsas.

Existe a sugestão de uso, no caso da área do armazém, com móveis que se adaptem aos mesmos (cadeiras), como um auditório ou um centro de capacitação pública, que podem ser realocados para outras atividades que se julgarem mais pertinentes. A área imediatamente à esquerda desse armazém, por apresentar uma maior compartimentação, pode ser utilizada como uma área de depósito e guarda dos produtos que porventura possam ser comercializados nas feiras a serem feitas no antigo armazém. A seguir, aspecto geral da proposta pelo exterior:



Figura 72. Fonte: Acervo do Autor.



Figura 73. Acervo do autor.

* * *

Essa proposta de intervenção busca sintetizar todos os conceitos, ideias e valores defendidos nesse trabalho como forma de materialização dos mesmos. Os conceitos permeiam essa iniciativa ao permitir o acesso desse importante conjunto à sociedade, dando novos usos ao mesmo e que vão além de propor apenas a conservação do caráter material do edifício.

Dessa forma, podemos preservar a ideia de flexibilidade do edifício, ao passo que mantém a configuração original do mesmo, que já possui um partido flexível na sua origem, e possibilita uma abordagem de valorização do potencial que a mesma possui. Como exposto, os usos relativos ao cotidiano da sociedade, como espaços de trocas de experiências, formações e possibilidades de negócios devolvem o uso do prédio à população de forma direta e reforça o caráter de pertencimento à mesma.

A escolha dos materiais, as decisões de adaptação, as técnicas e padrões estéticos, a “verdade” na escolha dos materiais entre outros, corroboram a estratégia de valorização do conjunto preservando as suas características principais. Dessa forma, reforça-se o caráter didático que essa intervenção produza na localidade ao mostrar um exemplo de valorização e requalificação de uma importante peça do “tabuleiro de xadrez” urbano da cidade.

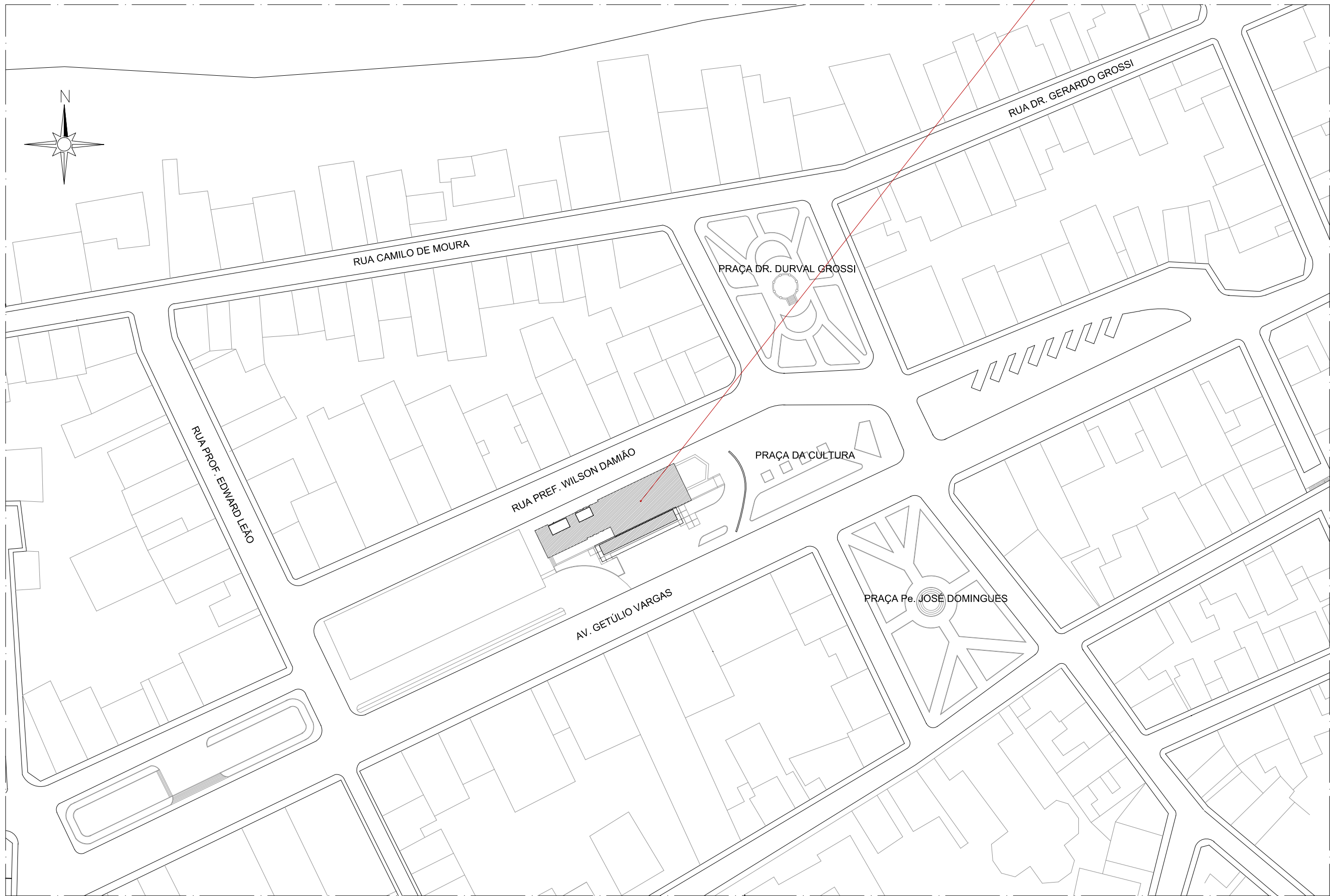
Além disso, mostra que é possível que se elaborem propostas de uso que vão além de iniciativas voltadas apenas para a proteção do bem, como o tombamento, sem, contudo, pensar em usos que aproximem as pessoas desse patrimônio. Dessa forma, além de valorizar e garantir a preservação apenas de sua materialidade, que possa ser preservado também o seu papel de significação, viabilizando, portanto, a própria sobrevivência desse bem.

Como vimos, embora os tradicionais instrumentos de proteção do patrimônio cultural sejam de extrema importância, em especial no panorama do Brasil, é necessário que toda estratégia de preservação que envolve o patrimônio cultural seja feita sem perder de vista a visão holística do mesmo. Sem perder de vista que se considere as suas significações, as nuances sociais envolvidas, e que não se preserve apenas a materialidade do mesmo, mas sim o que confere a vitalidade do bem na sociedade bem como a sua legitimidade.

Seguindo a tendência de ampliação do alcance das políticas de valorização do patrimônio cultural no Brasil e no mundo, cada vez mais se busca preservar a totalidade de dimensões que envolvem o patrimônio e não apenas a sua materialidade. Preservar um edifício muitas vezes pode ser apenas o ponto de partida de um processo de dar vida novamente a um conjunto de significações e identidades.

Por essa razão, esse produto representa o embrião de um possível processo de renovação e desenvolvimento social na localidade de Raul Soares e um caminho no reforço à cidadania. Dessa forma, se valoriza uma história que conecta a cidade a um contexto muito maior e nos conta um importante capítulo referente à presença da lavoura cafeeira e da ferrovia em uma sociedade em transformação. Nas páginas a seguir, seguem as plantas técnicas que compõem os trabalhos de finalização em relação ao projeto apresentado:

ÁREA DA ESTAÇÃO, ENTRE AS PRAÇAS
NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE

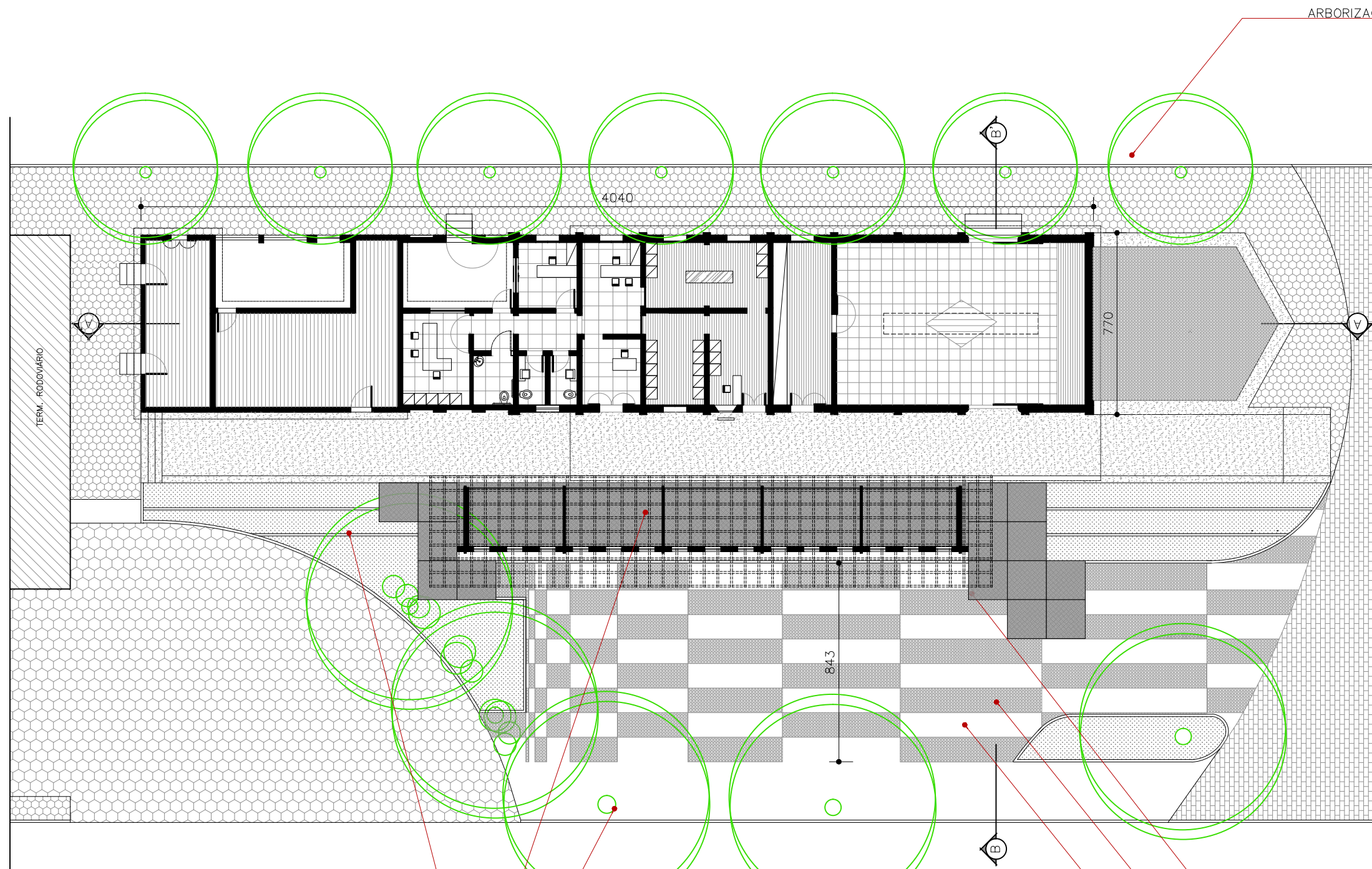


PLANTA SITUAÇÃO LEVANTAMENTO
ESCALA 1 : 1000

ESTAÇÃO CULTURA



PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE RAUL SOARES	DATA: 15/03/2020
PROJETO: DE REQUALIFICAÇÃO DE ESTAÇÃO FERROVIÁRIA	REVISÃO: 01/01
AUTOR : ROMELL VAROTO	ESCALA: INDICADA
CONTEÚDO : IMPLANTAÇÃO	



PLANTA GERAL E ENTORNO
 ESCALA 1 : 200

ARBORIZAÇÃO DE MÉDIO PORTE,
 EX. QUARESMEIRA

ÁREA PARA FEIRAS PERMANENTES, EM
 ESTRUTURA METÁLICA, VEDAÇÃO EM
 CHAPA METÁLICA PINTADA

ARBORIZAÇÃO DE MÉDIO PORTE,
 EX. QUARESMEIRA

PLATAFORMAS EM ESTRUTURA
 METÁLICA, REVESTIMENTO EM
 CHAPA TIPO AÇO CORTÉN

PISO EM TIJOLO REQUEIMADO

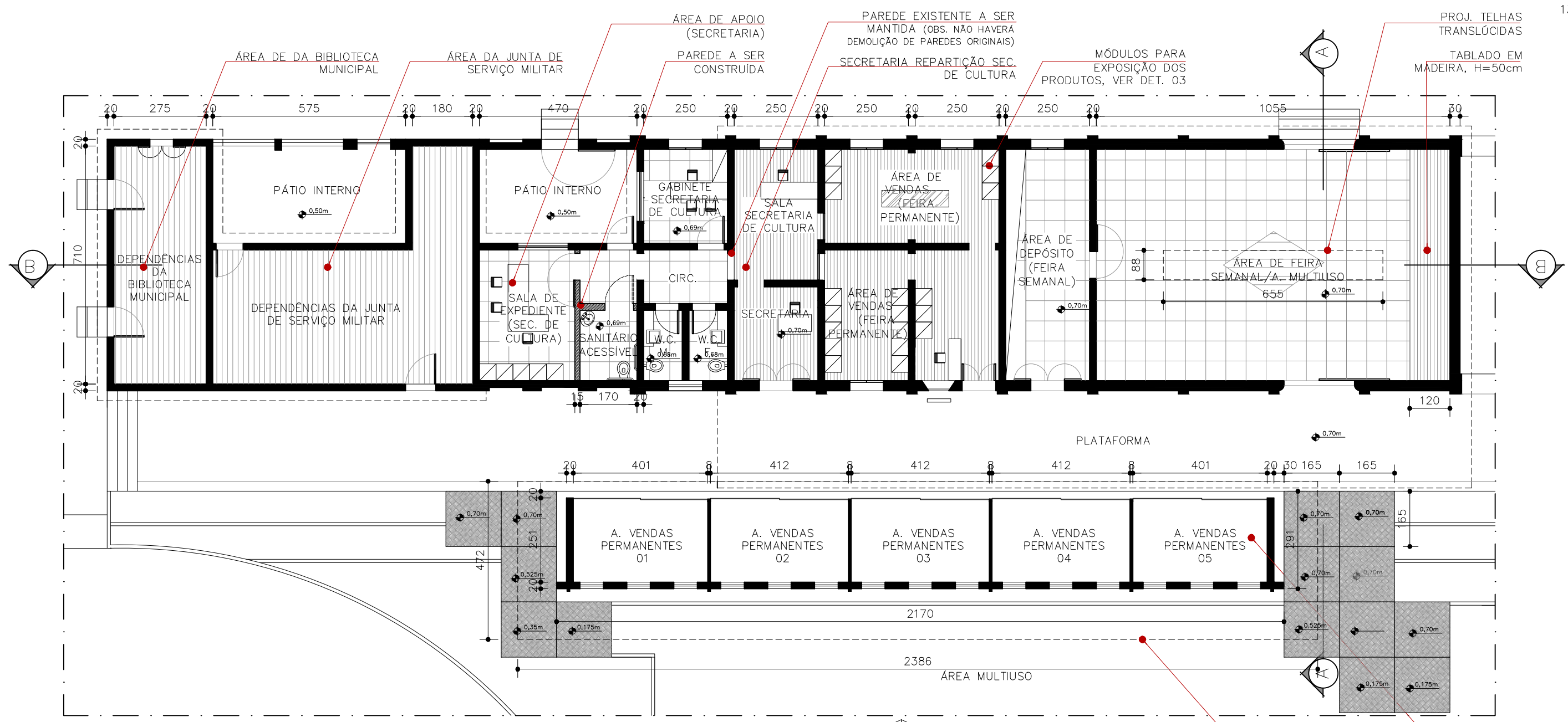
ARGAMASSA CIMENTÍCIA
 PIGMENTADA, COM AGREGADOS DE
 CORES CLARAS

ESTAÇÃO CULTURA

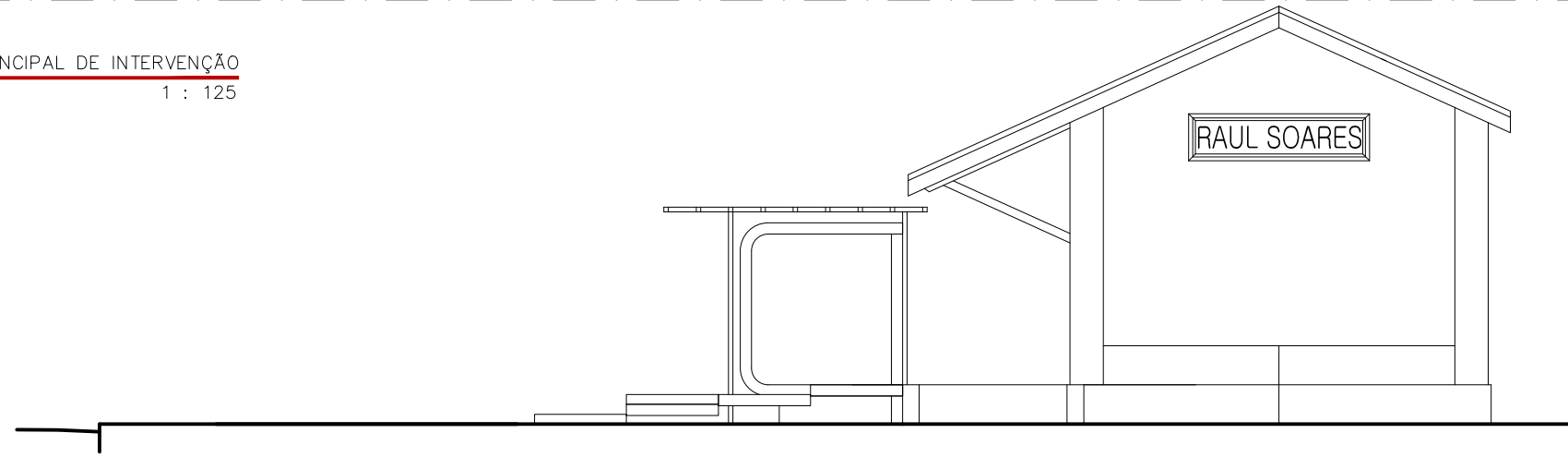


PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE RAUL SOARES
 PROJETO: DE REQUALIFICAÇÃO DE ESTAÇÃO FERROVIÁRIA
 AUTOR : ROMELL VAROTO
 CONTEÚDO : PLANTA GERAL E ENTORNO

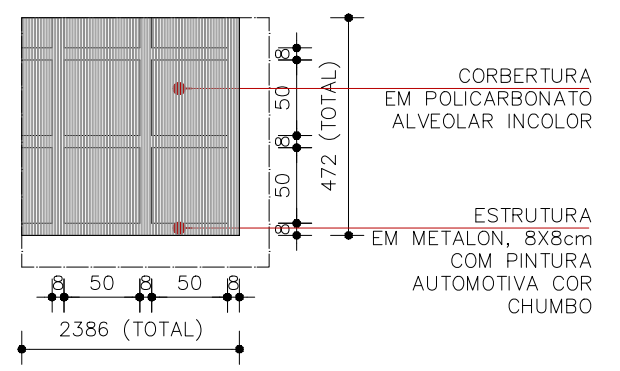
DATA: 15/03/2020
 REVISÃO: 01/01
 ESCALA: INDICADA



PLANTA PRINCIPAL DE INTERVENÇÃO
 ESCALA 1 : 125



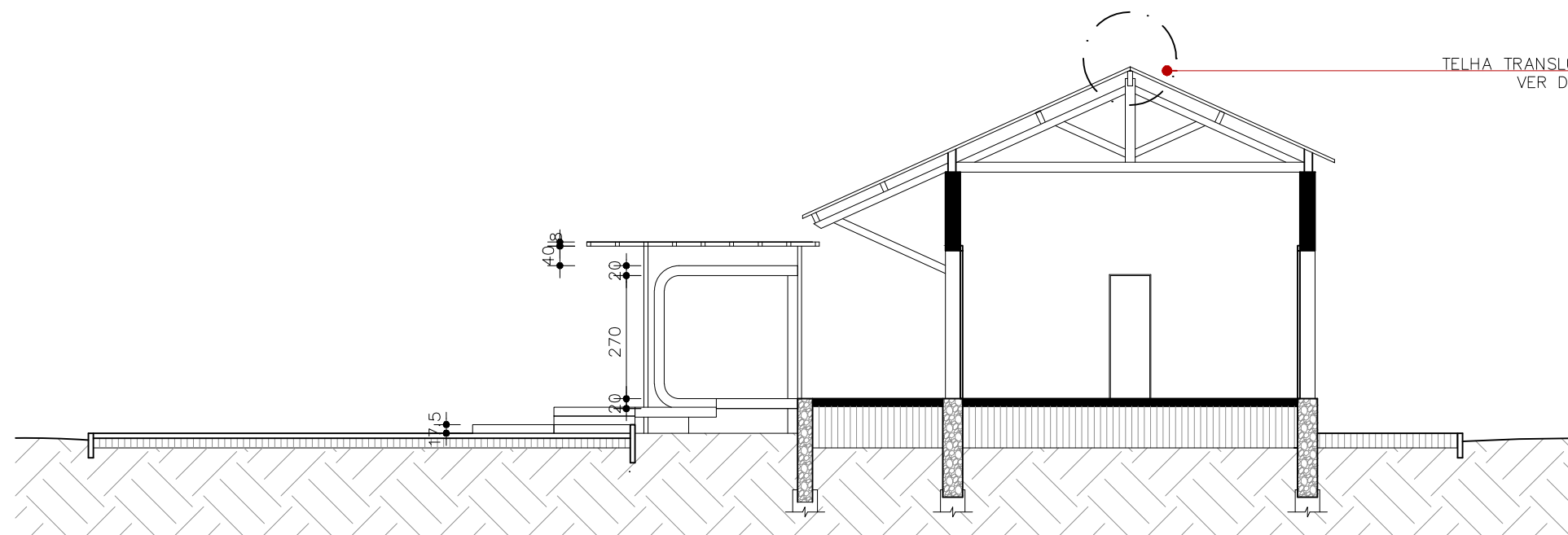
FACHADA PRINCIPAL
 ESCALA 1 : 125



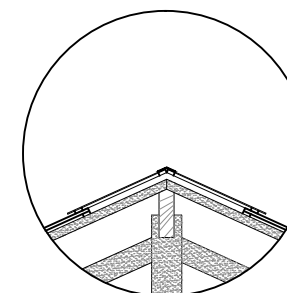
DETALHE 01 - PAGINAÇÃO COBERTURA
 ESCALA 1 : 50

ESTAÇÃO CULTURA

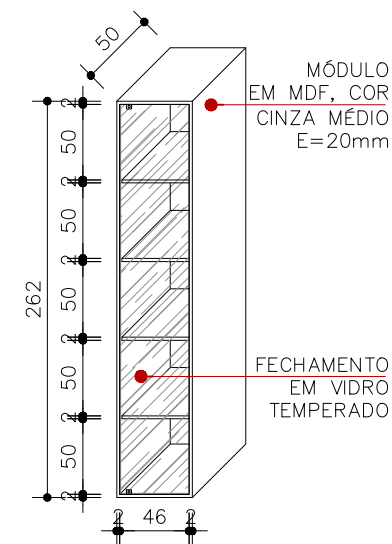
PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE RAUL SOARES	DATA: 15/03/2020	03/04
PROJETO: DE REQUALIFICAÇÃO DE ESTAÇÃO FERROVIÁRIA	REVISÃO: 01/01	
AUTOR : ROMELL VAROTO	ESCALA: INDICADA	
CONTEÚDO : PLANTA PRINCIPAL DE INTERVENÇÃO, FACHADA PRINCIPAL, DETALHE 01		



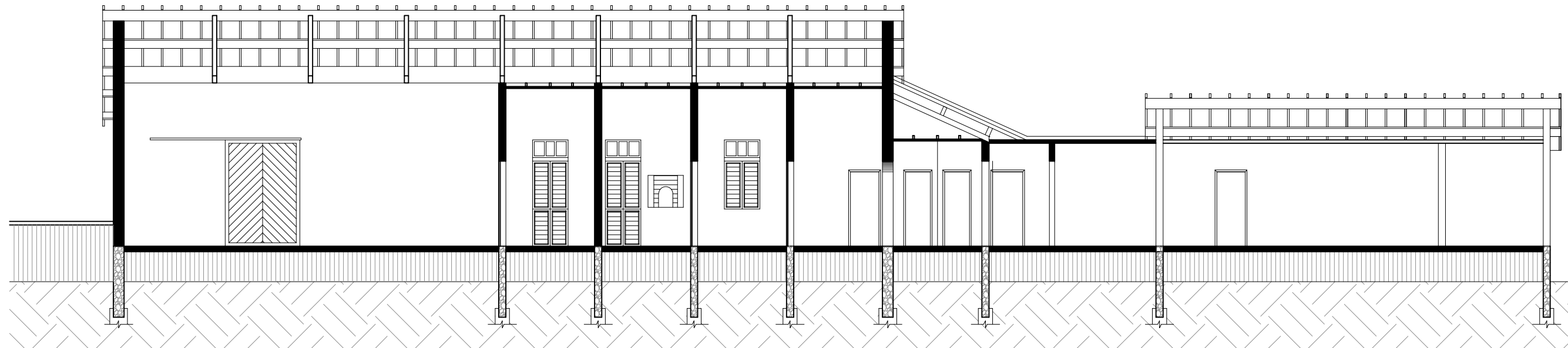
CORTE TRANSVERSAL AA
ESCALA 1 : 125



DETALHE 02 - CARREIRA TELHA TRANSLÚCIDA
ESCALA 1 : 50



DETALHE 03 - MÓDULO DE EXPOSIÇÃO DE PRODUTOS
ESCALA 1 : 50



CORTE LONGITUDINAL BB
ESCALA GRÁFICA1 : 125

ESTAÇÃO CULTURA

PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE RAUL SOARES
 PROJETO: DE REQUALIFICAÇÃO DE ESTAÇÃO FERROVIÁRIA
 AUTOR : ROMELL VAROTO
 CONTEÚDO : CORTE TRANSVERSAL E LONGITUDINAL, DETALHE 02

DATA: 15/03/2020
 REVISÃO: 01/01
 ESCALA: INDICADA

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A vida moderna e as implicações que surgem a partir de seus efeitos transcendem inúmeros aspectos do cotidiano das pessoas em diversos contextos espalhados pelo globo. Porém existem fenômenos que conectam esses diferentes contextos em um campo mais abrangente e que imprimem as suas características nas relações humanas em geral.

O que convencionamos de nomear como “implantação da modernidade” está inserida nesse rol de transformações que produzem cujos efeitos são percebidos em diversos contextos, como é o caso de Raul Soares. Podemos perceber isso na forma como a cidade se organiza e se projeta para o futuro, como resposta aos desafios do presente e que representam um campo propositivo fértil, inclusive na questão patrimonial.

A partir da delimitação e da caracterização da paisagem de Raul Soares, presente no primeiro capítulo, através dos seus aspectos de natureza histórica, social e territorial, foi possível gerar um subsídio importante e que passa a orientar toda a discussão. Como esse trabalho se situa também no campo propositivo, estabelecer os pontos que caracterizam a região é de fundamental importância.

Partindo da premissa que o patrimônio deve ser pensado no nível das pessoas, onde isso é cada vez mais evidente nas abordagens mais recentes acerca do tema, podemos entender que a caracterização passa a ser muito mais do que apenas uma delimitação. Em outras palavras, podemos dizer que só é possível atribuir valor no sentido cultural quando compreendemos os efeitos e o processo de construção das paisagens, em especial o seu componente humano.

A partir do entendimento do processo de formação da territorialidade do município, foi possível distinguir a paisagem em duas porções constituintes com características peculiares: as “terras altas e o café” e as “terras baixas e o leite”. Isso tornou possível estabelecer uma interface direta entre o perfil dos componentes materiais e suas idiosincrasias e o perfil das atividades econômicas e sociais como parte integrante da vida cotidiana e da subsistência dos raulsoarenses.

A abordagem no campo patrimonial presente no segundo capítulo orbitou na temática da paisagem cultural ao considerar as dimensões tangíveis e intangíveis da paisagem, a partir do subsídio gerado no capítulo anterior. De forma a responder os desafios gerados no ambiente da contemporaneidade, seria possível propor no campo patrimonial uma ferramenta de desenvolvimento social para cidades como Raul Soares? O desafio, como sabemos, precisa

responder a questões que vão além das dimensões materiais da paisagem e incluir, à luz de suas características e potencialidades, as suas dimensões imateriais de forma integrada.

Em um mundo cada vez mais integrado economicamente, as diferentes localidades precisam se reinventar de forma constante, como forma de garantia de sua sobrevivência, frente ao processo de implantação da modernidade ao qual estão sujeitas. Uma abordagem que esteja no campo patrimonial como forma de valorizar a interface entre as dimensões tangíveis e intangíveis da paisagem pode representar um caminho nesse sentido. Muitas iniciativas espalhadas pelo globo já sinalizam e corroboram a integração desses elementos como alternativa de desenvolvimento e promoção social (CASTRIOTA, 2009, p.158), embora cada situação, como sabemos, é irreproduzível em contextos distintos.

Ao valorizar a escala local e os meios de vida familiares através da abordagem da valorização do saber-fazer, torna-se possível estabelecer um contraponto frente aos efeitos do processo de massificação verificado em várias partes do mundo. Esse entendimento pode ser pensado, também, como premissa para se pensar no ambiente urbano, sobretudo nos espaços públicos, de forma a permitir o acesso democratizado ao espaço em comum e a construção das cidades para o futuro.

No caso de Raul Soares, percebeu-se que, através de suas potencialidades no âmbito das técnicas agrícolas, é possível estabelecer um ponto de partida no sentido da valorização do saber-fazer popular e estabelecer um paralelo com iniciativas patrimoniais. Essas técnicas representam um importante patrimônio cultural, que, pela interface que possui com a paisagem, ampliam o poder de influência de eventuais iniciativas, bem como expande a discussão no sentido da sustentabilidade ambiental e responsabilidade social.

Através da descrição minuciosa das principais técnicas agrícolas tradicionais (fubá de milho, aguardente de cana e queijo minas), a dimensão que essas técnicas possuem pôde ser percebida com maior clareza, sobretudo como agentes transformadores da paisagem. Além dos impactos na paisagem, também podemos pontuar o alcance que essas técnicas possuem no sentido de gerar subsistência para as famílias, bem como a garantia das condições de transmissão pelas gerações.

Muito longe de esgotar as discussões acerca do tema, esse trabalho visa levar essa análise também para outros contextos bem como para demais práticas e iniciativas de valorização patrimonial em Raul Soares. Dessa forma, estamos a tratar esse campo de possibilidades como um ponto de partida em vários sentidos, ao se preservar o caráter intrínseco de pluralidade como forma de garantir um diálogo profícuo e virtuoso entre os diversos agentes que compõe os diferentes contextos.

É importante salientar, nessa altura, as dificuldades e limitações encontradas no decorrer desse trabalho. A primeira limitação foi encontrar uma bibliografia consolidada sobre a cidade e região, sobretudo questões de ordem quantitativa, levantadas *in loco*. Outra dificuldade foi em relação ao percurso feito em todo o território do município, muitas vezes em estradas de longas distâncias, para efeito de levantamento, como forma de responder à caracterização necessária para o entendimento adequado da proposta desse trabalho, dentro do tempo disponível e com recursos próprios. Contudo, as mesmas foram paulatinamente superadas, e foi possível ampliar o campo de visão e de propostas à medida que pude presenciar as idiosincrasias dessa porção do território.

Como forma de responder em parte a esse campo de possibilidades, foi pensada, como produto, presente na parte II, a adequação do espaço existente da estação ferroviária da cidade em virtude de sua centralidade e sua importância como um marco histórico na cidade. Essa proposta visa a adequar o uso desse prédio pela população para um espaço de vendas, cursos e eventos que tenham como foco a promoção das técnicas familiares e suas ramificações.

J. Ruskin (2008. p.55) nos diz que é um dever de todos tornar a arquitetura atual e histórica, bem como preservá-la, ressaltando a importância das materialidades na concepção dos espaços como lugares de vivência, que transcendem a sua constituição edilícia. A materialidade que estação ferroviária de Raul Soares possui representa um lastro importante na constituição da paisagem urbana e rural como elemento estruturante da região e suas representações na vida em comunidade desse município.

Com isso, amarra-se a proposta em um ponto de intercessão entre as duas dimensões da paisagem (material e imaterial) como estratégia de democratização do espaço público, que pode se ampliar para demais estruturas públicas existentes. Por conseguinte, é possível gerar um instrumento que visa aproximar as pessoas ao seu patrimônio e criar as condições necessárias para o desenvolvimento social e a afirmação da cidadania sob a ótica patrimonial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERMAN, Marshall. **Tudo que e solido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. Trad. MOISES, Carlos Felipe; IORIATTI, Ana Maria L.. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BIANCARELLI, André M. A Era Lula e sua questão econômica principal crescimento, mercado interno e distribuição de renda. **Revista Instituto de Estudos Brasileiros**, n°58. São Paulo: Jun. 2014, Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/82400>, acessado em 12 mar. 2020.

BLASENHEIM, Peter. As Ferrovias de Minas Gerais no século dezenove. **Locus Revista de História**, v. 2 n. 2. (1996). Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20429>, acessado em 12 jan. 2020.

BRAGA, Vanuza Moreira. **Relíquia e Exemplo, Saudade e Esperança: O SPHAN e a Consagração de Ouro Preto**. Dissertação de mestrado do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. Rio de Janeiro, 2010.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 1 jan. 2019.

BRASIL. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Portaria n° 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a Chancela da Paisagem Cultural. Diário Oficial da União, 5 maio 2009. Seção 1, p. 17.

BRASIL, **IBGE**. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, XXVII volume, Rio de Janeiro: IBGE. 1959.

BRYMAN, Alan. **A Disneyzação da sociedade**. São Paulo: Ideia e Letras, 2007.

CANDAU, Joel. Bases antropológicas e expressões mundanas da busca patrimonial: memória, tradição e identidade. **Revista Memória em Rede, Pelotas (RS)**, v. 1, n. 1, p. 43-58, dez. 2009-mar.2010.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: Conceitos, Políticas, Instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/Ed.UNESP, 2001.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é Cidadania?** São Paulo: Brasiliense, 2002.
DESORGUS, Giulia; MISTRETTA, Pasquale. **Metabolism. The relationship between urban and rural contests**. [S.I.]. Disponível em: https://www.regionalstudies.org/wp-content/uploads/2018/07/Giulia_Desogus_-_Metabolism.pdf, acessado em 23 abr. 2020.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Sertão, território e fronteira: expansão territorial de Minas Gerais na direção do litoral. **Fronteiras: Revista de História - PPGH/FCH/UFGD**, v. 10, n. 17, (2008). Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/63/73>. Acesso em 01 jan. 2019.

EMENDOERFER, M. Administrando o meio ambiente com sustentabilidade: análise do impacto do agroturismo em Venda Nova do Imigrante (ES). **Revista de Ciências Humanas**, Vol. 6, Nº 1, p. 109-125, Jan./Jun.2006. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/RCH/article/download/3576/Administrando%20o%20Meio%20Ambiente%20com%20Sustentabilidade%20-%20An%C3%A1lise%20do%20Impacto%20do%20Agroturismo%20em%20Venda%20Nova%20do%20Imigrante%20%28ES%29>, acessado em 12 ago 2019.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Minc-Iphan, 1997.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Between Facts and Norms, Contributions to a Discourse Theory of Law and Democracy**. MIT. Cambridge, 1996.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. Tomás Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro. DP&A, 2004.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 14ª Ed. São Paulo, Edições Loyola, 2005.

HARVEY, David. **A Modernidade como Ruptura**. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2015.

HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Org.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 20. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de Grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes. 2011.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KLEIN, Herbert. **Migração internacional na história das Américas**. In: FAUSTO, Boris. (Org.) **Fazer a América: a imigração em massa para a América Latina**. São Paulo: Edusp, 1999.

LOWENTHAL, David. **Como Conhecemos o Passado**. Projeto História, São Paulo, no. 17, nov. 1998. pp. 63-201.

MARX, Murillo. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Ed. Melhoramentos USP, 1980.

MARX, Murillo. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. São Paulo: EDUSP, 1989.

NETTO, M. M.; DINIZ, A. M. A. A formação geohistórica da zona da mata de Minas Gerais. **Revista RA'E GA, Curitiba**, n. 12, p. 21-34, Editora UFPR, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/download/4811/7253>, acessado em 12 mar 2019.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **O Fenômeno do lugar**. In. NESBITT, Kate (Org). **Uma nova agenda para a arquitetura**. São Paulo: COSAC/NAIFY, 2006.

PEDROSA, Manuel X. de Vasconcelos. Zona silenciosa da historiografia mineira – a Zona da Mata. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – IHGMG**. Belo Horizonte: vol., IX, 1962.

RADSTROM, Susan. **A Place-Sustaining Framework for Local Urban Identity: an Introduction and History of Cittaslow**. IJPP Italian Journal of Planning Practice Vol. I, issue 1 2011. Acessível em: <http://www.ijpp.it/index.php/it/article/viewFile/8/8>.

REIS, Manuela. **Cidadania e Patrimônio: Notas de uma pesquisa sociológica**. Sociologia – Problemas e Práticas, Lisboa, n° 29, 1999.

ROESER, Hubert Matthias Peter; ROESER, Patricia Angelika: O quadrilátero ferrífero - MG, Brasil: aspectos sobre sua história, seus recursos minerais e problemas ambientais relacionados. **Revista Geonomos**. v.18 n°01, (2010), p.33-37. Disponível em: <https://doi.org/10.18285/geonomos.v18i1.67>, acessado em 02/04/2019.

ROSA, J. Guimarães. Minas são muitas. **Revista “O Cruzeiro”**. Rio de Janeiro: Ed. 045. O Cruzeiro, 24 ago., 1957.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. Cotia, SP: Ateliê, 2008.

SANTOS, M. **A divisão do trabalho social como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países subdesenvolvidos**. In: SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SCHUMACHER E. F. **O NEGÓCIO É SER PEQUENO. (SMALL IS BEAUTIFUL). Um Estudo de Economia que leva em conta as pessoas**. Trad. Octávio Alves Velho. 2 Ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SCIFONI, Simone. **Paisagem cultural**. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/920248/dicionario-iphan-do-patrimonio-cultural-o-que-e-paisagem-cultural>, acessado em 12 abr. 2020.

SIMÕES, J. C.; PELEGRINI, D. F. **Diagnóstico da cafeicultura mineira - regiões tradicionais: Sul/ Sudoeste de Minas, Zona da Mata, Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**. n° 46. Belo Horizonte: EPAMIG, 2010. Disponível em: http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/seriedocumentos/sd_diagnostico_cafeicultura_mineira.pdf, acessado em: 12/05/2020.

VASCONCELLOS, Sylvio de. **Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos**. 5.ed. Belo Horizonte: UFMG, 1979.

VÍGLIO, E.C.B.L. Produtos orgânicos: uma tendência para o futuro? **Agroanalysis: Rio de Janeiro**, v. 16, n. 12, p. 8 – 11, 1996, disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/agroanalysis/article/download/48428/46609>, acesso em 22 abr. 2020.

WIRTH, John. **O fiel da balança: Minas Gerais na confederação brasileira – 1889/1937**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1982.